

Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa
Esmael Alves de Oliveira
ORGANIZADORES



**FEMINICÍDIO E TRANSFEMINICÍDIO:
PERSPECTIVAS INTERNACIONAIS CRUZADAS**



Criação Editora

FEMINICÍDIO E TRANSFEMINICÍDIO:

Perspectivas Internacionais Cruzadas

Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa
Esmael Alves de Oliveira
Organizadores/as

FEMINICÍDIO E TRANSFEMINICÍDIO:

Perspectivas Internacionais Cruzadas



Criação Editora
Aracaju | 2026

Copyright 2026 by organizadores

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, com finalidade de comercialização ou aproveitamento de lucros ou vantagens, com observância da Lei de regência. Poderá ser reproduzido texto, entre aspas, desde que haja expressa marcação do nome do autor/organizadores, título da obra, editora, edição e paginação.

Grafia atualizada segundo acordo ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor no Brasil desde 2009.

Projeto gráfico
Adilma Menezes

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Isadora Pelosi CRB-8/11448

F329 Feminicídio e transfeminicídio: perspectivas internacionais cruzadas / organização: Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa, Esmael Alves de Oliveira. – Aracaju: Criação Editora, 2026.
238p.
Ebook
ISBN 978-85-8413-748-0

1. Mulheres. 2. Feminicídio. 3. Gênero. 4. Violência. 5. Direitos humanos. 6. Sexualidade. I. Costa, Patrícia Rosalba Salvador Moura (org.) II. Oliveira, Esmael Alves de (org.) III. Título

CDU: 343.61-055.2

Prefácio:

Porque nós não vamos morrer!

Profa. Dra. Maria de Lourdes Dutra*



Ao ler estas páginas, pude lembrar momentos em que, ao longo de minha trajetória profissional, compartilhei com mulheres travessias realizadas na superação de violências e no reconhecimento do valor de nossas vidas. A história de todas as mulheres entrelaça-se às linhas destas páginas de formas que ainda hoje doem.

Há uma guerra ancestral contra o feminino. Uma guerra que não começa nos lares, mas que neles se entrincheira; que não é acidente, mas projeto. Desde os primeiros estupros coloniais contra as mulheres originárias das Américas – atos calculados de aniquilação cultural e física – até os corpos de mulheres e crianças sob os escombros em Gaza hoje, o que vemos é um *continuum* histórico. É a tentativa brutal de apagar, através da destruição do corpo feminino e trans, a força geradora, a memória, a resistência e a soberania de povos inteiros. O feminicídio e o transfeminicídio contemporâneos não são ilhas de barbárie; são a expressão mais íntima e cotidiana

* Doutora em Saúde Coletiva (UNIFESP). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa TDI - Território, Discurso e Identidade (CNPq/UFGD)



dessa mesma lógica de extermínio, que migra dos campos de batalha para os quartos, as ruas das cidades, as identidades.

Minha própria pele guarda o eco desse terror. E também guarda – como um osso quebrado e recalitrado – o som de um outro eco, um mantra de insurgência: “Eu não vou morrer”. Este clamor, cravado pela pesquisadora e educadora transfeminista Letícia Nascimento, não é uma simples promessa individual. É profecia coletiva. É o pulsar teimoso que corre nas veias de todas que, diante da aniquilação programada, escolhem a fúria, a arte, o cuidado, a beleza insistente. É o grito que nasce no útero da terra violada e brota, geração após geração, na ânsia irrefreável por vida.

Este livro é a materialização acadêmica, política e afetiva desse grito. Cada análise aqui contida, cada dado cruzado, cada conceito desdobrado, é um ato para expor e desmontar a máquina de morte. Os autores e autoras nos conduzem por uma jornada rigorosa que expõe as engrenagens que ligam a violência de Estado à violência doméstica, o ódio colonial ao ódio transfóbico e a objetificação ao extermínio. Eles nos mostram que o corpo das mulheres e das pessoas trans é, historicamente, o primeiro território de conquista e o último campo de batalha.

É por isso que ler esta coletânea é um ato de coragem na medida em que toca nossa memória mais remota. Ela nos obriga a encarar o espelho mais doloroso da nossa humanidade, mas também nos aponta, com clareza incisiva, os caminhos da superação. A reflexão sobre o transfeminicídio é um farol neste percurso, iluminando as intersecções mais mortíferas do patriarcado, do racismo e da cisnormatividade. Essa coletânea reafirma que nossa luta só será vitoriosa se for plural e intransigente na defesa de todas as existências dissidentes.



“Eu não vou morrer” é, portanto, a semente deste livro. É o princípio que anima cada página, convocando-nos não para um luto passivo, mas para uma aliança ativa. A vida que eles tentam aniquilar nos conflitos armados, no cotidiano dos espaços de vida é a mesma vida que insiste em criar, em sentir com delicadeza, em transformar a dor em potência. A beleza e o cuidado são, nesse contexto, armas de resistência massiva.

Que este prefácio seja, então, um convite ao encontro. Encontro com estas análises fundamentais, com as histórias que elas honram, com a raiva que deve nos mover e com a sensibilidade que deve nos guiar. Que a leitura nos comprometa, de forma irrevogável, com a construção de um mundo onde o feminino – em toda sua diversidade exuberante e transgressora – não seja mais alvo, mas o princípio organizador de uma nova ética: a ética do sustento, da escuta e da vida plena, livre de violência.

Porque nós não vamos morrer!



Apresentação:

**“Feminicídio e
Transfeminicídio: uma
problemática, múltiplos
cenários”**



Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa

Esmael Alves de Oliveira

O livro *Feminicídio e Transfeminicídio: Perspectivas Internacionais Cruzadas* nasce do esforço coletivo de pesquisadoras e pesquisadores vinculados ao projeto “A Gestão Estatal do Feminicídio e Transfeminicídio: perspectivas comparadas entre Brasil, México, Peru, Equador e Espanha”, cujo objetivo central é analisar criticamente as formas pelas quais os Estados têm produzido, implementado e disputado políticas públicas voltadas ao enfrentamento dessas violências letais de gênero. Trata-se de uma obra que se insere no campo dos estudos feministas, de gênero, sexualidade e Direitos Humanos, articulando análises comparativas, abordagens qualitativas e reflexões situadas sobre os limites e as potências das respostas estatais diante de mortes que seguem sendo, em muitos contextos, naturalizadas, negligenciadas ou administradas de forma desigual.

Ao adotar uma perspectiva comparada, o livro evidencia que o enfrentamento ao feminicídio e ao transfeminicídio não se restringe à tipificação penal ou à produção de marcos normativos. Pelo contrário, trata-se de um processo complexo de gestão estatal da morte, atravessado por disputas



morais, políticas e institucionais, no qual se entrecruzam ativismos feministas e trans, familiares de vítimas, operadores do sistema de justiça, profissionais das políticas públicas e organismos internacionais. As contribuições reunidas nesta obra permitem compreender como dor, luto e indignação se transformam em mobilização política, ao mesmo tempo em que revelam os contenciosos, silêncios e seletividades que estruturam as respostas do Estado.

A Unidade I - *Feminicídio e Transfeminicídio: Contextos Comparados* apresenta um panorama internacional das formas de reconhecimento, enquadramento jurídico e enfrentamento institucional dessas violências. Os capítulos exploram tanto aproximações quanto contrastes entre Brasil, México, Peru e Equador, evidenciando como as legislações e políticas públicas incorporam – de modo desigual – debates sobre gênero, sexualidade, igualdade e Direitos Humanos. Ao analisar documentos institucionais, marcos legais e experiências nacionais específicas, esta unidade demonstra que, embora haja avanços normativos importantes, persistem lacunas significativas na efetivação das políticas, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento do transfeminicídio e às condições materiais de acesso à justiça.

A Unidade II - *Confrontando Masculinidades* desloca o foco analítico para as dimensões socioculturais e políticas das violências letais, problematizando o papel das masculinidades na produção e reprodução do feminicídio e do transfeminicídio. Os capítulos que compõem esta unidade evidenciam que tais crimes não podem ser compreendidos apenas como atos individuais ou desvios comportamentais, mas como expressões de regimes de gênero profundamente desiguais, nos quais masculinidades hegemônicas, violentas e misóginas são reiteradas e, muitas vezes, legitimadas social-



mente. Ao articular análises empíricas e reflexões teóricas, esta seção contribui para ampliar o debate sobre prevenção, responsabilização e transformação das relações de gênero.

A Unidade III - *Vidas (Trans) Importam?* aprofunda o debate ético-político sobre humanidade, reconhecimento e precarização da vida. Os capítulos interrogam diretamente as hierarquias que definem quais existências importam e quais podem ser descartadas sem comoção social ou resposta estatal efetiva. Ao abordar disputas por humanidade no campo do transfeminicídio e narrativas de resistência de um corpo transmasculino nos espaços da fé e da Educação, esta unidade evidencia que a violência letal é precedida por múltiplas formas de desumanização cotidiana, institucional e simbólica.

Por fim, a Unidade IV - *Redes de Pesquisa* destaca a dimensão coletiva e transnacional que sustenta a produção deste livro. Ao apresentar a trajetória e os objetivos da Red LIESS - Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades, o capítulo evidencia a importância das redes acadêmicas e políticas na construção de agendas críticas, na circulação de saberes e no fortalecimento de pesquisas comprometidas com a justiça social, a defesa da vida e dos Direitos Humanos. Essa unidade reafirma que o enfrentamento ao feminicídio e ao transfeminicídio exige articulações que ultrapassem fronteiras nacionais, disciplinares e institucionais.

Assim, *Femicídio e Transfeminicídio: Perspectivas Cruzadas* oferece ao público acadêmico, a gestores(as) públicos, a movimentos sociais e a todas as pessoas interessadas no tema um conjunto plural de análises que convidam à reflexão crítica sobre as formas contemporâneas de governar a vida e a morte. Ao tornar visíveis experiências, conflitos e resistências, a obra reafirma o compromisso ético-político



com a produção de um conhecimento situado, implicado e comprometido com a transformação das realidades que produzem e naturalizam a violência letal de gênero.

No contexto brasileiro – um dos países que mais assassinam mulheres no mundo – os dados recentes são contundentes e inaceitáveis: em 2025, o país registrou o maior número de feminicídios desde a criação da tipificação legal, em 2015, evidenciando um crescimento de mais de 300% em uma década e a persistência da média alarmante de quatro mulheres assassinadas por dia.¹ Diante desse cenário, desnaturalizar o assassinato de mulheres e pessoas trans, interrogar os limites das respostas estatais e tensionar os regimes de gênero que sustentam essas mortes não é apenas uma tarefa acadêmica, mas uma urgência ética, política e civilizatória.

¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/01/20/brasil-registra-recorde-historicos-de-feminicidios-em-2025-quatro-mulheres-sao-assassinadas-por-dia-no-pais.ghtml> Acesso em 23 jan. 2026.



Sumário

Prefácio: Porque nós não vamos morrer! **7**
Maria de Lourdes Dutra

Apresentação: “Feminicídio e Transfeminicídio: uma
problemática, múltiplos cenários” **9**
Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa; Esmael Alves de Oliveira

FEMINICÍDIO E TRANSFEMINICÍDIO: CONTEXTOS COMPARADOS

Controversias en torno a la tipificación de los asesinatos de
mujeres en Brasil y España **15**
*Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa; José Maria Valcuende Del Río
Esmael Alves de Oliveira; Thiago Barcelos Soliva; Maria José Marco Macarro*

Feminicídio e Transfeminicídio no contexto nacional brasileiro **43**
Thiago Barcelos Soliva; Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa

Transfeminicídio como categoria política e jurídica (negada) **59**
Esmael Alves de Oliveira; Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa

Feminicidio y Transfeminicidio en México desde el Género y la
Igualdad **79**
Alejandra Salguero Velázquez

Entre el reconocimiento y la negación: avances y límites
del marco normativo frente a la violencia feminicida en el Perú **105**
Viginia Rojas Garcia

Femicidio y transfemicidio a partir del análisis del caso **127**
ecuatoriano
Seyedeh Sougand Hessamzadeh Villamagua

CONFRONTANDO MASCULINIDADES

Masculinidades e Feminicídios: O caso de Mato Grosso do Sul **149**
Esmael Alves de Oliveira; Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa

Masculinidades y Feminidades: los vínculos de la violencia **167**
José María Valcuende Del Río

VIDAS (TRANS) IMPORTAM?

Quando nem todas as vidas importam: gênero, transfeminicídio e disputas por humanidade **185**
Gladston Oliveira dos Passos

E eu não sou um homem? Trincheiras de luta de um corpo transmasculino nos atravessamentos da fé e da educação **203**
Thomas Cardoso Bastos Santos

REDES DE PESQUISA

La Universidad Federal de Sergipe y la Red LIESS **225**
José María Valcuende Del Río

Índice de autoras(es) **233**

Controversias en torno a la tipificación de los asesinatos de Mujeres en Brasil y España*

Patricia Rosalba Salvador Moura Costa
José Maria Valcuende Del Río
Thiago Barcelos Soliva
Esmael Alves de Oliveira
Maria José Marco Macarro



1 Introducción

Brasil y España presentan trayectorias institucionales muy diferentes en cuanto a la gestión estatal de la violencia de género. A pesar de estas diferencias, en los últimos años ambos países han experimentado importantes transformaciones legislativas en este tema. Estos cambios fueron impulsados por una agenda internacional que reconoció la lucha de los grupos feministas contra la violencia experimentada por las mujeres. Considerando estas cuestiones, este artículo examina las distintas maneras en que las categorías de género y sexo son contempladas en los cambios legislativos relacionados con el feminicidio en Brasil y España. El análisis se centró en dos aspectos (1) las disputas sobre los significados en torno al proceso de reconocimiento del feminicidio y trans-

* Informamos que o artigo “Controversias en torno a la tipificación de los asesinatos de mujeres en Brasil y España” foi primeiramente publicado na forma de artigo na Aceno - Revista de Antropologia do Centro-Oeste, volume 13, número 31 (2025): janeiro a abril de 2026.



feminicidio como delitos penales específicos, (2) la interacción de estos cambios legislativos con los debates feministas sobre los temas de violencia, feminicidio y transfeminicidio. Los datos presentados en este artículo son el resultado parcial de una investigación más amplia en curso titulada “Gestión estatal del feminicidio y el transfeminicidio: un análisis comparativo entre Brasil, México, Ecuador, Perú y España”, financiada por el Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (CNPq)¹.

En este trabajo nos centramos en el análisis de la legislación brasileña y española. Para el caso brasileño seleccionamos la Ley 13.104/2015, conocida como Ley de Feminicidio, y la Ley 14.994/2024, que tipifica el feminicidio como un delito autónomo y específico. En España, seleccionamos la Ley Orgánica 1/2004, de Medidas de Protección Integral contra la Violencia de Género. La elección de estas leyes se explica, en el caso brasileño, por ser la primera legislación que menciona el asesinato de mujeres como feminicidio, considerando la muerte por “razón de sexo femenino” y penalizando este delito con la pena más alta del Código Penal brasileño. En España, la Ley 1/2004 fue la primera legislación promulgada que incorporó el término violencia de género a su normativa, lo que impulsó cambios en otras normativas estatales, como el Código Penal español, que se modificó tras la Ley Orgánica 1/2015, considerando los delitos cometidos contra las mujeres por razón de género como circunstancias agravantes en los asesinatos contra las mujeres. La Ley estatal 1/2004 servirá de inspiración a la creación de leyes más inclusivas en algunas comunidades autónomas con competencias en esta materia.

¹ Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (CNPq). Convocatoria Pública MCTI/CNPq n.º 14/2023 - Apoyo a Proyectos Internacionales de Investigación Científica, Tecnológica y de Innovación



La contribución del texto se vincula a la comprensión de las diferentes maneras en que las categorías de género y sexo operan en los cambios legislativos relacionados con los asesinatos de mujeres en Brasil y España. Metodológicamente, utilizamos el análisis documental para estudiar la legislación. Nos basamos en autores como Jacques Le Goff (1990), Patricia Costa (2015), Costa y Nichnig (2015) y Adriana Vianna (2014). Por lo tanto, entendemos la legislación como un conjunto de textos producidos en un período histórico determinado, a partir de los que podemos abordar debates fructíferos que evidencian patrones sociales establecidos, a través de continuidades o rupturas, en función de significados culturales socialmente construidos. En este sentido, las leyes analizadas aquí posibilitan formas interpretativas respecto al uso de las categorías de sexo y género para clasificar/denominar los asesinatos de mujeres “por razones de su sexo” en Brasil o “por razones de género” en España.

Este es un tema recurrente en antropología: el problema de las clasificaciones. En textos clásicos de la disciplina, es evidente que las clasificaciones revelan más detalles sobre quienes las elaboran que sobre quienes son clasificados (Durkheim; Mauss, 1979). En otras palabras, examinar estos documentos que regulan los derechos implica reconocer las disputas sobre el significado, los procesos de generación de una percepción pública de la violencia por parte de una comunidad determinada y las garantías legales relacionadas con la gestión de las vidas: quienes pueden vivir y quienes deben morir.

La relación entre crimen, violencia y género es un tema recurrente en las reflexiones feministas, que han dado lugar a dilemas y tensiones entre los movimientos sociales y entre estos y el Estado, lo que se plasma en la utilización de dife-



rentes terminologías, a partir de las que se incluyen matices con claras connotaciones ideológicas que contribuyen bien a reforzar la especificidad de este tipo de violencia o bien a diluirla en otras formas de violencia: violencia doméstica, violencia contra las mujeres, violencia machista, violencia conyugal, feminicidio, transfeminicidio y otras.

La utilización de una terminología no es inocua, movilizandando significados diferentes que bien circunscriben este tipo de violencias, incluidos los crímenes contra las mujeres, al ámbito de la pareja o bien que adquiere una perspectiva más amplia al incluir los crímenes contra las mujeres en contexto más amplios o que contribuye a reforzar la especificidad de este tipo de violencias o al contrario a negar el carácter específico y estructural de la violencia experimentada por las mujeres.

Comprender estos significados implica reconocer las controversias y las luchas interpretativas que se entrelazan en el proceso de traducir las significaciones sociales de la violencia al ámbito jurídico del derecho penal. La criminalización de los asesinatos de mujeres en diversos contextos occidentales ofrece interesantes perspectivas sobre las negociaciones y paradojas relacionadas con el uso de las categorías de género y sexo ante el surgimiento de nuevas formas de categorización impulsadas por los movimientos sociales, el Estado y las organizaciones internacionales, como así sucede con las nociones de feminicidio y transfeminicidio. El derecho y las modificaciones normativas no han sido ajenas al activismo y a las reflexiones del pujante movimiento feminista tanto a nivel global como en los casos específicos de Brasil y España.



2 El caso brasileño

La criminalización del asesinato de mujeres es un tema central en los debates dentro del movimiento feminista, así como en el proceso de institucionalización de los estudios de género en Brasil (Saffioti, 2001; Correa, 1983; Debert y Gregori, 2008; Moraes y Sorj, 2009). El feminicidio en Brasil, antes de la llegada de la república, estaba sancionado y regulado por disposiciones legales relacionadas con el concepto de adulterio. Según Blay (2003), el Código Penal de 1830 distinguía el adulterio del concubinato. Mientras que los hombres con amantes podían ser castigados por concubinato, las mujeres descubiertas en relaciones extramatrimoniales estaban sujetas a leyes más severas. El adulterio podía resultar en la muerte, y la ley era mucho más indulgente con el marido homicida. El Código Civil de 1916 comenzó a considerar el adulterio de ambos cónyuges como causal de divorcio, pero la práctica del feminicidio permaneció presente y naturalizada en la sociedad brasileña (Blay, 2003).

Este panorama experimentaría cambios significativos a partir de la década de 1960, cuando el movimiento feminista comenzó a centrarse en la categoría de “violencia contra las mujeres” para construir formas de agencia política en torno al debate sobre la violencia. Conceptualmente, autoras como Heleieth Saffioti, Heloneida Studart, Rose Marie Muraro, Lélia Gonzalez, Eva Blay y otras llamaron la atención en su obra sobre el tema de la violencia dentro de las relaciones sociales de género (Barssted, 2016). Esta acumulación teórica fue sin duda importante en la década de 1970, cuando cobró impulso *la defensa feminista* centrada en la lucha contra la violencia a las mujeres.

Fue durante este período que la crítica a los llamados crímenes pasionales cobró relevancia internacional, en par-



ricular tras el asesinato de Angela Diniz a manos de Doca Street. El juicio de la asesina movilizó a la opinión pública brasileña e internacional, ampliando el debate sobre la impunidad en los casos de asesinato cometidos por cónyuges en Brasil y la teoría de la llamada “legítima defensa del honor”. Políticamente comprometido en torno al lema “Quien ama no mata”, el movimiento de mujeres movilizó sus filas en torno a su principal y más exitoso eje de lucha: la violencia contra las mujeres (Grossi, 1993). La categoría de género, como forma de comprender las implicaciones de las relaciones de poder entre hombres y mujeres, aún no formaba parte del repertorio teórico y político del movimiento de mujeres en aquel momento.

El clima político de la década de 1980 en Brasil favoreció el movimiento articulado bajo el lema “Quien ama no mata”. Fue durante este período que los análisis feministas se centraron en el papel del poder judicial. La obra de Mariza Corrêa, titulada “Morte em família: representação jurídica de papéis sociais”, representa un importante punto de inflexión en los debates académicos sobre la violencia contra las mujeres. Al no dejarse atrapar por nociones como “violencia conyugal” o “violencia doméstica”, la autora examina las relaciones de poder implicadas en los casos de asesinato de mujeres en el ámbito familiar².

La consolidación de la categoría “violencia contra la mujer” se materializó en iniciativas importantes, como SOS Mujer en São Paulo. Esta iniciativa pionera se centró en ofrecer asistencia psicológica y legal a mujeres víctimas de violencia,

² El trabajo de Mariza Corrêa tuvo importantes repercusiones entre las investigadoras que se articularon en torno a la formación del Núcleo de Estudios de Género - Pagu, en la Unicamp. Las perspectivas críticas de estas autoras en torno a la noción de violencia coexisten con otras perspectivas, como la marxista de Heleieth Saffiotti.



además de permitir un espacio de diálogo entre activistas y víctimas con miras a construir una educación feminista (Izuminio, 2004). Esta experiencia fue el foco de atención de autoras como Heloísa Pontes y Maria Filomena Gregori. Debert y Gregori (2008) destacan el tratamiento que se le dio a la noción de “violencia contra la mujer” en experiencias institucionales como SOS Mujer, lo que implica una forma específica de entender la opresión femenina basada en la influencia del patriarcado. Ellas argumentan:

El género no fue la categoría utilizada en esta definición y la condición femenina tuvo su significado articulado con supuestos universalizadores, como la idea de que la opresión es una situación compartida por las mujeres debido a las circunstancias de su sexo, independientemente del contexto histórico o cultural observado (Debert; Gregori, 2008, p. 168).

Creadas en la década de 1980, las primeras iniciativas de comisarías especiales dedicadas a atender casos de violencia contra la mujer, las Comisarías de Defensa de la Mujer (DDM)³, tampoco mencionaban la categoría de “violencia contra la mujer” en su legislación. En aquel entonces, la “violencia contra la mujer”, la “violencia doméstica”, la “violencia familiar” y la “violencia de género” carecían de contenido legal (Debert; Gregori, 2008). Un cambio crucial en este debate surgió recién en la década de 1990.

Desde la perspectiva del avance del debate judicial, en la década de 1990, el concepto de “violencia doméstica” se popularizó. Al analizar etnográficamente las Comisarías de

³ Defensa de la Mujer (DDM).



Defensa de la Mujer; algunos estudios revelaron cómo la labor policial comenzó a cambiar el concepto de “violencia contra la mujer” a “violencia doméstica” (Debert *et al.*, 2006). Para Debert y Gregori (2008), *“la violencia doméstica aparece como una expresión integral de los males de la sociedad brasileña y comienza a confundirse y utilizarse como sinónimo de violencia contra la mujer, violencia contra la infancia o incluso violencia contra la tercera edad”* (2008, p. 170). Una inferencia importante del análisis de los autores sobre este período es cómo los servicios de DDM comenzaron a expresar cierta comprensión de la violencia doméstica como resultado de las disfunciones originadas en familias disfuncionales (Debert; Gregori, 2008).

Con la creación de los Juzgados Penales Especiales (Jecrims)⁴ mediante la Ley 9.099 de 1995, el papel de los DDM adquirió nuevas dimensiones. Estas comisarías pronto se convirtieron en el foco principal de estos tribunales, ya que los casos que manejaban se consideraban menos complejos. Tanto los DDM como los Jecrims aportaron importantes contribuciones al debate sobre el acceso a la justicia y la igualdad de género en Brasil. La visión crítica de los movimientos feministas sobre cómo se abordaba el concepto de “violencia doméstica” en estas instituciones, especialmente en los Jecrims, donde este tipo de violencia parecía estar en proceso de reprivatización (Debert; Gregori, 2008), dio lugar a nuevas demandas que culminaron en la promulgación de la Ley 11.340/2006, conocida como Ley Maria da Penha. Como señalan Debert y Gregori (2008), la Ley Maria da Penha concretó un nuevo concepto legal: “violencia doméstica y familiar contra la mujer”.

⁴ Juzgados Penales Especiales (Jecrims).



La creación de la Ley Maria da Penha estuvo precedida por una serie de cambios importantes en la gestión del Estado brasileño del problema de la violencia en las relaciones sociales de género. En 2003, se creó la Secretaría Especial de Políticas para las Mujeres de la Presidencia de la República con el objetivo de desarrollar una Política Nacional de Combate a la Violencia contra las Mujeres, centrada en la colaboración entre los poderes públicos y las entidades federativas. Al analizar la ley, Debert y Gregori (2008) destacan la naturaleza no relacional del concepto de género con el que opera, además de supuestamente asimilar la noción de violencia a la delincuencia, lo que en última instancia refuerza el proceso de transformar la defensa de los derechos de las mujeres en la defensa de la familia.

Las controversias en torno al concepto de género vuelven al debate institucional en el contexto de los nuevos cambios legales relacionados con el tratamiento de los casos de feminicidio en Brasil. En este contexto, la categoría de “feminicidio” cobra relevancia, en estrecha colaboración con los cambios legislativos ocurridos en otros países, especialmente en Latinoamérica. En Brasil, el feminicidio se tipificó legalmente como delito en 2015, con la promulgación de la Ley 13.104/2015, que lo incluyó como un agravante del homicidio. Actualmente, la Ley 14.994 de 2024 ha tipificado el feminicidio como delito independiente y ha establecido otras medidas para prevenir y combatir la violencia contra las mujeres.

Durante la elaboración de la ley, la coordinación entre los poderes legislativo y ejecutivo fue crucial. En aquel momento, el deseo de la presidenta Dilma Roussef, jefa del Ejecutivo Federal, se articuló con la bancada de mujeres del Congreso. Esta alianza comenzó con la presentación del informe final de la Comisión Parlamentaria Conjunta de Investigación (CP-



MI)⁵ sobre violencia contra la mujer en 2012. Las acciones del Gobierno Federal se plasmaron en la participación activa de la Secretaría de Políticas para las Mujeres (SPM)⁶ y la Secretaría de Asuntos Legislativos del Ministerio de Justicia.

En este contexto, la creación de Organización de las Naciones Unidas (ONU)⁷ Mujeres en 2010 y la llegada de Nadine Gasman en 2012, representante de ONU Mujeres en Brasil y directamente involucrada con la oficina mexicana de la organización, fueron eventos cruciales para la configuración de un debate público sobre el feminicidio en Brasil. Cabe destacar que, conceptualmente, Brasil aún carecía de investigaciones que permitieran conceptualizar el feminicidio en el contexto brasileño. Todo el esfuerzo de ONU Mujeres, a través de Nadine Gasman, consistió precisamente en crear una agenda sobre el tema, alineada con el programa de la institución para guiar el debate sobre la violencia contra las mujeres y con los principios de los derechos humanos.

La convergencia entre los poderes ejecutivo y legislativo, sumada al llamamiento internacional de ONU Mujeres, no estuvo exenta de contradicciones y controversias. Estas disputas cobraron relevancia, especialmente en el parlamento brasileño, generando un importante disenso en un debate que tuvo como resultado la exclusión del concepto de género del documento final, sustituyéndolo por el término “sexo femenino”. Esta sustitución forma parte de una serie de inversiones morales realizadas por el parlamento brasileño contra lo que se conoce como “ideología de género”.

En el texto de la ley, la noción de “razones relacionadas con la condición del sexo femenino” expresa un claro inten-

⁵ Comisión Parlamentaria Conjunta de Investigación (CPMI).

⁶ Secretaría de Políticas para las Mujeres (SPM).

⁷ Organización de las Naciones Unidas (ONU).



to de vaciar teóricamente la noción de violencia de género, entendida por los legisladores como una puerta de entrada a otros cuerpos y feminidades que desafían la binariedad de género dentro del ámbito de la ley. Estas tensiones imponen nuevas luchas interpretativas en el campo discursivo de acción de los feminismos contemporáneos, incluyendo los movimientos feminista y trans.

En Brasil, las decisiones judiciales han permitido que el asesinato de mujeres trans se clasifique como feminicidio, siempre que el motivo sea la identidad de género de la víctima. Si bien la legislación brasileña no incluye expresamente el transfemicidio en el Código Penal, la interpretación judicial ha avanzado desde una perspectiva interseccional de los derechos humanos. Por ejemplo, en la Sentencia 1184804, los jueces del Tribunal de Justicia del Distrito Federal y Territorios (TJDFT)⁸ destacaron la doble vulnerabilidad de las mujeres transgénero, quienes son objeto tanto de discriminación basada en su condición de mujer como del prejuicio que enfrentan al obtener el reconocimiento de su identidad de género asumida. Enfatizaron la complejidad del tema y su naturaleza sin precedentes. Finalmente, concluyeron que las mujeres transgénero también deberían estar sujetas al delito de feminicidio.

3 El caso español

España está compuesta por 17 comunidades autónomas, con sus propios gobiernos y parlamentos autonómicos, con competencias específicas y compartidas con el gobierno central, en materia de género.

⁸ Tribunal de Justicia del Distrito Federal y Territorios (TJDFT).



Sin duda, en tan solo cuatro décadas, España ha avanzado significativamente y con rapidez en el desarrollo del derecho a la igualdad y, en concreto, en el reconocimiento de la violencia de género contra las mujeres como un problema social que debe abordarse normativa y políticamente. En este proceso de reconocimiento y concienciación desarrollado en España para que la violencia de género dejara de ser invisible y privada para convertirse en un problema y un asunto de la agenda política, Pastor-Gosálbeza, Belzunegui-Eraso, Calvo Merino y Pontón Merino (2021) señalan algunos elementos importantes del siglo XX, como la creación del Instituto de la Mujer en 1983, la investigación científica sobre las dimensiones y consecuencias de la violencia y los esfuerzos del movimiento feminista por llevarla al debate público.

En la década de 1990, ya se reclamaba una ley integral que fuera más allá de las medidas específicas existentes. Sin embargo, el atroz asesinato de Ana Orantes en 1997 a manos de su exmarido recibió una amplia cobertura mediática y supuso un importante revulsivo que cambió la perspectiva social y puso de manifiesto la urgente necesidad de cambios legislativos. Como señalan Pastor-Gosálbeza, Belzunegui-Eraso, Calvo Merino, y Pontón Merino (2021), ya en 1999 se llevó a cabo una reforma del Código Penal y de la Ley de Enjuiciamiento Criminal que introdujo cambios como la persecución oficial de los malos tratos (sin denuncia de la víctima), la tipificación de la violencia psicológica como delito y las órdenes de alejamiento. Pero no fue hasta 2003 cuando comenzaron a recopilarse datos oficiales sobre mujeres asesinadas por sus parejas o exparejas.

En el momento presente, algunas normas españolas especifican o abordan directamente los delitos que afectan a las mujeres y establecen derechos específicos. A nivel nacional,



con rango de ley orgánica (regula aspectos esenciales para el funcionamiento del Estado y la protección de los derechos y tiene primacía en el ordenamiento jurídico sobre otras leyes), citamos: Ley Orgánica 1/2004 de Medidas de Protección Integral contra la Violencia de Género, que fue pionera y referente para otros países, y tuvo desarrollos y ampliaciones de algunos aspectos en las leyes autonómicas; la Ley Orgánica 3/2007, de 22 de marzo, para la Igualdad Efectiva de Mujeres y Hombres; la Ley Orgánica 10/2022, de 6 de septiembre, para la Garantía Integral de la Libertad Sexual; la Ley 4/2023, de 28 de febrero, para la Igualdad Real y Efectiva de las Personas Trans y para la Garantía de los Derechos de las Personas LGTBI.

A efectos de análisis, es necesario ratificar que la categoría de género, en lo que respecta a la comprensión del fenómeno estructural y del carácter misógino y patriarcal de la violencia contra las mujeres, opera en los cambios legislativos españoles tras la instauración de la Ley 1/2004⁹ (Etura Hernández; Martín Jiménez; Cerqueira; García Beaudoux, 2024), pionera en el debate jurídico español e impulsora de cambios en otras normas, especialmente en el Código Penal, a través de la Ley Orgánica 1/2015 y también en la creación de otras legislaciones que se han ido incorporando y desarrollando en las Comunidades Autónomas,

En lo que respecta a las violencias por razón de género, a diferencia de la Ley Orgánica 1/2004, las legislaciones autonómicas han reconocido como violencia por razón de género contra las mujeres otras formas o

⁹ Como destaca Soledad Murillo (2005), Secretaria General de Políticas de Igualdad entre 2004 y 2008 e impulsora de la Ley 1/2004, esta fue la primera ley en la que el ordenamiento jurídico introdujo el concepto de “género”.



manifestaciones que van más allá del ámbito íntimo y lo hacen desde un enfoque transversal, de modo que, atendiendo a los estándares internacionales, regulan esta cuestión de forma más adecuada que la legislación nacional (Laporta, Sordo, 2020, p. 38).

España fue premiada en 2014 por su Ley Orgánica contra la Violencia de Género por considerarla como «una de las leyes más eficaces a nivel mundial para combatir y erradicar la violencia machista». El reconocimiento fue otorgado por ONU Mujeres, el Consejo Mundial para el Futuro y la Unión Interparlamentaria (España, [2019]). El debate sobre la introducción y el uso de la categoría de género fue intenso y contó con la participación de la sociedad civil organizada, organismos estatales, profesionales de la salud, trabajadores sociales, docentes y movimientos feministas y de mujeres que han participado activa e históricamente en la lucha contra la violencia de género en España (La Larga..., 2022). Según Etura Hernández; Martín Jiménez; Cerqueira; García Beaudoux (2024),

Este proceso de implementación enfrentó numerosos desafíos, desde la resistencia inicial de algunos sectores que cuestionaron la constitucionalidad de la norma por la supuesta vulneración de principios fundamentales como la igualdad, la proporcionalidad y la culpabilidad, hasta las críticas por la aplicación práctica de la ley únicamente a los delitos cometidos en el contexto de una relación de pareja, dejando fuera otras graves manifestaciones de violencia contra las mujeres, a pesar de que la norma definía ampliamente la violencia de género (Etura Hernández; Martín Jiménez; Cerqueira; García Beaudoux, 2024, p. 3).



Orejón Sánchez de las Heras (2019) apunta que la introducción del término género no se realizó pacíficamente en la Ley Orgánica 1/2004. Durante el proceso de tramitación en el Congreso de los Diputados, se produjeron importantes debates en los ámbitos político y social sobre la pertinencia del uso del concepto, incluyendo un posicionamiento de la Real Academia de la Lengua Española sobre el aspecto lingüístico del término. La Real Academia advertía que:

Es muy importante, además, tener en cuenta que en la tradición cultural española la palabra *sexo* no reduce su sentido al aspecto meramente biológico. Basta pensar al propósito lo que en esa línea ha significado la oposición de las expresiones de *sexo fuerte/sexo débil*, cuyo concepto está, por cierto, debajo de buena parte de las actuaciones violentas (Real Academia Española, 2004).

La Real Academia abogaba contra la introducción de la categoría de género, sugiriendo la siguiente denominación:

Para que esta *ley integral* incluya en su denominación la referencia a los casos de violencia contra la mujer cometidos por un joven o una pareja sentimental con quien no convive, se podría añadir «o por razones de sexo». Con lo cual, la denominación completa más adecuada sería LEY INTEGRAL CONTRA LA VIOLENCIA DOMÉSTICA O POR RAZÓN DE SEXO (Real Academia Española, 2004).

Afortunadamente, el debate generado en España condujo a la promulgación de la Ley Orgánica 1/2004, de Medidas



de Protección Integral contra la Violencia de Género, en diciembre de 2004. A pesar de las críticas recibidas durante su tramitación, se entendió que la categoría de género engloba las condiciones de desigualdad estructural entre hombres y mujeres, como señaló Oddo Beas (2005). En este sentido, la Ley regula el siguiente objeto en su artículo 1:

La presente Ley tiene por objeto actuar contra la violencia que, como manifestación de la discriminación, de la situación de desigualdad y de las relaciones de poder de los hombres sobre las mujeres, se ejerce sobre éstas por quienes han sido sus cónyuges o quienes han estado vinculados a ellas por análogas relaciones de afectividad, incluso sin convivencia (España, 2004).

Cabe destacar que la citada Ley aborda la violencia de género en el ámbito de las relaciones afectivas, lo que ha generado, principalmente entre legisladores españoles, interrogantes sobre la exclusión de otras formas de violencia basadas en las relaciones de género y que pueden darse en distintos entornos, como por ejemplo en el ámbito público, como destacan Marín de Espinosa Ceballos (2018) y Oddo Beas (2005).

La Ley 1/2004 también crea órganos específicos que antes no existían: Ministerios y Juzgados especializados en Violencia de Género; la Delegación Especial del Gobierno contra la Violencia de Género, encargada de formular las políticas públicas relacionadas con la violencia de género desarrolladas por el Gobierno de España; y el Observatorio Estatal, para diagnosticar la situación (Murillo, 2005).

Junto al concepto de “género”, Murillo (2005) considera la prevención como la otra gran innovación de la Ley 1/2004,



que se constituirá como un importante instrumento legal que establece medidas de sensibilización e intervención en el ámbito educativo (Costa y Marco-Macarro, 2016). Asimismo, Murillo destaca la necesidad de medidas estrictas para garantizar la igualdad, la dignidad y el respeto de las mujeres en la publicidad, así como el reconocimiento de los derechos de las víctimas a la información, la asistencia jurídica y la protección social y económica. Propone una respuesta integral que abarque diversas esferas y posibilite la formación de profesionales de los sectores policial, sanitario, jurídico, asistencial y de investigación criminal, así como los cambios necesarios en la legislación penal y procesal para abordar la violencia de género, tal como se incluye en la Ley 1/2004. Sin embargo, como ocurre con cualquier ley, son necesarios ajustes para satisfacer las demandas de la sociedad, y dichas acciones surgen de una evaluación de la atención prestada a las víctimas cuando acuden al sistema integral de acogida y asistencia para mujeres que ofrece el Estado español (Pérez Manzano, 2017).

España no ha regulado el delito de feminicidio¹⁰ de forma autónoma. Sin embargo, el Código Penal experimentó cambios significativos mediante la Ley Orgánica 1/2015, de 30 de marzo, que modificó la Ley Orgánica 10/1995, de 23 de noviembre, del Código Penal. El debate sobre el género se incorporó al Código Penal, considerando en gran medida los

¹⁰ Al momento de escribir este artículo, estamos realizando trabajo de campo en España como parte del proyecto **“Gestión Estatal del Femicidio y Transfemicidio: Un Análisis Comparativo entre Brasil, México, Ecuador, Perú y España”**. En entrevistas con funcionarios y profesionales de la justicia, al preguntarles si consideran necesario tipificar el femicidio como delito, responden que el Código Penal español ya contempla la circunstancia agravante del asesinato de mujeres, lo cual es suficiente. Este tema se abordará nuevamente en futuras publicaciones.



cambios e interpretaciones introducidos tras la publicación de la Ley Integral 1/2004. En ese sentido, el asesinato de mujeres en España conlleva una pena agravada si el delito se cometió por razones de género. El término feminicidio ha ido apareciendo para calificar los asesinatos de mujeres, tanto en fuentes normativas nacionales o autonómicas — como la Ley Orgánica 10/2022, de 6 de septiembre, de garantía integral de la libertad sexual, la Ley 13/2007, de 26 de noviembre, de medidas de prevención y protección integral contra la violencia de género, modificada por la Ley 7/2018 (Andalucía) -, como en fuentes de datos institucionales — como la Delegación del Gobierno contra la violencia de género, que lo define como “asesinato de una mujer a manos de un hombre por machismo o misoginia” (España. [2025]) o las propias cifras del Consejo General del Poder Judicial.

Laurenzo Copello (2015), en un estudio publicado sobre delitos de género en el ámbito del derecho penal, destaca que, antes de considerar más tipos de delitos, es necesario establecer medidas coherentes y seguras para asistir a las mujeres y la aplicación estricta de las normas existentes, siendo la sensibilización y la formación adecuada de los jueces esenciales para mejorar el sistema y la aplicación de las normas penales. Para la autora:

En España, en buena medida esto ya se ha conseguido gracias a la especialización de los órganos judiciales —Fiscalía y Juzgados de Violencia sobre la Mujer— y también a los grandes esfuerzos que se han hecho en los últimos años para “asegurar una formación específica relativa a la igualdad y no discriminación por razón de sexo y sobre violencia de género” dirigida a jueces y magistrados, fiscales, secretarios judiciales,



fuerzas y cuerpos de seguridad y médicos forenses, tal como dispone la Ley Integral (art. 47). Igualmente importante es que se cuente con medios adecuados para la rápida detección del riesgo y para proteger desde el primer momento a las mujeres que se encuentran en situación de peligro (Laurenzo Copello, 2015, p. 814).

Por otro lado, es posible considerar una desconexión entre el debate político y sociológico y la discusión jurídica sobre la importancia de establecer la tipificación penal del feminicidio en el contexto español. Pérez Manzano (2017) argumenta que existen razones políticas y penales que respaldan la falta de necesidad de incorporar tipos/delitos reconocidos por género. Otro argumento planteado por la autora se refiere a los factores agravantes considerados en los asesinatos de mujeres por razón de género. Las penas son mayores porque se consideran los medios crueles que suelen caracterizar estos asesinatos. Por lo tanto, la incorporación de otro tipo penal escapa al control del Estado. España, aunque con un menor número de feminicidios en comparación con otros países europeos, mantiene una media anual considerable (United Nations Office on Drugs and Crime, 2014). Según datos de la Delegación del Gobierno contra la Violencia de Género, en 2020 fueron asesinadas 50 mujeres; en 2021, 49 mujeres; en 2022, 50 mujeres; en 2023, 58 mujeres y en 2024, 47 mujeres. Desde una perspectiva política, tipificar estos casos como feminicidio pone de relieve una problemática que es necesario abordar y puede sensibilizar aún más a la sociedad sobre la necesidad de buscar alternativas para reducir estas cifras.

Vázquez-Portomeñe (2020) argumenta que, si bien el feminicidio puede ser útil como categoría analítica en las cien-



cias sociales, destacando la dimensión estructural de esta violencia y sirviendo como compromiso político de los legisladores contra ella, en la práctica es difícil extrapolarlo al ámbito jurídico penal. Aboga por fortalecer el uso de la circunstancia agravante de discriminación de género para “modular la gravedad” de los asesinatos de mujeres y personas trans.

En 2017, España aprobó el Pacto de Estado contra la Violencia de Género, una actuación esencial consensuada por diferentes partidos políticos y elaborada a través de intensos debates en el Congreso de los Diputados y en la Comisión de Igualdad del Senado. El Pacto¹¹ implica acciones coordinadas entre los Ministerios y Organismos Autónomos dependientes de ellos, así como las Comunidades Autónomas y las Entidades Locales representadas por la Federación Española de Municipios y Provincias. Así:

Las medidas implementadas en este Pacto de Estado afectan a las áreas de sensibilización y prevención; mejora de la respuesta institucional; perfeccionamiento de la asistencia, ayuda y protección a las víctimas; asistencia y protección de menores; impulso a la formación de diferentes agentes; seguimiento estadístico; recomendaciones a las Administraciones Públicas y otras instituciones; visibilización y atención a otras formas de violencia contra la mujer; compromiso económico y seguimiento del pacto (España, [2019]).

¹¹ Actualizado en 2025, con el voto favorable de todos los grupos políticos excepto Vox. Este último acuerdo amplía las medidas incluidas en 2017 de 290 a 461, incrementa los fondos en mil millones de euros durante los próximos cinco años e introduce otras formas de violencia, como la violencia vicaria, la violencia económica y la violencia digital (España, 2025).



España ha realizado esfuerzos para fortalecer las políticas de género, centrándose en las cuestiones de violencia contra las mujeres. Sin embargo, es necesario mencionar que, al igual que en Brasil, se enfrenta a un ataque político de la extrema derecha contra los derechos alcanzados en las últimas décadas en materia de género y derechos humanos. Con argumentos negacionistas la extrema derecha refuerza agendas que buscan aniquilar los cuerpos sociales, entre ellos, los de las mujeres cis y trans, como lo destacan Etura Hernández, Martín Jiménez, Cerqueira y García Beaudoux (2024). Desde estos planteamientos la violencia se entiende de forma global, se niega la especificidad de la violencia machista y se incide en la violencia que también sufren los hombres, en su indefensión legislativa o en la instrumentalización de las denuncias falsas como legitimación de lo que consideran una persecución de los hombres.

El feminismo radical es quien más ha promovido unas leyes de género que, además de carecer de base científica, sólo contemplan la violencia contra la mujer cuando es ejercida por un hombre, con el pretendido fin de luchar por los derechos de la mujer, y percibiendo a ésta como a una víctima del machismo secular de la sociedad en que vivimos', señala el texto registrado por la diputada Carla Toscano que denuncia, también, que la Ley Integral Contra la Violencia de Género imponga 'el castigo sistemático del hombre, sea inocente o no - aunque para el feminismo el hombre nunca es inocente - a través de una fuerte e incasable compañía de demonización', y por medio de esta ley que favorece y privilegia a la mujer (Toscano, 2020).



Al igual que Brasil, España no tipifica el transfemicidio en su ordenamiento jurídico y, por lo tanto, no existen cifras estatales que reflejen adecuadamente la visibilidad de las personas trans y travestis. La invisibilidad legal y estadística de los asesinatos de mujeres trans y travestis, que siguen ocurriendo en un contexto de extrema vulnerabilidad y discriminación estructural e interseccional, también está vinculada al debate sobre el reconocimiento de la pluralidad de identidades de género. Así, la falta de reconocimiento legal del transfemicidio en los Códigos Penales español y brasileño contribuye a la reproducción de la impunidad y a la negación del derecho a la memoria y a la justicia para las víctimas y sus familias.

4 Consideraciones finales

Las diferencias entre Brasil y España son enormes en cuanto a la organización estatal, sus características socioeconómicas y territoriales. El objetivo de este artículo no fue comprender las estrategias para afrontar la violencia en las relaciones sociales de género, ni los recursos empleados para ello en ambos países. Nuestra pregunta central fue comprender cómo se gestionan las categorías de género y sexo en los sistemas jurídicos de España y Brasil, así como sus implicaciones en la protección - la creación de derechos - que se genera en las políticas públicas para estas personas victimizadas.

La forma en que Brasil y España clasifican los asesinatos de mujeres relacionados con la violencia de género apunta a importantes distinciones en estos procesos. Por un lado, Brasil reconoce y clasifica el feminicidio con base en la legislación nacional. En este proceso, sus legisladores, en un claro intento de producir “cuerpos susceptibles de ser asesinados”,



optan por la idea de “razones de sexo” en la legislación, centrándose en la biología de los cuerpos como sujetos dignos de tener su vida garantizada por la ley. La idea de “razones de sexo” presente en la Ley de Femicidio brasileña parece neutralizar cualquier intento de interpretar el género como una categoría relacional. Así, es posible afirmar que la existencia de una clasificación capaz de generar inteligibilidad jurídica para los asesinatos de mujeres constituyó un paso importante en la lucha contra la violencia letal contra las mujeres. Sin embargo, en el caso brasileño, también creó una brecha entre los derechos de las mujeres cuyos cuerpos son inteligibles a los ojos del legislador y los de otras mujeres, como las mujeres trans y las travestis.

En España, sin embargo, existe una ley general que establece medidas de protección integral contra la violencia de género. No obstante, España no incluye la figura del feminicidio en su ordenamiento jurídico penal, reconociendo el asesinato de mujeres por “razones de género” como agravante del homicidio. No sin mucha controversia, la legislación española, al no incluir la figura penal del feminicidio, contribuye a la omisión de un importante término sociológico y político para el reconocimiento de cuerpos susceptibles de ser asesinados por razones de género. El agravante del delito de homicidio sugiere la inclusión de formas de violencia relacionadas con la pasividad de la víctima. Es evidente que la legislación adopta una perspectiva de género, pero al rechazar la existencia del feminicidio, parece desvirtuar la lógica y la ética feministas comprometidas con esta categoría de delito.

Respecto del transfemicidio, ninguno de los dos países lo tiene como tipo penal, pero sí cuentan con legislación y sentencias que reconocen la adopción de una perspectiva de



género para el enjuiciamiento de los homicidios cometidos contra mujeres trans, motivados por prejuicios, odio o discriminación contra la identidad de la víctima.

El tratamiento de la transexualidad sin duda ha sido uno de los hechos que más división ha generado dentro del movimiento feminista. Una parte del movimiento feminista curiosamente vuelve a reivindicar la categoría de sexo como el factor determinante a la hora de abordar la violencia contra las mujeres, ante la amenaza de lo que consideran “el borrado de las mujeres”, postura criticada como transfobia por otra parte importante del movimiento feminista y transfeminista. El reconocimiento o no del transfeminicidio como una forma de feminicidio está condicionado respectivamente por la consideración del género o del sexo “biológico” como elementos explicativos. En todo caso, la violencia machista contra mujeres cisgénero y trans constituye un fenómeno institucionalizado. Se trata de un proyecto político para eliminar cuerpos considerados “vidas precarias” (Butler, 2019). La noción de precariedad en Butler (2019) nos ayuda a comprender los procesos de humanización y deshumanización de las poblaciones. En otras palabras, implica aceptar que la gestión de la vida sigue caminos desiguales y que la posibilidad de estar expuesto a la violencia es inevitable para ciertos grupos sociales.

Referencias

BARSTED, Leila Linhares. “O feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil”. En: SARDENBERG, Cecília M. B.; TAVARES, Márcia S. *Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento*. Salvador: EDUFBA, 2016. pp. 17-40.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estudos Avançados*, 17(49): 87-98, 2003.



BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CORREA, Mariza. *Morte em família: representação jurídica de papéis sociais*. São Paulo: Graal, 1983.

COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura. *Aracaju en los años 1990: crímenes sexuales, homosexualidad, homofobia y justicia*. 1. ed. Aracaju: Editorial del Diario Oficial del Estado de Sergipe, 2015. v. 1.

COSTA, Patricia Rosalba Salvador Moura; MARCO-MACARRO, Maria José. Aspectos educativos de la Ley Orgánica 1/2004, de 28 de diciembre, de Medidas de Protección Integral contra la Violencia de Género. *Revista de Tiempos y Espacios Educativos*, (9): 111-119, 2016.

COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura; NICHNIG, C. R. “Caminos Metodológicos para el Estudio de las Fuentes Judiciales”: un debate interdisciplinario en las ciencias humanas. En: OLIVEIRA, Esmael Alves de; VIANA JÚNIOR, Mário Martins; COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura (org.). *Metodologías de Investigación en Ciencias Humanas*: Campos, Problemas y Objetos. 1. ed. Curitiba: CRV, 2015, v.1, pp. 45-56.

DEBERT, Guita G. *et al. Gênero e distribuição da Justiça: as delegacias de Defesa da Mulher e a construção das diferenças*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu (col. Encontros), 2006.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23(66): 167-211, 2008.

DURKHEIM, Emile; MAUSS, Marcel. “Algumas formas primitivas de classificação, contribuição para o estudo das representações coletivas”. En: MAUSS, Marcel. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979. pp. 339-493.

ESPAÑA. *Ley Orgánica 1/2004, de 28 de diciembre*, de Medidas de Protección Integral contra la Violencia de Género. Disponible en: <https://www.boe.es/eli/es/lo/2004/12/28/1/con>. Consultado el 22 sep. 2025.

ESPAÑA. *Ley Orgánica 1/2015, de 30 de marzo*, por la que se modifica la Ley Orgánica 10/1995, de 23 de noviembre, del Código Penal. *BOE*, n. 77, de 31.03.2015. Disponible en: <https://www.boe.es/eli/es/lo/2015/03/30/1>. Consultado el 25 sep. 2025.



ESPAÑA. Ley Orgánica 10/1995, de 23 de noviembre, del Código Penal. *BOE*, n. 281, de 24.11.1995. Disponible en: <https://www.boe.es/eli/es/lo/1995/11/23/10/con>. Consultado el 25 sep. 2025.

ESPAÑA. Ministerio de Igualdad. *Medidas del Pacto de Estado contra la violencia de género 2025*. Disponible en: <https://violenciagenero.igualdad.gob.es/pacto-de-estado-contra-la-violencia-de-genero/>. Consultado el 25 sep. 2025.

ESPAÑA. Ministerio de la Presidencia, Relaciones con las Cortes e Igualdad. *Pacto de Estado contra la violencia de género*. [2019]. Disponible en: <https://violenciagenero.igualdad.gob.es/wp-content/uploads/Folleto-PEVGCastweb.pdf>, Consultado el 24 sep. 2025.

ESPAÑA. Ministerio de la Presidencia, Relaciones con las Cortes e Igualdad. *Notas metodológicas*. [2025]. Disponible en: <https://violenciagenero.igualdad.gob.es/violenciaEnCifras/victimasmortales/notas-metodologicas/> Consultado el 25 sep. 2025.

ESPAÑA. *Sentencia 1184804, 20180710019530RSE*, Relator Des. Waldir Leôncio Lopes Júnior, 3ª Sala Penal, fecha de sentencia: 4/7/2019, publicada en el DJe: 12.7./2019.

ETURA HERNÁNDEZ, Dunia.; MARTÍN JIMÉNEZ, Virginia.; CERQUEIRA, Carla.; GARCÍA BEAUDOUX, Virginia. 20 años de la Ley Orgánica de Protección Integral contra la Violencia de Género en España: implementación, desarrollo, impacto y objetivos futuros. *Investig. Fem (Rev.)*, 15(1): 1-4, 2024. DOI <https://doi.org/10.5209/infe.99425>.

FORO BRASILEÑO DE SEGURIDAD PÚBLICA. *Anuario Brasileño de Seguridad Pública 2024*. São Paulo: FBSP, 2024. Disponible en: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>. Consultado el 19 may 2025.

GROSSI, Miriam Pillar. De Angela Diniz a Daniela Perez: a trajetória da impunidade. *Revista Estudos Feministas*, (ano 1): 166-168, 1993.

IZUMINO, Wânia P. *Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2004.

LA LARGA lucha contra la violencia de género en España. *Amnistía Internacional*. Millán, 25 de nov. 2022. Disponible en: <https://www.es.amnesty.org/en-que-estamos/blog/historia/articulo/violencia-de-genero/>. Consultado el 25 sep. 2025.



LAPORTA HERNÁNDEZ, Elena; SORDO RUZ, Tania. El feminicidio en España: Entre el rechazo conceptual y las resistencias político-jurídicas. *Revista-red de estudios sociales*, 16 mayo 2020. Disponible en: <https://iberoamericasocial.com/el-feminicidio-en-espana-entre-el-rechazo-conceptual-y-las-resistencias-politico-juridicas/>. Consultado el: 26 sep. 2025.

LAURENZO COPELLO, Patricia ¿hay falta de figuras específicas de género para proteger mejor a las mujeres? *Estudios Penales y Criminológicos*, (35): 783-830, 2015. Disponible en: <https://revistas.usc.gal/index.php/epc/article/view/2915>. Consultado el 25 sep. 2025.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MARÍN DE ESPINOSA CEBALLOS, E. B. La agravante genérica de discriminación por razón de género (art. 22.4 CP). *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología*, (20): 20-27, 2018.

MORAES, Aparecida; SORJ, Bila. *Gênero, Violência e Direitos na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2009.

MURILLO DE LA VEGA, Soledad. Violencia de género: de los planes de actuación a la Ley Orgánica. *Cuadernos de Trabajo Social*, (18): 227-229, 2005. Disponible en: <https://revistas.ucm.es/index.php/CUTS/article/view/CUTS0505110227A/7593>. Consultado el 25 sep. 2025.

ODDO BEAS, Blanca. Análisis de la violencia de género en España: la Ley Orgánica 1/2004 de Medidas de Protección Integral contra la Violencia de Género. *Revista de las Cortes Generales*, (64): 111-146, 2005. DOI <https://doi.org/10.33426/rcg/2005/64/435>.

OREJÓN SÁNCHEZ DE LAS HERAS, N. Discriminación por razón de género: el concepto de «género» en el ordenamiento jurídico penal español. *Igualdad*, (1): 159-183, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18042/cepc/IgDES.1.05>.

PASTOR-GOSÁLBEZ, Inma; BELZUNEGUI-ERASO, Ángel; CALVO MERINO, Marta y PONTÓN MERINO, Paloma. La violencia de género en España: un análisis a cinco años de la Ley 1/2004. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, (174): 109-128, 2021. DOI <http://dx.doi.org/10.5477/cis/reis.174.109>.

PÉREZ MANZANO, Mercedes. Algunas claves del tratamiento penal de la violencia de género: acción y reacción. *Revista Jurídica Universidad Autó-*



noma De Madrid (RJUAM), 34(34): 17-65, 2016-II, 2017. Disponible en: <https://revistas.uam.es/revistajuridica/article/view/7731/9904>. Consultado el 25 sep. 2025.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Informe de la Real Academia Española sobre la expresión violencia de género*. Madrid, 19 de mayo de 2004. <https://www.uv.es/~ivorra/documentos/Genero.htm>. Consultado el 24 sep. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, (16): 115-136, 2001. Disponible en: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100007>. Consultado el: 26 sep. 2025.

SEIJAS, Fernando Vázquez-Portomeñe. Sobre la tipificación del Femicidio en España: algunas consideraciones críticas. *Revista de derecho penal y criminología*, 3ª temporada, (20): 207-247, julio de 2018.

TOSCANO, Carla. VOX pide sustituir la Ley de violencia de género por una de violencia intrafamiliar. *Vox España*, Madrid, 04 marzo 2020. Disponible en: https://www.voxespana.es/grupo_parlamentario/notas-de-prensa-grupo-parlamentario/vox-pide-sustituir-la-ley-de-violencia-de-genero-por-una-de-violencia-intrafamiliar-20200304. Consultado el: 26 sep. 2025.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. *Global Study on Homicide 2013*. United Vienna: Nations publication, 2014. Disponible en: https://www.unodc.org/documents/gsh/pdfs/2014_GLOBAL_HOMICIDE_BOOK_web.pdf. Consultado el 25 sep. 2025.

VÁZQUEZ-PORTOMEÑE Seijas, F. Sobre la tipificación del feminicidio en España. Algunas consideraciones críticas. *Revista de Derecho Penal y Criminología*, (20): 207-247. 2020. DOI <https://doi.org/10.5944/rdpc.20.2018.26449>[MM1].

VIANNA, Adriana. “Documentos etnográficos”: un antropólogo en medio de un proceso judicial. En: RODRIGUES CASTILHO, Sergio Ricardo; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; COSTA TEIXEIRA, Carla (org.). *Antropología de las prácticas de poder: reflexiones etnográficas sobre burócratas, élites y corporaciones*. 1. ed. Río de Janeiro: ContraCapa/LACED, 2014, v. 1. pp. 43-70.



Feminicídio e Transfeminicídio no contexto nacional brasileiro

Thiago Barcelos Soliva
Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa



Este capítulo apresenta resultados preliminares do mapeamento que temos realizado no âmbito da pesquisa “A Gestão Estatal do Feminicídio e Transfeminicídio: perspectivas comparadas entre Brasil, México, Peru, Equador e Espanha”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O objetivo do mapeamento é compreender os desdobramentos da Lei 13.104/2015, que tipificou o crime de feminicídio no Brasil, nos diferentes estados brasileiros. O trabalho de pesquisa focalizou a produção normativa das assembleias legislativas dos estados e Distrito Federal, além de investigar o conjunto de programas e projetos desenvolvidos pelo executivo estadual por meio de suas secretarias de direitos humanos e de políticas para as mulheres.

Não é objetivo desse texto recompor a história da criminalização da violência contra as mulheres no Brasil. É fortuna nos estudos de gênero trabalhos que se dedicaram a essa tarefa (Corrêa, 1983; Grossi, 1993; Gregori e Debert, 2008; Saffioti, 2001; Moraes e Sorj, 2009, Costa (2023). O foco aqui é compreender os contenciosos entre Estado, organizações



internacionais e movimentos sociais que, à época da aprovação da lei, criaram uma convergência eficaz para essa aprovação, ainda que o documento final tenha perdido em conteúdo teórico e político.

No Brasil, a criminalização dos assassinatos de mulheres ganha inteligibilidade jurídica com a Lei 13.104/2015. Esta lei possui uma história institucional que revela algumas tensões importantes sobre o intrincado processo de “fazer direitos” no Brasil (Vianna, 2013). Para esta autora, o processo de “fazer e desfazer direitos” implica reconhecer a “dimensão de ação social dos ‘direitos’ – seja como normativas legais, como tradições administrativas ou como forma de construção e posicionamento de sujeitos morais e políticos – quanto sua dimensão processual e dinâmica (Vianna, 2013, p. 15). Visto a partir dessa perspectiva, a construção dos direitos envolve um conjunto de contradições, conflitos, usos e estratégias mobilizadas em torno da ideia de ter direitos. O enquadramento da construção da agenda da Lei do Feminicídio no Brasil a partir do campo de “ação social dos direitos” nos ajuda a compreender as disputas morais e a construção de sujeitos políticos e morais diretamente envolvidos nesse processo.

Nos identificamos ainda com a noção de “campos discursivos de ação”, proposta por Sonia Alvarez (2014) para enquadrar esse conjunto de agentes individuais, coletivos, institucionais e lugares sociais, culturais e políticos relacionados à agenda do feminicídio no Brasil. A partir dessa noção, buscaremos debater as autoras/es hegemônicas e marginalizadas, as redes articuladoras e as lutas interpretativas constitutivos desse campo.

Bruna Angotti e Regina Stela Corrêa Vieira (2020) em um exercício analítico de compreensão do processo de tipificação do crime de feminicídio no Brasil chamam a atenção



para a construção política que envolveu o desenho da referida lei. Segundo elas, a origem da lei do feminicídio no Brasil está relacionada à atuação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI da violência contra a mulher, ocorrida em 2012. A CPMI foi respaldada nas Convenções de Belém do Pará e de Viena. Os dados alarmantes de assassinatos de mulheres no Brasil denunciados há anos pelo movimento feminista e de mulheres combinados a imensa atenção pública gerada por casos de mulheres que denunciaram seus parceiros e foram assassinadas, como o caso de Elisa Samúdio, constituíram elementos decisivos para a construção política da CPMI.

A articulação entre legislativo e executivo foram indispensáveis para esse processo. Na época, o desejo da chefe do executivo federal, a presidenta Dilma Rousseff, ganhou ressonância na bancada feminina do congresso. Essa aliança se iniciou com a entrega do relatório final da CPMI, ainda em 2012. Em ato simbólico, a presidenta Dilma Rousseff acompanhada de ministras e ministros recebeu em mãos o relatório final da CPMI no Congresso Nacional. A atuação do Governo Federal se expressou através da participação ativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça.

A atuação da ONU Mulheres por meio de parcerias com a SPM foi fundamental para a completar essa sinergia. Essa atuação revelou-se promissora na construção de um contexto que viabilizou a construção de uma lei do feminicídio no Brasil. Bruna Angotti e Regina Stela Corrêa Vieira (2020) , ao entrevistar pessoas diretamente envolvidas com a atuação da ONU Mulheres, vão chamar a atenção para a pressão externa exercida contra o Brasil para que a lei fosse aprovada. Nesse contexto, a criação da ONU Mulheres, em 2010, e a chegada



de Nadine Gasman, em 2012, representante da ONU Mulheres no Brasil e diretamente envolvida com a frente mexicana desse órgão, constituíram eventos centrais na conformação de um debate público sobre feminicídio no Brasil. Vale ressaltar que do ponto de vista conceitual, o Brasil ainda carecia de pesquisas que permitissem conceituar os casos de assassinatos de mulheres como feminicídio a partir do contexto brasileiro. Todo empenho da ONU Mulheres através de Nadine Gasman foi justamente o de criar uma agenda política sobre o tema articulada ao programa da instituição de orientar o debate sobre violência contra as mulheres alinhado a linhagem dos direitos humanos.

A convergência entre poderes executivo e legislativo somada ao apelo internacional mobilizado pela ONU Mulheres, contudo, não ocorreu sem contradições e controvérsias. Tais disputas ganharam ressonância, sobretudo no legislativo brasileiro, que mobilizou dissensos importantes no debate sobre a tipificação que resultaram na exclusão da noção de gênero do documento final, substituída pela expressão “sexo feminino”. Essa substituição integra um conjunto de investimentos morais operados pelo legislativo brasileiro contra aquilo que se convencionou chamar de “ideologia de gênero”.

Pesquisas recentes têm se dedicado a analisar a centralidade da noção de “ideologia de gênero” na construção dessa nova gramática política em contextos latino-americanos, principalmente no Brasil (Miskolci e Campana, 2017; Miguel, 2021). Richard Miskolci e Maximilano Campana (2017), em um balanço desse contexto, chamam a atenção para a centralidade da “ideologia de gênero” na conformação de um campo discursivo de ação operado por empreendedores morais, sobretudo a Frente Parlamentar Evangélica, preocupados com a ampliação da agenda dos direitos sexuais e reprodutivos



pós-conferência de Beijing, em 1995. Na região latino-americana, essa preocupação se amplia com a entrada de partidos de esquerda ocupando o cargo mais importante do executivo e, mais recentemente, a eleição de mulheres na presidência desses países. No caso brasileiro, a eleição da presidenta Dilma Rousseff parece ter agudizado essas preocupações. Para esses dois autores, o efeito direto dessa contra ofensiva aos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil se expressou de forma mais sistemática a partir de 2011, quando o STF reconheceu as uniões homoafetivas como núcleo familiar equiparando-as às uniões heterossexuais no plano dos direitos. Como resposta, ganha destaque na agenda moral de grupos conservadores o programa “Escola sem homofobia”, apelidado de *Kit Gay*, gerando pânico morais e comoção popular por supostamente ameaçar e corromper jovens e crianças.

Lia Zanotta Machado (2016) ao analisar as articulações entre feminismos e Estado no mesmo contexto chama a atenção para uma “coalizão exitosa” entre essas duas instâncias que propiciou avanços significativos no enfrentamento da violência contra a mulher, mas, simultaneamente, operou *backlashs* em pautas como o aborto e a construção de uma educação antissexista. O efeito mais rentável desse *backlash* se expressou nas políticas de educação, quando, em 2015, após a derrota do programa “Escola sem homofobia”, foi retirado do Plano Nacional de Educação o item relacionado ao enfrentamento da desigualdade de gênero. Não é de se espantar que o temor da “ideologia de gênero” acalentada por grupos conservadores, sobretudo parlamentares evangélicos, tenha condicionado a aprovação da Lei do Feminicídio naquele contexto.

O debate conceitual em torno da Lei do Feminicídio no Brasil foi acompanhado de certa inércia do movimento femi-



nista, diferente do processo que deu origem a Lei Maria da Penha. Embora autoras como Rita Segato (2006) defendessem a necessidade de tipificação dos assassinatos de mulheres como forma de dar materialidade jurídica a esse tipo de crime, outras, como Pasinato (2011), acreditavam que a tipificação do feminicídio poderia gerar a falsa percepção de que toda forma de violência contra mulher ocorreria nos limites precisos das relações interfamiliares e domésticas. Além dessas questões, o rechaço à noção de gênero imposto à aprovação da lei vincula-se diretamente à processos de exclusão de outros corpos vistos como não passíveis de proteção do Estado, ou, como salienta Judith Butler (2019), “corpos matáveis”. Eram os corpos das travestis e transexuais que haviam sido retirados do escopo da legislação.

Ainda que carente de densidade conceitual, um efeito inadvertido da lei entre pessoas do movimento trans foi a construção política da noção de transfeminicídio. Se até então a letalidade contra corpos trans estava assimilada ao campo discursivo de ação da LGBTfobia, com a Lei do Feminicídio uma nova luta interpretativa se inicia: a ampliação da concepção de feminicídio para mulheres trans e travestis.

Em 2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 14.994 que institui em seu texto medidas que estabelecem maior rigor na punição do crime de feminicídio. A Lei ficou conhecida como “pacote antifeminicídio”. Entre as principais mudanças, destacamos, o aumento da pena que passou a ser de 20 a 40 anos de reclusão, o tipo penal passa a ser autônomo, ou seja, possui um artigo específico no Código Penal e novas agravantes, quer dizer que, a pena pode aumentar em um terço se o crime for cometido durante a gestação, nos três meses após o parto, contra menores de 14 anos, maiores de 60, com deficiência, ou na presença de



descendentes/ascendentes da vítima. Cabe salientar que em 2025, o País registrou crimes brutais contra mulheres que reacenderam um debate nacional sobre o tema. O presidente Lula, definiu que o assunto é tema pessoal dele e do seu governo, ordenando a execução de ações imediatas e de políticas públicas com objetivo de coibir ações como essas.

Mudanças legislativas nos estados brasileiros

As articulações entre Estado e movimentos feministas e transfeministas têm se dado em meio a um contexto político nebuloso onde a categoria gênero tem sido sistematicamente rejeitada. Esse contexto tem se afastado da compreensão de que os feminicídios constituem “crimes de poder”, no sentido empregado por Rita Segato (2006), para se referir a essa dupla função que esse tipo de crime implica, “simultaneamente, a retenção ou manutenção, e a reprodução do poder”. Ou seja, o corpo marcado como feminino não é somente aniquilado, ele também se converte em afirmação política da masculinidade.

É a partir desse contexto conflitivo que a produção legislativa dos estados brasileiros tem atuado – ora restringindo a concepção de direitos à determinados corpos, ora ampliando essa concepção e agregando novas figuras morais a esse “campo de ação dos direitos” (Vianna, 2013). Em levantamento conduzido a partir da produção legislativa dos Estados e do distrito Federal é possível perceber que em muitas legislações tem ocorrido uma reprodução do entendimento do “sexo feminino” como central para a construção de estratégias de enfretamento, ainda que marcadores como raça, orientação sexual, classe, idade, dentre outros, tenha aparecido nessas leis para caracterizar a vulnerabilidade da mulher vítima de feminicídio. Os efeitos dessa compreensão são ma-



terializados nas instituições do poder executivo responsáveis pela execução dessas políticas.

Ao analisarmos a construção de legislações estaduais e do Distrito Federal a partir da Lei do Feminicídio é possível sugerir alguns eixos importantes que se relacionam a ampliação da compreensão dessa lei. O conjunto de regulamentos mapeados nos permite sugerir os seguintes desdobramentos: 1) Legislação voltada ao atendimento dos/as órfãos/orfãs do feminicídio; 2) Legislação voltada ao aperfeiçoamento das estruturas institucionais relacionadas ao enfrentamento do feminicídio; 3) Legislação voltada para a divulgação da lei do feminicídio e 4) Legislação voltada para ações de caráter educativo e de conscientização.

A Lei 13.104/2015 tem ampliado o campo discursivo de ação do feminicídio produzindo novas categorias morais como os chamados “órfãos do feminicídio”. Essa categoria passa a ter inteligibilidade em alguns estados materializando um conjunto de iniciativas voltadas para filhas e filhos de mulheres assassinadas. Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Amazonas, Acre, Roraima, Espírito Santo, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal são estados que dispõem de legislação específica que criam estratégias de proteção dos chamados “órfãos do feminicídio”. No Rio Grande do Norte, Espírito Santo e no Distrito Federal a legislação é explícita ao acentuar a importância dos cuidados psicológicos a essas vítimas indiretas do feminicídio.

A construção política da categoria “órfãos do feminicídio” permite perceber certa convergência entre a agenda de combate ao feminicídio e àquela referida à proteção das crianças e adolescentes. A expressão possui uma eficácia importante na construção da opinião pública de casos de



assassinatos de mulheres. Ela é capaz de oferecer materialidade emocional à vítima mulher assimilando-a a imagem moral da mãe.

No que se relaciona ao aperfeiçoamento da estrutura institucional dos estados para lidar com a Lei do Femicídio é possível perceber um conjunto diversificado de ações e estratégias que têm sido objeto de atenção da legislação dos estados. O Maranhão e o Rio de Janeiro estruturaram dentro de suas Polícias Civis setores próprios dedicados a esse tipo de crime. O estado do Maranhão cria, através da Lei Nº 10.578 de 10 de abril de 2017, o Departamento de Femicídio no âmbito da estrutura organizacional da Polícia Civil do Estado do Maranhão. O Rio de Janeiro, através da Indicação Legislativa Nº 566, de 2022, cria a Delegacia de Combate aos Crimes de Femicídio – DCCFEM, na estrutura da Secretaria de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, o estado do Rio de Janeiro, através da Indicação Legislativa Nº. 198, DE 2019, criou o Núcleo de Combate ao Femicídio nas Delegacias de Homicídios. O Rio Grande do Sul criou Defensorias Públicas Especializadas no Atendimento à Vítima de Violência Doméstica e Femicídio.

Bahia e Paraíba são estados que possuem legislação específica e instituíram protocolos específicos que regulam formas de prevenção, investigação, processo e julgamento de crimes de feminicídio. Na Bahia, o protocolo do feminicídio foi produto final do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI cujo objetivo foi produzir diretrizes para o encaminhamento de situações que envolvam morte de mulheres em decorrência de violência. Pernambuco e Paraíba (Nordeste) e Mato Grosso do Sul (Centro-Oeste) também instituíram através de legislação específica Grupos de Trabalho Interinstitucional com foco na criação de diretrizes para adaptar a legislação às realidades locais.



A preocupação com a produção de dados relacionados ao feminicídio também foi central nos documentos legais. Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro possuem legislação própria que torna obrigatória a produção de dados estatísticos sobre feminicídios. O Rio de Janeiro constitui exemplo importante nesse cenário. Já através da Lei Nº 7448 de 13 de outubro de 2016, o estado criou o subtítulo “feminicídio” nos Registros de Ocorrência da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Desde 2006, o estado já apresentava dados consolidados sobre violência contra a mulher através da publicação do “Dossiê Mulher”. A partir da publicação do Dossiê Mulher 2017 (ano-base 2016) é possível encontrar estatísticas criminais relacionadas a essa qualificadora no estado. Através da lei nº 8.620 de 18 de novembro de 2019, o Rio de Janeiro torna obrigatória a estatística de homicídio e feminicídio da juventude dentro do seu território. Além dessas iniciativas, o Rio de Janeiro instituiu um Observatório do Feminicídio com o objetivo de coletar e analisar os dados desse tipo de crime, bem como alinhar as ações dos diferentes órgãos para seu enfrentamento. Amazonas e Distrito Federal também possuem observatórios atuando nesse sentido.

No que se relaciona ao tensionamento político do debate, Rio de Janeiro e São Paulo instituíram em 2019 e 2021, respectivamente, Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) com foco na investigação e apuração das causas do feminicídio em seus territórios. São Paulo, assim como o Amazonas instituíram também Frentes Parlamentares com foco no feminicídio. Sobre o financiamento dessas políticas de enfrentamento, Maranhão, Minas Gerais e São Paulo instituíram fundos específicos para financiar ações voltadas para o enfrentamento do feminicídio.



Políticas e ações de enfrentamento são instituídas na legislação do Amazonas, Pará, Amapá, Roraima, Mato Grosso e Paraíba. O conjunto desses documentos destaca a articulação dos diferentes marcadores sociais da diferença na produção de vulnerabilidades específicas às mulheres. Aqui é possível perceber uma perspectiva interseccional modulando a compreensão da violência. A noção de identidade de gênero aparece como marcador social em documentos oficiais do Mato Grosso, Roraima e Amazonas. No Rio de Janeiro, as pessoas trans e travestis são incluídas no escopo de atuação da Delegacia de Combate aos Crimes de Feminicídio através da Indicação Legislativa Nº 566, de 2022. Em seu Art. 2º, o documento institui que à Delegacia de Combate aos Crimes de Feminicídio compete: “executar as atividades de enfrentamento aos crimes de Feminicídio, consumado ou tentado, de autoria conhecida ou não, sempre que houver o assassinato de mulheres, travestis e mulheres transexuais na perspectiva de gênero, como entendido no Código Penal”.

Em relação a construção de estratégias de divulgação da lei, Ceará, Amazonas, Roraima, São Paulo, Mato Grosso e Distrito Federal possuem legislação específica que torna obrigatória a ampla divulgação da lei nos estabelecimentos de ensino público. No Ceará, a Lei nº 17.303, de 22 de setembro de 2020 versa sobre a fixação de cartazes em ônibus, vans e metrô que integram o sistema de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, divulgando a lei federal nº 13.104, de 9 de março de 2015 – Lei do Feminicídio –, e a lei federal nº 13.642, de 3 de abril de 2018 – Lei Lola.

Grande parte dos estados possuem legislação dedicada à construção de ações educativas e de conscientização, a partir da inclusão do dia de combate e enfrentamento ao feminicídio no calendário oficial dos estados. Geralmente, esse dia é



marcado pela realização de diferentes atividades destinadas a marcar simbolicamente a data como um momento de reflexão e de luta contra as altas taxas de assassinatos contra mulheres no Brasil.

O transfeminicídio continua sendo pauta urgente de luta dos movimentos sociais para o reconhecimento do crime e a integração ao Código Penal. A reivindicação de políticas públicas voltadas à população trans está inserida no debate nacional. Vale destacar que o assassinato de pessoas trans continua com números alarmantes, o Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025 (Benevides, 2026), publicado pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), apresenta, mais uma vez, as estatísticas de assassinato e reivindica ações integradas ao combate à violência de gênero.

O debate sobre a criminalização do feminicídio e do transfeminicídio no Brasil tem absorvido um conjunto de disputas e tensões centrais para pensar o campo discursivo de ação dos feminismos contemporâneos. Esse processo tem envolvido a produção de novas redes articuladoras e lutas interpretativas que disputam sentidos sobre quem é essa “mulher” que a lei busca proteger. O pensamento transfeminista tem constituído pontos de inflexão importantes para esse debate (Coacci, 2014). A construção política da categoria “transfeminicídio” tem propiciado reinterpretar as mortes de mulheres trans e travestis como resultado da “transmisoginia”, dinâmicas que têm reposicionado a agenda de lutas do movimento trans.

Algumas breves considerações finais

Ao situar o feminicídio e o transfeminicídio em uma perspectiva comparada, este capítulo buscou evidenciar que a tipi-



ficação penal e a produção normativa, embora fundamentais, não esgotam os sentidos e os efeitos da gestão estatal das mortes generificadas. O mapeamento preliminar revela que a Lei 13.104/2015, ao mesmo tempo em que representa um marco jurídico importante no reconhecimento da violência letal contra mulheres, é atravessada por tensões próprias da política sexual contemporânea, nas quais disputas morais, regimes de verdade e processos de subjetivação se entrecruzam.

A análise dos contenciosos entre Estado, organismos internacionais e movimentos sociais mostra que a convergência política que possibilitou a aprovação da lei não eliminou hierarquias internas no campo discursivo de ação, tampouco assegurou a incorporação plena de perspectivas feministas e transfeministas mais críticas. Nesse sentido, a perda de densidade teórica e política no texto final da legislação pode ser compreendida como efeito de negociações que, ao buscar consensos, também produziram silenciamentos e marginalizações - especialmente no que diz respeito às experiências de pessoas trans e travestis.

Por fim, os achados indicam que a gestão estatal do feminicídio e do transfeminicídio deve ser compreendida para além do aparato legal, considerando a heterogeneidade das respostas estaduais, as assimetrias na implementação de políticas públicas e os limites de uma abordagem centrada exclusivamente na punição. A perspectiva comparada, aponta para a necessidade de análises que articulem direito, política sexual e disputas transnacionais, reafirmando o papel dos movimentos sociais como atores centrais na produção de sentidos, na denúncia das violências e na construção de alternativas que enfrentem, de forma mais ampla, as condições estruturais que tornam determinadas vidas mais vulneráveis e mais matáveis.



Referências

ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 43, jan.-jun., p. 13-56, 2014.

ANGOTTI, Bruna; VIEIRA, Regina Estela Corrêa. O processo de tipificação do feminicídio no Brasil. In: Bertolin, Patrícia; Angotti, Bruna; Vieira, Regina Estela Corrêa. (Orgs.). *Feminicídio – quando a desigualdade mata: mapeamento da tipificação na América Latina*. Joaçaba: Editora Unoesc, 2020. p. 35–70.

BRASIL. Lei 13.104/2015, de 9 de março de 2015. Lei do Feminicídio. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 09 mar. 2015.

BENEVIDES, Bruna G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025*. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) - Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2026.

BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. *História Agora*, v. 1, n. 15, p. 134–161, 2014.

CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representação jurídica de papéis sociais*. São Paulo: Graal, 1983.

DEBERT, Guita; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 165–211, 2008.

GROSSI, Miriam Pillar. De Angela Diniz a Daniela Perez: a trajetória da impunidade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, (ano 1), p. 166-168, 1993.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado: Contextos e incertezas. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 47, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 62, 2021.

MIKOLSCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 32, n. 3, Set.-Dez., p. 723-745, 2017.



MORAES, Aparecida; SORJ, Bila. *Gênero, Violência e Direitos na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2009.

PASINATO, Wânia. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 37, p. 219-246, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p. 115–136, 2001.

SEGATO, Rita. Que és um feminicídio: Notas para um debate emergente. *Série Antropologia*, Brasília, n. 401, Universidade de Brasília, 2006.

VIANNA, Adriana. “Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos”. In: VIANNA, Adriana (Org.). *O Fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades*. Rio de Janeiro: E-papers, 2013. p. 11-35.



Transfeminicídio como categoria política e jurídica (negada)

Esmael Alves de Oliveira
Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa



Começo este texto pelo fim, tomo esta liberdade de anunciar a conclusão antes de qualquer outro enunciado discursivo. Eu não vou morrer! Este é o único veredito possível. É meu clamor e profecia. Eu não vou morrer! É um grito que ecoa lancinante, movimentando as estruturas cis/hetero/branco/magro/normativas. Precisamos ecoar com força: eu não vou morrer! Sem a crença nessa profecia, a vida se esvazia de sentido, perde o horizonte utópico. Desafiar a morte e viver é um ato de resistência contra a cis/hetero/branco/magro/normatividade que me quer morta. (Letícia Nascimento, 2020, p. 3)

Introdução

Este capítulo integra parte das ações do projeto de pesquisa em rede “Gestão Estatal do feminicídio e transfeminicídio: perspectivas comparadas entre Brasil, México, Peru, Equador e Espanha”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Brasil, é



coordenado pela segunda autora e conta com a participação do primeiro autor, membro da equipe de pesquisa. A rede é composta por pesquisadora(e)s e pesquisadores da Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, Universidade Federal da Grande Dourados, Universidade Nacional do México, Universidad de Las Américas/Equador, Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables del Peru e Universidad Pablo de Olavide/Sevilha. O objetivo do texto é refletir, à luz do Dossiê 2025 da Associação Nacional de Travestis de Transexuais (ANTRA), sobre a ausência de políticas públicas eficazes, o silenciamento institucional e o não reconhecimento jurídico e simbólico do transfeminicídio como categoria relevante na produção de justiça no Brasil. O aporte teórico adotado parte de diferentes autora(e)s que contribuem para iluminar as formas como a violência contra mulheres trans se estrutura e se reproduz no Brasil.

No contexto brasileiro, o debate sobre feminicídio e transfeminicídio adquire contornos ainda mais urgentes quando observamos que, embora o feminicídio seja reconhecido na Lei 14.994/2015¹, as experiências de mulheres trans permanecem em grande medida invisibilizadas tanto nas estatísticas oficiais quanto na formulação de políticas públicas (Benevides, 2025). A ausência de reconhecimento estatal das especificidades da violência contra pessoas trans contribui para a perpetuação de lacunas institucionais e normativas, dificultando a construção de respostas efetivas e inclusivas. Nesse cenário, os dados produzidos por organizações da so-

¹ O termo “transfeminicídio” ainda não é um crime autônomo no ordenamento jurídico brasileiro, mas a Lei Maria da Penha e a qualificadora de feminicídio, Lei 13.104/2015, podem ser aplicadas a casos de violência contra mulheres trans, reconhecendo que a vítima é uma mulher e que a motivação para o crime pode ser o ódio ou a discriminação à sua condição de identidade de gênero.



cidade civil, como a ANTRA, tornam-se fundamentais para a compreensão da magnitude do problema e o tensionamento dos limites das políticas vigentes.

De acordo com o dossiê da ANTRA, publicado em 2025, o Brasil ocupa, pelo 17º ano consecutivo, o posto de país que mais mata pessoas trans no mundo. Em 2024, foram registrados 122 assassinatos de pessoas trans e travestis, sendo a ampla maioria composta por mulheres trans negras, empobrecidas e residentes de regiões periféricas. Apesar de uma redução de 16% em relação ao ano anterior, a constância e a brutalidade dos casos revelam a naturalização da violência transfóbica como uma marca estruturante das dinâmicas sociais e políticas no país. Nas palavras de Bruna Benevides, presidenta da ANTRA e organizadora do Dossiê 2025,

O Brasil e o mundo vivem uma era de intensas disputas sobre direitos humanos, em que a população trans e travesti se encontra no centro de um projeto político, jurídico, social e econômico que visa erradicar sua existência da vida pública. E, no momento atual, esse projeto é marcado pela proliferação de leis e políticas que, em vez de promover a inclusão e a dignidade, buscam criminalizar, marginalizar, silenciar e apagar as vivências trans (Benevides, 2025, p. 6).

Jaqueline Gomes de Jesus (2013), Berenice Bento (2014) e Bruna Benevides (2025) contribuem para compreender que a violência estrutural não se reduz a episódios isolados de agressão ou morte, mas se expressa nas desigualdades históricas que atravessam raça, classe, gênero e sexualidade, condenando mulheres trans a condições precárias de vida, saúde, educação e trabalho. Como enfatiza Bento, “o transfe-



minicídio se caracteriza como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans no Brasil, motivada pelo ódio e nojo” (Bento, 2014, p. 1).

Essa leitura se fortalece quando aproximada da noção de necropolítica de Achille Mbembe (2018), que permite interpretar o transfeminicídio como expressão de uma política de morte, na qual o Estado decide quem deve morrer e quem pode viver, administrando a vida de forma seletiva e excludente ao naturalizar ou omitir-se diante dos assassinatos de pessoas trans. Nesse mesmo movimento crítico, os trabalhos de Letícia Nascimento (2020; 2021) e Viviane Vergueiro (2023) desvelam a cisnormatividade como regime social e epistemológico que estabelece a cisgeneridade como padrão universal e legítimo, relegando as identidades trans à marginalidade, ao descrédito e à violência cotidiana.

Por fim, a teoria da interseccionalidade (Collins; Bilge, 2021) evidencia como o transfeminicídio incide de forma ainda mais brutal sobre mulheres trans que, além da transfobia, enfrentam simultaneamente o racismo e a desigualdade de classe, compondo múltiplas camadas de vulnerabilidade e exclusão. Assim, ao articular essas diferentes perspectivas, torna-se possível compreender que o enfrentamento ao transfeminicídio exige políticas públicas inclusivas capazes não apenas de nomear essa violência, mas também de atacar seus determinantes estruturais, simbólicos e institucionais.

Para fins de organização, este capítulo está estruturado em quatro eixos principais. No primeiro, discutimos o transfeminicídio como categoria política negada, destacando sua emergência nos campos acadêmico e ativista e as consequências da ausência desse reconhecimento nos marcos legais e institucionais. Em seguida, analisamos os perfis marcados pela interseccionalidade da violência, ressaltando como gê-



nero, raça, classe, território e idade se articulam na produção das mortes de mulheres trans, especialmente das que ocupam posições sociais historicamente marginalizadas. O terceiro tópico examina a dimensão da violência simbólica e necropolítica, explorando tanto as práticas de brutalidade física que buscam apagar a existência trans quanto os mecanismos estatais e sociais que legitimam e administram essas mortes. Por fim, no quarto eixo, propomos uma reflexão sobre caminhos para políticas inclusivas e reparatórias, apresentando recomendações de movimentos sociais e da literatura especializada, ao mesmo tempo em que problematizamos os desafios para a construção de um horizonte de justiça social e reconhecimento pleno das vidas trans.

O transfeminicídio como categoria política negada

O conceito de transfeminicídio emerge nos campos acadêmico e ativista como uma resposta contundente à invisibilização das violências letais que atingem mulheres trans e travestis (Gomes de Jesus, 2013; Nascimento, 2021). Essa discussão se insere em um movimento mais amplo de construção de categorias críticas, elaborado por pesquisadoras e ativistas trans que tensionam os limites do feminismo, do direito e das políticas públicas. Como observa Emerson Araújo Ramos (2022, p. 1086),

O primeiro registro escrito da palavra “transfeminismo” data de 1997, quando foi empregada por Patrick Califia (Kaas, 2012A). Posteriormente, o termo foi popularizado nos anos 2000 na América Anglo-Saxônica por autoras trans como Emi Koyama (2003) e Julia Serano (2007; 2013), tendo alcançado o Brasil na



década de 2010 através de intelectuais ativistas como Jaqueline de Jesus (2012; 2014) e Hailey Kaas (2012A; 2012B; 2013).

Esse percurso histórico é fundamental para compreender como, no Brasil, o termo transfeminicídio adquire densidade política ao nomear um fenômeno sistemático de violência que vai além do feminicídio, evidenciando a intersecção entre misoginia e transfobia. Ainda de acordo com o pesquisador:

Transfeminicídio é um conceito criado para descrever o assassinato de travestis e mulheres transexuais por razão de gênero, cuja motivação é especificamente o desprezo ao trânsito que essas pessoas realizam desde o que socialmente é entendido como masculino (gênero que lhes foi atribuído ao nascer) em direção ao que socialmente é entendido como feminino. (Ramos, 2022, p. 1076).

Nesse sentido, nomear tais assassinatos como transfeminicídios não se trata de uma questão meramente semântica, mas de uma disputa política e epistemológica que confronta diretamente o monopólio cisnormativo na produção do direito e da justiça. Como argumenta Nascimento (2021), trata-se de reconhecer que esses crimes não se explicam apenas pela misoginia, mas pela intersecção entre misoginia e transfobia, compondo um regime de eliminação dos corpos que desviam da norma cisheteropatriarcal.

Destarte, a ausência do termo nos marcos legais e nas estatísticas oficiais não é mero esquecimento, pois é expressão daquilo que Judith Butler (2015) chamaria de produção de vidas precárias, aquelas que não são reconhecidas como



passíveis de proteção ou de luto. Quando o Estado se furta de nomear e registrar esses assassinatos, ele participa ativamente da manutenção de um regime de violências que retira das pessoas trans a condição de sujeitas e sujeitos de direito. Como mostra o dossiê da ANTRA, ao indicar que 89% das informações sobre os assassinatos de pessoas trans são coletadas a partir da mídia e não de bases estatais, evidencia-se um processo de negligência institucional que reforça a cis-normatividade como regime jurídico e epistemológico.

É nesse ponto que a reflexão de Simone Becker e Esmael Oliveira (2016), em “Educação e Direitos para (in)Humanos? Desafios e Reflexões sobre os Dilemas de LGBT’s” perante o Discurso Jurídico Brasileiro, torna-se crucial. Os autores tensionam a própria ideia de Direito ao indagar: “Direito para quem?” - isto é, quem é reconhecido como humano e, portanto, como sujeito de direito, e quem permanece relegado à esfera de abjeto, daquilo que o Direito não considera digno de proteção? Essa indagação permite problematizar a arquitetura jurídica brasileira que, mesmo em seus avanços, como a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006) ou a Lei do Feminicídio (Lei n. 13.104/2015), continuam sustentadas em categorias de gênero cisheterocentradas. Se, por um lado, as leis inovaram ao reconhecer a violência contra mulheres como problema público e estrutural, por outro, o escopo ainda se apoia na naturalização de uma concepção binária e fixa de gênero, o que exclui da sua proteção outras formas de existência, como as de mulheres trans e travestis.

Assim, a não inclusão do transfeminicídio no ordenamento jurídico brasileiro expõe tanto os limites quanto as contradições de uma justiça que insiste em operar com categorias restritivas e normativas. Como destacam Becker e Oliveira (2016), é necessário desconstruir o gênero tal como fixado



pela legislação, abrindo espaço para que novas experiências menos precárias de vida sejam possíveis. Isso implica reconhecer que a cisnormatividade não é apenas um problema cultural, mas também jurídico e político, que regula quem pode ser considerado digno(a) de tutela estatal e quem permanece relegado(a) à condição de descartável.

Dessa forma, o debate sobre transfeminicídio ultrapassa a reivindicação de uma nova tipificação penal: ele exige uma transformação paradigmática no direito brasileiro. Não se trata apenas de incluir a palavra “transfeminicídio” nas leis, mas de reconfigurar os próprios fundamentos da justiça, deslocando o foco do direito para além da matriz cisheteronormativa que estrutura seu discurso. O desafio, portanto, é criar condições jurídicas que não apenas reconheçam a existência das pessoas trans, mas que também as protejam efetivamente, garantindo-lhes experiências menos precárias de vida. Sem deixar de reconhecer que

Os conceitos são utilizados não apenas como categorias de análise, mas, também, como armas de combate que objetivam a transformação da linguagem e da forma como os sujeitos se referem às relações sociais. Assim, possuem tanto uma função epistemológica quanto política. (Ramos, 2022, p. 1077).

Perfis marcados pela interseccionalidade da violência

Se o não reconhecimento jurídico do transfeminicídio evidencia os limites de um Direito estruturado pela cisnormatividade e pela produção de vidas precárias, é nos perfis das vítimas que essa exclusão ganha materialidade. A omissão estatal não se distribui de maneira abstrata ou homogê-



nea: ela recai, de forma sistemática, sobre corpos atravessados por múltiplos marcadores de opressão (Oliveira, Araujo, 2020).

Trata-se de reconhecer essa violência sistemática em uma perspectiva interseccional:

o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica aponta para várias dimensões importantes do crescimento da desigualdade global. Primeiro, a desigualdade social não se aplica igualmente a mulheres, crianças, pessoas de cor, pessoas com capacidades diferentes, pessoas trans, populações sem documento e grupos indígenas. Em vez de ver as pessoas como uma massa homogênea e diferenciada de indivíduos, a interseccionalidade fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo” (Collins; Bilge, 2021, p. 33).

Nesse sentido, a análise do dossiê da ANTRA nos conduz diretamente à dimensão interseccional da violência, pois mostra como gênero, raça, classe, território e idade se entrelaçam para determinar quem são aquelas vidas tornadas descartáveis e passíveis de eliminação.

De acordo com o Dossiê, os dados de 2024 reiteram o perfil majoritário das vítimas: mulheres trans negras, jovens e pobres, muitas delas residentes em cidades do interior do Nordeste brasileiro. A interseccionalidade (Collins; Bilge, 2021) permite compreender como diferentes eixos de opressão - gênero, raça, classe, território e idade - se articulam para produzir experiências singulares de violência. Não se trata apenas de múltiplas discriminações, mas de uma violência estrutural que opera de modo interseccionado e integrado.



Quadro – Perfil da violência e das vítimas de transfeminicídio no Brasil

Categoria	Dados principais
Distribuição regional	Nordeste (38%) → maior número de casos; Sudeste (33%); Centro-Oeste (12,6%); Norte (9,7%); Sul (4,9%).
Estados com mais registros	São Paulo (17 casos), Minas Gerais (10 casos), Ceará (9 casos).
Identidade de gênero das vítimas	Mulheres trans e travestis (93,3%); Homens trans (6,7%).
Faixa etária	Prevalência de 26 a 35 anos (36,8%).
Raça/Cor	Parda (36,5%), Preta (26%).
Ocupação	Incidência maior de trabalhadoras sexuais, muitas mortas ou violentadas em seu local de trabalho (ruas).
Situação das investigações	66% dos casos ainda em investigação; 34% com prisão de suspeitos.
Agressores identificados	Companheiros/ex-companheiros (14 casos); Clientes (9 casos); Execuções ligadas a dívidas, drogas e organizações criminosas (9 casos).

Fonte: Dossiê ANTRA 2025 / Sistematização: autoria própria

A análise dos dados acima evidencia que o transfeminicídio no Brasil não é um fenômeno aleatório, mas sim estruturado por marcadores sociais de diferença que revelam a seletividade das violências. A concentração de casos na Região Nordeste (38%) e Sudeste (33%), somada ao perfil majoritário das vítimas - mulheres trans e travestis negras ou pardas, entre 26 e 35 anos, trabalhadoras sexuais e residentes em contextos de vulnerabilidade social - demonstra como o cruzamento interseccional entre gênero, raça, classe, estado civil, território e ocupação atua na produção das mortes.

A marginalização econômica e a exclusão do mercado formal de trabalho forçam muitas mulheres trans à prostituição como única forma de sobrevivência – o que, como demonstram Jaqueline Gomes de Jesus (2013) e Bruna Benevides (2025), não deve ser lido apenas como vulnerabili-



dade, mas também como resistência frente a um sistema de negação histórica de acesso a direitos básicos. Ainda assim, o estigma social associado ao trabalho sexual contribui para deslegitimar suas denúncias e alimentar a impunidade.

A expectativa de vida média de apenas 35 anos entre pessoas trans no Brasil (Nascimento, 2020), não pode ser entendida como uma fatalidade, mas como expressão de um projeto de morte sustentado por instituições que deveriam garantir vida, cuidado e proteção. O que tal dado evidencia? Que além de um projeto de morte, sustentado por instituições, há uma espécie de agenciamento de subjetividades agressivas com mecanismos discursivos de silenciamentos, deslocamentos de sentidos e naturalizações que sustentam as práticas mais violentas: espancamentos com mutilações preferenciais de face e de genitais, crucifixões e espancamentos (Oliveira, Araujo, 2020).

Nesse sentido, a categoria de interseccionalidade, conforme formulada por Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), é fundamental para compreender como diferentes sistemas de opressão não operam de maneira isolada, mas se entrelaçam, criando condições específicas de precariedade para mulheres trans que se encontram no cruzamento de múltiplas desigualdades (Benevides, 2025; Nascimento, 2020).

Esses dados também podem ser lidos à luz da noção de vida precária elaborada por Judith Butler (2015). O fato de que a ampla maioria das vítimas são jovens racializadas e trabalhadoras sexuais não é uma coincidência, mas resultado de uma lógica social e institucional que define quais vidas são dignas de luto, proteção e reconhecimento. A negligência do Estado, evidenciada pelo fato de que 66% dos casos ainda se encontram em investigação, reforça a ideia de que essas existências são vidas não passíveis de luto, vidas cuja perda não



mobiliza o mesmo grau de comoção e resposta pública. Nesse contexto, o transfeminicídio não se limita a um ato individual de violência, mas revela uma estrutura coletiva de desvalorização e invisibilização.

Por fim, a categoria de necropolítica, proposta por Achille Mbembe (2018), permite compreender como o Estado brasileiro exerce poder soberano sobre a vida e a morte, não apenas pela violência direta, mas sobretudo pela gestão das condições de sobrevivência. Quando trabalhadoras sexuais trans são assassinadas em seu local de trabalho, ou quando a maior parte dos crimes permanece sem solução judicial, observa-se uma política de morte que naturaliza a eliminação de determinados corpos e subjetividades. Nesse quadro, a violência não é apenas tolerada, mas também organizada por meio da omissão e da cumplicidade institucional, transformando as ruas e as periferias em verdadeiros espaços de extermínio.

Assim, a articulação entre interseccionalidade, vida precária e necropolítica mostra que o transfeminicídio deve ser compreendido não apenas como um crime motivado por ódio individual, mas como uma expressão das formas contemporâneas de gestão desigual da vida, nas quais mulheres trans - sobretudo negras, jovens e empobrecidas - são situadas no limite entre a invisibilidade social e a violência extrema. Reconhecer essas articulações é condição necessária para que se possa pensar políticas públicas que enfrentem as raízes estruturais do problema e que se pautem pelo princípio da justiça social e da reparação histórica.



Violência simbólica e necropolítica: entre o silêncio do Estado e a legitimação social

A brutalidade dos assassinatos - frequentemente marcados por esquarteramentos, mutilações e agressões dirigidas a partes do corpo associadas à feminilidade - revela uma dimensão simbólica da violência que Pierre Bourdieu (1989) identificou como violência simbólica, isto é, a dominação incorporada que opera pela negação do outro. Essas práticas de aniquilamento funcionam como mecanismos de controle sobre o corpo e a identidade, com o objetivo de apagar a existência trans como possibilidade legítima de vida (Oliveira; Araujo, 2020; Ramos, 2022).

Nessa perspectiva, o debate sobre o transfeminicídio não pode restringir-se ao perfil das vítimas. É necessário considerar a produção social e política dos agressores, que no Brasil não se configuram como indivíduos isolados, mas como sujeitos forjados em um contexto cisheteropatriarcal, racista e classista que legitima práticas de extermínio.

Ao negligenciar políticas de proteção, omitir registros oficiais e recusar o reconhecimento jurídico do transfeminicídio, o próprio Estado se torna cúmplice dessa violência, alimentando uma cultura de impunidade que encoraja a ação dos assassinos. O perfil dos agressores, assim, se desenha na intersecção entre homens cis - em sua maioria jovens, socializados em uma masculinidade violenta e heteronormativa - e instituições que reforçam hierarquias de gênero e sexualidade, perpetuando desigualdades estruturais. O extermínio necropolítico das mulheres trans, portanto, não decorre apenas da vulnerabilidade das vítimas, mas da conjunção entre práticas de ódio socialmente legitimadas e a maquinaria estatal que naturaliza a morte como destino para corpos dissidentes (Bento, 2014).



Como sublinha Ramos (2022, p. 1091):

É nesse aspecto que a expressão “crime de ódio” é insuficiente para descrever a semântica dos transfeminicídios, posto que oculta a instância social desse tipo de violência e sua dimensão comunicativa. Os homicídios não têm sentido se eles não puderem ser conhecidos pelos sujeitos que participam de determinada configuração social, formando uma rede de compartilhamento dos enunciados. A violência expressada nesses crimes possui um intenso efeito normativo para os demais sujeitos que integram essa cadeia de comunicação, aterrorizando as pessoas cisdissidentes e empoderando os homens cisgêneros. (Ramos, 2022, p. 1091)

Nesse enquadre, a lógica da necropolítica (Mbembe, 2018) é central para compreender como o Estado brasileiro regula e administra a morte de determinados grupos sociais, entre eles a população trans. Ao negligenciar políticas públicas, deixar de registrar os crimes adequadamente e permitir que discursos de ódio prosperem no debate público e nas redes sociais, o Estado atua como gestor da morte dessas populações.

A atuação de grupos antitrans, principalmente direcionada a crianças e adolescentes trans, contribui para o que a ANTRA denomina como “transinfanticídio” - uma forma de violência que visa impedir o florescimento de subjetividades dissidentes desde a infância. Essa estratégia de coerção é sustentada por discursos conservadores e fundamentalistas que promovem a cisgeneridade compulsória, como discutido por Preciado (2020), transformando o ambiente político em um campo de extermínio simbólico e material.



Caminhos para políticas inclusivas e reparatórias

Diante desse cenário, torna-se urgente a formulação de políticas públicas orientadas não apenas pela lógica da inclusão formal, mas também por princípios de justiça social, equidade e reparação histórica. Como indicam os dados apresentados pela ANTRA, a violência contra pessoas trans, em especial contra mulheres trans e travestis negras e empobrecidas, não é episódica, mas estrutural. Portanto, qualquer resposta estatal deve ser capaz de enfrentar as raízes históricas da cisnormatividade e da transfobia como sistemas de dominação. Nesse sentido, propostas como a regulamentação das redes sociais para coibir discursos de ódio, a implementação imediata do Programa de Saúde Específico para a População Trans (PAESPopTrans) e a instituição de ações afirmativas em concursos públicos e universidades configuram passos necessários, mas ainda insuficientes se não acompanhados de uma transformação paradigmática na forma como o Estado concebe gênero, cidadania e dignidade.

Essa transformação exige reconhecer, como aponta Bruna Benevides (2025), que a transfobia não se reduz a práticas individuais de discriminação, mas se expressa como uma política de Estado: opera na seletividade das estatísticas, na negligência das investigações criminais, na ausência de programas de saúde e educação voltados às populações trans e no silenciamento de suas demandas. Aqui, o aporte da teoria da interseccionalidade (Collins; Bilge, 2021) é central para pensar políticas que considerem o cruzamento entre raça, gênero, classe, território e geração, evitando soluções universalistas que reproduzem desigualdades ao invisibilizar as experiências específicas das mulheres trans racializadas e empobrecidas.



Além disso, é preciso tensionar a própria noção de cidadania no Brasil. Inspirados em Judith Butler (2015), pode-se afirmar que políticas reparatórias só serão eficazes se forem capazes de ampliar os limites do que é reconhecido como vida digna de luto e proteção. Isso significa deslocar a cidadania da sua base cisheteronormativa para uma concepção plural, que acolha a multiplicidade de identidades e experiências de gênero (Preciado, 2020). Em diálogo com Mbembe (2018), trata-se de enfrentar as lógicas necropolíticas que administram a morte de corpos trans e de instaurar o que o autor chamaria de políticas da vida, orientadas pela preservação, pelo cuidado e pelo reconhecimento da alteridade.

Nesse contexto, medidas como a formação continuada de agentes da segurança pública, da saúde e da justiça, bem como a inclusão transversal da pauta trans nos currículos escolares, não podem ser vistas como ações pontuais, mas como dispositivos de reconfiguração cultural e institucional. Elas têm a potência de romper com o ciclo de violência simbólica (Bourdieu, 1989) que sustenta a marginalização, produzindo novas formas de pertencimento e legitimidade social. O desafio, portanto, não é apenas incluir pessoas trans em sistemas historicamente excludentes, mas reinventar os próprios sistemas a partir de uma perspectiva de justiça epistêmica e de redistribuição radical das condições de cidadania.

Assim, pensar políticas inclusivas e reparatórias implica deslocar o debate do campo da tolerância ou da assistência para o campo da justiça e da reparação histórica. Implica reconhecer que não se trata de “dar voz” às pessoas trans, mas de desarticular as estruturas que sistematicamente silenciam, invisibilizam e produzem sua morte. Apenas nesse horizonte é possível vislumbrar um futuro em que vidas trans sejam não apenas reconhecidas, mas plenamente vivíveis.



Considerações finais

A análise dos dados divulgados pela ANTRA em 2025 evidencia não apenas a persistência da violência contra pessoas trans no Brasil, mas o modo como ela é sistematicamente naturalizada, invisibilizada e, em muitos casos, legitimada por discursos oficiais, práticas institucionais e pela própria inércia estatal. O transfeminicídio, longe de constituir um fenômeno isolado ou episódico, inscreve-se em um regime de produção e gestão da morte que opera a partir de normas cisheteropatriarcais, racistas e classistas. Esse regime, como nos alerta Achille Mbembe (2018), é expressão da necropolítica: uma forma de soberania que decide quais corpos podem viver e quais estão condenados ao desaparecimento. No caso brasileiro, a seletividade dos assassinatos de mulheres trans negras, jovens, empobrecidas e trabalhadoras sexuais revela como o Estado administra a precariedade, negando a essas vidas a condição de dignidade, proteção e reconhecimento.

A ausência do reconhecimento jurídico e político do transfeminicídio reforça a ideia butleriana de vidas precárias (Butler, 2015): existências que, por não se conformarem à matriz cisheteronormativa, não são consideradas dignas de luto nem de reparação. A cada dado invisibilizado nas estatísticas oficiais e a cada caso não investigado pela polícia, o Estado reafirma sua cumplicidade na manutenção desse regime de exclusão, transformando a omissão em política e a indiferença em forma de governamentalidade.

Reconhecer o transfeminicídio como categoria política e jurídica é, portanto, mais do que uma demanda por visibilidade estatística: trata-se de um imperativo ético e democrático de justiça, memória e futuro (Ramos, 2022). À luz da interseccionalidade, essa luta exige compreender que



a violência transfóbica não opera de forma isolada, mas no entrelaçamento com o racismo, a pobreza e a marginalização territorial, produzindo camadas cumulativas de vulnerabilidade. Qualquer política que pretenda enfrentar essa realidade deve, portanto, romper com paradigmas ciscentrados do direito e da cidadania, assumindo a urgência de uma reparação histórica que coloque as vidas trans no centro de uma agenda de direitos.

Em tempos de avanço do conservadorismo, do recrudescimento dos discursos de ódio e da negação de direitos já conquistados (Benevides, 2025), afirmar que vidas trans importam é um ato político radical: é dizer que uma sociedade democrática não pode ser construída sobre os escombros da exclusão, do silenciamento e da morte programada. Como nos lembra Audre Lorde (2015), “o silêncio não nos protegerá”; pelo contrário, ele perpetua a violência. Romper esse silêncio, nomear o transfeminicídio e reivindicar políticas inclusivas e reparatórias é, assim, um gesto de resistência e de afirmação da vida contra as engrenagens necropolíticas que insistem em transformá-la em descartável.

Referências

ANTRA. *Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024*. Brasília: ANTRA, 2025.

BECKER, Simone; OLIVEIRA, Esmael Alves de. Educação e Direitos para (in) Humanos? Desafios e Reflexões sobre os Dilemas de LGBT's perante o Discurso Jurídico Brasileiro. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, v. 9, n. 19, p. 163-180, 2016.

BENEVIDES, Bruna. A resistência trans diante das tentativas de erradicação. In: ANTRA. *Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024*. Brasília: ANTRA, 2025. pp. 06-08.

BENTO, Berenice. Brasil: país do transfeminicídio. *Centro Latino-americano em Sexualidade Direitos Humanos*, 4 jun. 2014. Disponível em: ht-



[tps://clam.org.br/acervo-site-clam/artigos-e-resenhas/brasil-pais-do-transfeminicidio-5/21935/](https://clam.org.br/acervo-site-clam/artigos-e-resenhas/brasil-pais-do-transfeminicidio-5/21935/) Acesso em: 19 set. 2025.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

DE JESUS, Jaqueline Gomes. Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. *História Agora*, v. 16, n. 2, p. 101-123, 2013.

LORDE, Audre. *A transformação do silêncio em linguagem e ação*. Portal Geledés, 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/> Acesso em: 11 set. 2025.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NASCIMENTO, Letícia. EU NÃO VOU MORRER: solidão, autocuidado e resistência de uma travesti negra e gorda para além da pandemia. *Revista Inter-Legere*, Natal, v. 3, n. 28, p. 1-22, 2020.

OLIVEIRA, Esmael Alves de; ARAUJO, Jow O. Marcas Necropolíticas sobre corpos dissidentes em Mato Grosso Do Sul/MS. *Perspectivas Em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, Naviraí, v. 7, p. 295-306, 2020.

PRECIADO, Paul B. *Um Apartamento em Urano*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2020.

RAMOS, Emerson Erivan de Araújo. Transfeminicídio: genealogia e potencialidades de um conceito. *Rev. Direito e Práx.*, Rio de Janeiro, v.13, n. 2, p.1074-1096, 2022.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Salvador: Edufba, 2023.



Feminicidio y Transfeminicidio en México desde el Género y la Igualdad

Alejandra Salguero Velázquez



Antecedentes

Se puede ubicar un momento histórico en México, los años 90' donde la violencia de género, la desaparición de mujeres y el feminicidio en Ciudad Juárez, Chihuahua, se convirtió en un tema de atención a nivel nacional. Fue a partir de las organizaciones de víctimas, grupos feministas y derechos humanos que visibilizaron y señalaron que estos hechos ocurrían en medio de la indiferencia de las autoridades.

Fue a través de la movilización y denuncia, que se reconoció la problemática por la comunidad internacional y el estado mexicano, recibiendo recomendaciones de organismos internacionales de derechos humanos.

El Observatorio Ciudadano Nacional del Feminicidio (OCNF, 2015), informó que “México acumuló un total de 140 recomendaciones internacionales en el periodo de 2000-2006 en el tema de derechos de las mujeres, y 63 recomendaciones están dirigidas a atender el feminicidio en Ciudad Juárez, en su mayoría en los aspectos de procuración y administración de justicia, debido a que las acciones emprenden-



didadas han sido insuficientes, y se ven reflejadas en los casos de feminicidio presentados por la Corte Interamericana de Derechos Humanos en contra del Estado mexicano”.

La grave situación de violencia de género y en particular de la problemática del feminicidio ha llevado al Estado mexicano a tomar medidas legislativas e institucionales para prevenir, sancionar y erradicar este delito que lesiona gravemente los derechos humanos de las mujeres y que daña el tejido social de las comunidades.

Algunas acciones

En 2007 fue promulgada la Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia (LGAMVLV). Estableciendo la “Alerta de violencia de género”, que consiste en el conjunto de acciones gubernamentales de emergencia para enfrentar y erradicar la violencia feminicida ejercida por individuos o por la comunidad (art. 22).

En el caso del Estado de México, debido al alto número de casos de homicidios con características feminicidas, organizaciones de la sociedad civil solicitaron en el año 2010 la Declaratoria de Alerta de Violencia de Género. Cinco años de litigio para que la solicitud fuera atendida, conformándose el Grupo Interinstitucional y Multidisciplinario. En su informe señala no sólo el incremento progresivo de la violencia contra las mujeres, sino una serie de obstáculos en el acceso a la justicia como la falta de aplicación de protocolos de investigación con perspectiva de género, negligencia, corrupción y falta de atención adecuada a las víctimas, infraestructura y personal suficiente.

De igual manera, se establece que “las autoridades encargadas de la atención y procuración de justicia, revictimizan a



las mujeres víctimas de violencia, a sus familiares, y ejercen violencia institucional en su contra”.

Finalmente, el 28 de julio de 2015, en el marco de su 16ª sesión extraordinaria, el Sistema Nacional de Prevención, Atención, Sanción y Erradicación de la Violencia contra las Mujeres (Sistema Nacional) acordó por unanimidad la procedencia de la declaratoria de Alerta de Violencia de Género contra las Mujeres (AVGM) en los municipios del Estado de México, solicitando a la Secretaría de Gobernación la coordinación de las acciones interinstitucionales y transversales de la resolución adoptada.

Reconociendo que el delito de feminicidio es una forma de violencia extrema en contra de las mujeres con graves consecuencias para las víctimas y la sociedad, así como los obstáculos para el acceso a la justicia y la victimización secundaria que enfrentan las víctimas del delito de feminicidio.

La Comisión Ejecutiva de Atención a Víctimas del Estado de México (CEAVEM) se suma a los esfuerzos institucionales y refrenda su compromiso para garantizar los derechos de las víctimas de feminicidio a la ayuda, asistencia, atención y reparación integral del daño en el marco de sus atribuciones y facultades establecidas en la Ley de Víctimas del Estado de México.

Marco normativo internacional

- Convención sobre la Eliminación de todas las formas de Discriminación contra la Mujer. CEDAW (por sus siglas en inglés) (ONU).
- Convención Interamericana para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra la mujer. “Convención de Belem do Para” (OAS).



- Convención Americana sobre Derechos Humanos (CADH).
- Declaración sobre los principios fundamentales de justicia para las víctimas de delitos y del abuso de poder (ONU).
- Principios y directrices básicos sobre el derecho de las víctimas de violaciones manifiestas de las normas internacionales de derechos humanos y de violaciones graves del derecho internacional humanitario a interponer recursos y obtener reparaciones (ONU).

Del mismo modo, las siguientes recomendaciones y sentencias de organismos internacionales de Derechos Humanos:

- Corte Interamericana de Derechos Humanos. Caso González y Otras (“Campo Algodonero”) vs. México. Sentencia de 16 de noviembre de 2009.
- Observaciones finales del Comité para la Eliminación de la Discriminación contra la Mujer, realizadas a México en 2012.

Marco normativo nacional

- Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos.
- Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia.
- Ley General de Víctimas.
- Ley General de los Derechos de Niñas, Niños y Adolescentes.
- Ley Federal Para Prevenir y Eliminar la Discriminación.
- Ley de Asistencia y Prevención de la Violencia Familiar.
- Código Penal Federal.
- Código Nacional de Procedimientos Penales.



- Suprema Corte de Justicia de la Nación. Amparo en revisión 554/2013.
- Plan Nacional de Desarrollo.
- Decreto del Ejecutivo para atender la Declaratoria de Alerta de Violencia de Género contra las Mujeres.

Marco conceptual

Se incorpora la Perspectiva de género como categoría analítica para comprender las formas en que se construyen cultural y socialmente las concepciones sobre los hombres y las mujeres, y las relaciones de desigualdad. En esta medida, la perspectiva de género se ha incorporado como un elemento estratégico en las políticas públicas, programas y proyectos para combatir la desigualdad entre hombres y mujeres.

La perspectiva de género es definida por la Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia (art. 5, fracción IX) como

una visión científica, analítica y política sobre las mujeres y los hombres. Se propone eliminar las causas de la opresión de género como la desigualdad, la injusticia y la jerarquización de las personas basada en el género. Promueve la igualdad entre los géneros a través de la equidad, el adelanto y el bienestar de las mujeres; contribuye a construir una sociedad en donde las mujeres y los hombres tengan el mismo valor, la igualdad de derechos y oportunidades para acceder a los recursos económicos y a la representación política y social en los ámbitos de toma de decisiones.



Feminicidio en México

El concepto de feminicidio ha recorrido un largo camino desde las primeras conceptualizaciones en el ámbito de las ciencias sociales, hasta su traducción en el ámbito jurídico. El término fue utilizado por primera vez por Diana Russell en 1976 y fue en 1990, cuando, junto a Jane Caputi, Russell redefine el feminicidio como “el asesinato de mujeres por hombres motivado por el odio, desprecio, placer o sentido de posesión hacia las mujeres” (Russell y Harmes, 2006). El feminicidio no es equivalente a homicidio de mujeres. El término fue acuñado no sólo para señalar el sexo de las víctimas, sino para visibilizar la construcción social de estos crímenes de odio y la impunidad que los configura (Lagarde 2006).

El feminicidio tiene características particulares, causas y consecuencias cuya raíz está en la desigualdad de género. Según el Observatorio Ciudadano Nacional sobre Feminicidio, **el feminicidio se refiere al asesinato de mujeres por parte de hombres que las matan por el hecho de ser mujeres.** Los feminicidios son asesinatos motivados por la misoginia, porque implican el desprecio y el odio hacia las mujeres; y por el sexismo, porque los varones que las asesinan sienten que son superiores a las mujeres y que tienen derecho de terminar con sus vidas; o por la suposición de propiedad sobre las mujeres (OCNF 2009:11).

El feminicidio comprende toda una progresión de actos violentos que van desde el maltrato emocional y psicológico, los golpes, los insultos, la tortura, la violación, la prostitución, el acoso sexual, el abuso infantil, el infanticidio de niñas, las mutilaciones genitales, la violencia doméstica y toda política que derive en la muerte de las mujeres, tolerada por el Esta-



do. En este sentido, el feminicidio es el extremo de un *continuum de violencia*.

La muerte de mujeres por razones de género, ya sea en la familia, unidad doméstica o cualquier relación interpersonal, en la comunidad, o que sea perpetrada o tolerada por el Estado y sus agentes, por acción u omisión será considerada como feminicidio.

En la conceptualización del feminicidio, un elemento clave es la permisibilidad de la sociedad, la desigualdad de género y la tolerancia del Estado.

La violencia institucional mantiene un estado de impunidad sobre los feminicidios que se caracteriza por la falta de esclarecimiento de los hechos, acceso a la justicia, a la verdad y a la reparación del daño. A su vez, la impunidad refuerza los estereotipos de género presentes en la cultura con lo que se retroalimenta un círculo vicioso de violencia de género.

En la Ciudad de México existen 8 razones de género dentro del tipo penal de feminicidio estipuladas en el artículo 148 BIS de nuestro Código Penal. Estas razones de género están relacionadas a la violencia que viven las mujeres antes, durante y después de la privación de la vida. Dichas razones de género consideran la violencia sexual, el tipo de las lesiones infligidas, los antecedentes de violencia y el ámbito en el que se desarrollaron, la relación entre la víctima y el victimario, la exposición de las víctimas posterior a la privación de la vida, el aislamiento impuesto a la víctima, y el estado de indefensión.

Atlas de feminicidios de la Ciudad de México

El Atlas de feminicidios en México (2019), es el resultado de una metodología elaborada por la Fiscalía de Investigación



del Delito de Feminicidio, la cual se crea el 17 de septiembre de 2019 a través del acuerdo A/11/2019 de la Procuraduría General de Justicia de la Ciudad de México y mediante el acuerdo FGJCDMX/18/2020 comienza sus funciones dentro de la Coordinación de Investigación de Delitos de Género y Atención a Víctimas con la encomienda de conocer y actuar en los casos que la ley señala como feminicidio consumado y en grado de tentativa.

La Unidad de Análisis y Estadística de la Fiscalía de Investigación del Delito de Feminicidio, se crea para generar bases de datos precisas y completas de las muertes violentas de mujeres en la ciudad de México, para la presente herramienta cartográfica se consideraron:

1. La demarcación territorial de la Ciudad, lo cual tiene como objetivo contribuir a la generación de políticas públicas encaminadas a la erradicación de la violencia hacia las mujeres y niñas desde las instancias que las gobiernan.
2. La temporalidad para sistematizar la información a partir de la disponibilidad de ésta, siendo el periodo de 2019 a 2024; sin embargo, actualmente se está trabajando en la sistematización de información de años anteriores a la temporalidad presentada en esta herramienta.
3. Se añadieron variables a la base de datos de feminicidios en la Ciudad de México sistematizando la información desde la perspectiva de género y con enfoque de Derechos Humanos considerando estándares nacionales e internacionales.
4. Se analizó la información de cada una de las carpetas de investigación iniciadas en la Ciudad de México, desde los datos principales hasta la lectura de peritajes y testimoniales que pudieran aportar mayores datos.



5. La colaboración interdisciplinaria para acreditar o descartar las razones de género en cada uno de los casos analizados.
6. La georreferenciación de dichos eventos en la Ciudad de México a través del trabajo de clasificar los feminicidios respecto a las fracciones del tipo penal generando información confiable sobre estos que pudiera representarse cartográficamente a la sociedad.

Asimismo, se hace de conocimiento a la población que las bases de datos conforme a estos hechos violentos continúan integrándose, desagregando más información para seguir nutriendo esta herramienta.

El Atlas de Feminicidios tiene como objetivo transparentar de manera proactiva la información que se sistematiza diariamente en la Fiscalía de Investigación del Delito de Feminicidio a través del análisis estadístico y su representación cartográfica con la finalidad de servir como una herramienta abierta de rendición de cuentas para el análisis de la violencia feminicida.

El mapa busca generar conciencia conforme a la dimensión del delito de feminicidio y explicar la materialización de la violencia en los espacios de la ciudad desde una perspectiva de género y con un enfoque de Derechos Humanos. Este trabajo tiene miras colaborativas que incentiven el trabajo conjunto entre instancias públicas, académicas, organizaciones no gubernamentales, colectivos y nuestra sociedad para erradicar la violencia contra las mujeres a través de nuevas formas de estudiarla.

Esta herramienta puede contribuir al estudio y concientización relacionada a la incidencia del delito de feminicidio, y el constante trabajo en ello puede coadyuvar a mejorar la ciudad que habitamos.



Delito de feminicidio

El reconocimiento y la tipificación del delito de feminicidio constituye un avance en la garantía del derecho de las víctimas a la verdad, la justicia y la reparación integral del daño, al tiempo que fortalece el papel de la justicia penal en la prevención de este grave delito. El impulso de las organizaciones de la sociedad civil y de víctimas ha sido fundamental para alcanzar tipos penales especiales que den cuenta de los asesinatos de mujeres por razones de género.

México ha dado pasos importantes para enfrentar la grave problemática del feminicidio y adecuar su legislación a los estándares internacionales. En el año 2007 se aprobó la Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia, y en el año 2012 se reformó el Código Penal Federal para incluir el delito de feminicidio en el artículo 325. En el caso del Estado de México, se tipificó el delito de feminicidio en 2014, quedando establecido en el Código Penal del Estado de México (art. 281):

Comete el delito de feminicidio quien prive de la vida a una mujer por razones de género. Se considera que existen razones de género cuando concorra alguna de las siguientes circunstancias:

I. La víctima presente signos de violencia sexual de cualquier tipo.

II. A la víctima se le hayan infligido lesiones o mutilaciones infamantes o degradantes, previas o posteriores a la privación de la vida o actos de necrofilia.

III. Existan antecedentes, datos o medios de prueba de cualquier tipo de violencia en el ámbito familiar, laboral o escolar, del sujeto activo en contra de la víctima.



IV. Haya existido entre el activo y la víctima una relación sentimental, afectiva o de confianza.

V. Existan datos o medios de prueba que establezcan que hubo amenazas relacionadas con el hecho delictuoso, acoso o lesiones del sujeto activo en contra de la víctima.

VI. La víctima haya sido incomunicada, cualquiera que sea el tiempo previo a la privación de la vida.

VII. El cuerpo de la víctima sea expuesto en un lugar público.

VIII. Como resultado de violencia de género, pudiendo ser el sujeto activo persona conocida o desconocida y sin ningún tipo de relación.

Impactos a nivel colectivo del feminicidio

El feminicidio es un delito con graves consecuencias en el núcleo familiar, pero también a nivel comunitario y social. Sobre todo, cuando persiste una situación de impunidad, se envía un mensaje de permisividad que reafirma los estereotipos y la discriminación de género, favorece la repetición del delito, y genera impactos específicos en las mujeres de un grupo o comunidad. Entre estos impactos se encuentra un sentimiento de vulnerabilidad, desamparo, y la pérdida de libertad para las mujeres.

Para este fin, se crea el Protocolo de Atención a Víctimas u Ofendidos del Delito de Feminicidio en 2017, en el que establecen los lineamientos operativos para garantizar los derechos de las víctimas a la ayuda, asistencia, atención y reparación integral del daño, y al mismo tiempo impulsar los derechos de las víctimas en el proceso penal para garantizar una investigación con perspectiva de género que abone a la lucha contra la impunidad y la erradicación del feminicidio.



Protocolo especializado en atención a víctimas del delito de feminicidio

La elaboración y publicación del Protocolo en 2027, se origina en la identificación de tres factores que muestran la necesidad y pertinencia de un instrumento especializado para la atención a víctimas del delito de feminicidio:

- a) El reconocimiento del aporte de las víctimas y ofendidos del delito de feminicidio y la deuda del Estado. Las víctimas de feminicidio, tanto mujeres sobrevivientes como familiares de mujeres víctimas de feminicidio siguen trabajando hasta el día de hoy por la justicia y por reconstruir su proyecto de vida frente a los graves impactos que la pérdida violenta de una hija, hermana, madre o familiar genera. El Estado reconoce el aporte de las víctimas a la lucha por la verdad y la justicia, la erradicación de la violencia de género y la igualdad, así como su deuda histórica, pues la falta de diligencia para investigar y de atención adecuada ha generado mayor dolor y angustia en las víctimas. Asimismo, expresa su compromiso de garantizar los derechos de las víctimas que siguen sufriendo por los feminicidios cometidos en años anteriores.
- b) Las víctimas y familiares del delito de feminicidio necesitan atención especializada jurídica, médica, psicológica y de trabajo social con perspectiva de género. Es decir, una atención que comprenda los impactos específicos de la muerte violenta de mujeres en sus familiares y personas allegadas, y que destierre las prácticas que reproducen estereotipos de género en la atención a las víctimas.
- c) Las víctimas del delito de feminicidio, así como las mujeres sobrevivientes de feminicidio, enfrentan una



forma de violencia adicional derivada de los procesos de victimización secundaria en la interacción con las autoridades responsables de garantizar sus derechos, como la estigmatización y culpabilización de las víctimas. Estas prácticas discriminatorias están basadas en estereotipos de género que reinscriben la violencia en la búsqueda de verdad, justicia y reparación de las víctimas.

El Protocolo abona al cumplimiento de la obligación del Estado de prevenir la violencia y discriminación de género, y deberá ser acompañado de esfuerzos redoblados para prevenir, sancionar, atender y erradicar la violencia contra las mujeres.

1. Objetivo del Protocolo

El Protocolo especializado de atención para víctimas de violencia (2017), tiene como objetivo establecer los procedimientos, acciones en materia de atención integral (psico-social, médica, jurídica y de trabajo social) y mecanismos de coordinación para garantizar los derechos de las víctimas u ofendidos de delitos, en todos los casos en que exista la muerte violenta de una mujer o se considere que existen razones de género por las que esta fue privada de la vida.

Así también, el Protocolo tiene como objetivo prevenir la victimización secundaria, en los términos de la Ley de Víctimas del Estado de México (artículo 5, fracción XXV).

La omisión o incumplimiento del protocolo será objeto de las sanciones en los términos del Código Penal del Estado de México (art. 275), la Ley de Víctimas del Estado de México, la Ley de Responsabilidades de los Servidores Públicos del



Estado de México y Municipios, y las normas aplicables en el Estado de México.

2. Fases del Protocolo

El protocolo se activa cuando se tiene conocimiento del delito de feminicidio de manera inmediata, reciente, o con anterioridad.

Establece tres fases, de acuerdo con las necesidades de las víctimas u ofendidos a partir de la comisión del delito de feminicidio.

- 1^a Busca brindar las medidas urgentes de ayuda, asistencia y atención a través de un procedimiento sencillo y ágil, evitando dilaciones burocráticas.
- 2^a Inicia con el ingreso de las víctimas al Registro Estatal de Víctimas y el acceso al Fondo Estatal de Ayuda, Asistencia y Reparación Integral, garantizando el seguimiento de las medidas brindadas por la CEADEM u otras instituciones públicas.
- 3^a Garantizar el derecho a la reparación integral del daño a las víctimas u ofendidos del delito de feminicidio.

Considerando los obstáculos que enfrentan las víctimas en el acceso a la justicia y la revictimización de la que son objeto durante la investigación penal señaladas por la Suprema Corte de Justicia de la Nación, el protocolo reconoce e impulsa el papel fundamental de la Defensoría Especializada para Víctimas y Ofendidos del Delito, como la instancia responsable de la defensa especializada de la víctima desde la primera fase. Sin embargo, las acciones establecidas deberán ser realizadas por un equipo multidisciplinario integrado al



menos por el área de psicología, de trabajo social y la asesoría jurídica.

Feminicidio de mujeres trans [TRANSFEMINICIDIO]

Burgueño-Durarte y Sánchez-González (2023), invitan a repensar el alcance del tipo penal de feminicidio, el cual si bien por sí mismo no resuelve el problema de extrema violencia que viven las mujeres por razón de género, permite visibilizar el tema más allá de los delitos de homicidio simple y homicidio calificado, lo que nos lleva a valorar el alcance normativo del término mujer en el delito de feminicidio, ya que la norma penal vigente no define de manera clara si es mujer tanto por sexo como por identidad de género.

Hace falta precisión normativa sobre el reconocimiento de las mujeres trans como víctimas de este delito, lo que invisibiliza el hecho de que las mujeres trans están siendo privadas de la vida por razones de género, vulnerando su derecho a una vida libre de violencia cuando son mujeres inmersas en una *violencia feminicida*, entendida como la forma extrema de violencia de género contra las mujeres, producto de la violación de sus derechos humanos de acuerdo con la Comisión de Derechos Humanos del Distrito Federal (CDHDF, 2019).

La propuesta es que, la vida de las mujeres trans por razones de género debe ser atendida con enfoque interseccional, toda vez que la situación de discriminación que enfrentan no es una situación aislada o desvinculada de un contexto sociocultural, ya que se presenta en un contexto de asignación de estereotipos que produce generalizaciones de los atributos de quienes son miembros de un grupo particular, lo que significa que se hace innecesario considerar



las habilidades, necesidades, deseos y circunstancias individuales de cada miembro como señala La Suprema Corte de justicia de la Nación en el Protocolo de actuación para quienes imparten justicia en casos que involucren la orientación sexual o la identidad de género (SCJN, 2015).

La violencia que se vive por razón de género, es una realidad que se evidencia con las cifras dadas por el Secretariado Ejecutivo del Sistema Nacional de Seguridad Pública quien reporta que, durante 2019, a nivel nacional, se denunciaron un total de 29 401 homicidios dolosos, de los cuales se identifican 976 presuntos delitos de feminicidio, y en 2018 un total de 891 presuntos feminicidios. Mientras que cifras recopiladas por organizaciones como el Centro de Apoyo a las Identidades Trans, A.C. nos hablan de 5 926 feminicidios cometidos en México de 2016 a julio 2018, lo que representa 7.5 mujeres víctimas de feminicidio al día, y 499 asesinatos de personas trans de 2007 a septiembre 2018 (Kishi y López, 2019).

Describir en la norma penal el elemento normativo *mujer* consagrado en el tipo penal de feminicidio como la construcción que hace una persona desde la identidad del género femenino, permitirá reconocer a la mujer trans como sujeto pasivo de este delito, haciendo visible el hecho de que la vida de las mujeres trans está expuesta a violencia feminicida.

Es necesario identificar los alcances normativos del término mujer en el tipo penal de feminicidio en aras de la tutela del bien jurídico de la vida de las mujeres trans por razones de género.

De acuerdo con Burgueño-Durarte y Sánchez-González (2023), se podría abonar respecto a los alcances normativos del término mujer con el seguimiento de tres objetivos específicos:

- i) Valorar si la creación del tipo penal de feminicidio ha permitido visibilizar la extrema violencia en que



viven las mujeres en una sociedad con roles de género diferenciados y desiguales; ii) Analizar el alcance del tipo penal de feminicidio hacia las mujeres trans como sujeto pasivo, y iii) Identificar si la tutela normativa del bien jurídico de la vida de las mujeres trans por razones de género desde el tipo penal de feminicidio permite visibilizar la violencia feminicida a que están expuestas.

Considerando la definición legal de feminicidio consagrada en artículo 325 del Código Penal Federal (CPF), donde establece que “comete el delito de feminicidio quien priva de la vida a una mujer por razones de género”. Se considera que existen razones de género cuando concurra alguna de las siguientes circunstancias: I. La víctima presente signos de violencia sexual de cualquier tipo; II. A la víctima se le hayan infligido lesiones o mutilaciones infamantes o degradantes, previas o posteriores a la privación de la vida o actos de necrofilia; III. Existan antecedentes o datos de cualquier tipo de violencia en el ámbito familiar, laboral o escolar, del sujeto activo en contra de la víctima; IV. Haya existido entre el activo y la víctima una relación sentimental, afectiva o de confianza; V. Existan datos que establezcan que hubo amenazas relacionadas con el hecho delictuoso, acoso o lesiones del sujeto activo en contra de la víctima; VI. La víctima haya sido incomunicada, cualquiera que sea el tiempo previo a la privación de la vida; VII. El cuerpo de la víctima sea expuesto o exhibido en un lugar público.

En ese sentido, se deberá considerar a todas las mujeres. Y a quien cometa el delito de feminicidio se le impondrán de cuarenta a sesenta años de prisión y de quinientos a mil días multa. Además de las sanciones descritas en el presente artículo, el sujeto activo perderá todos los derechos con relación a la víctima, incluidos los de carácter sucesorio.



Al servidor público que retarde o entorpezca maliciosamente o por negligencia la procuración o administración de justicia se le impondrá pena de prisión de tres a ocho años y de quinientos a mil quinientos días multa, además será destituido e inhabilitado de tres a diez años para desempeñar otro empleo, cargo o comisión públicos.

La visibilización normativa, si bien no resuelve el problema de fondo, pone en la mesa de análisis y lucha el derecho de las mujeres a una vida libre de violencia y la realidad que viven dentro de una violencia feminicida; vidas que por cuestión de roles de género desiguales presentan riesgos diferentes, lo que hace necesario visibilizar un bien jurídico que va más allá de la vida, pues las razones de género que precisa el feminicidio trastocan un orden social centrado en el derecho a la igualdad entre hombres y mujeres, igualdad sustantiva que se debe alcanzar por distintas disciplinas y por cualquier medio.

El Centro de Estudios para el logro de la Igualdad de Género, *Violencia mujeres en cifras 2020*. Cámara de Diputados LXIV Legislatura (p. 2), presenta estadísticas con rostro de mujer que visibilizan la problemática como las cifras en enero de 2021 por el Secretariado Ejecutivo del Sistema Nacional de Seguridad Pública sobre la incidencia del delito de feminicidio: 18 en 2017: 742 (que representa el 22.6 %), 2018: 893 (que representa el 20.4 %), 2019: 942 (que representa un aumento de 5.5 % con relación a 2018), 2020: 940 (que representa una disminución del -0.2 % con relación a 2019).

Aun cuando la creación de leyes que castiguen la violencia contra las mujeres es útil, no es suficiente toda vez que la labor de legislar debe ir acompañada de medidas preventivas y de especialización de los operadores jurídicos que tienen la función de investigar y juzgar el feminicidio con perspectiva de género las muertes violentas de mujeres trans con



base en la normatividad nacional e internacional, tal como lo dispuesto en la Convención sobre la Eliminación de Todas las Formas de Discriminación hacia Mujeres (CEDAW) y la Convención Belém do Pará, toda vez que las mujeres no son un grupo de población homogéneo, pues cada una de ellas se encuentra inmersa en diversos tipos de violencia y entornos sociales, como lo ha señalado La Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos (OACNUDH, 2008).

Frente a este planteamiento, desde el ámbito socio-cultural se deberá seguir trabajando por romper los estereotipos de aquello que identificamos como “lo femenino”, en aras de la lucha por romper los roles de género desiguales en los que se instaura lo femenino en una sociedad con tintes machistas como la mexicana.

Los riesgos de vida de las mujeres trans por razones de género

Los riesgos de que las mujeres trans sean asesinadas está relacionado al círculo de violencia, exclusión y criminalización en el que se encuentran inmersas. Contexto en el que la identidad de género exacerba las condiciones de marginación, negándoles oportunidades de desarrollo y el derecho de toda mujer a vivir una vida libre de violencia y en salvaguarda de su dignidad humana.

Socioculturalmente la dominación en los diversos ámbitos del desarrollo humano tiene un tinte de menoscabo y anulación a los derechos humanos del dominado, prueba de ello es la discriminación basada en orientación e identidad sexual de las mujeres trans, basada en la intolerancia hacia quienes construyen su identidad fuera de los cánones cisgénero, al percibir-



se socioculturalmente como no aceptado. Radi y Sardá (2016), aludiendo a crímenes de odio sostienen que, se ha cuestionado la operación restrictiva que ponen en cuestionamiento conceptos como ‘crímenes de odio’. La idea de odio o fobia lleva a la construcción de estos crímenes como expresiones individuales de prejuicios personales, colocándolos en el terreno de la desigualdad. Pareciera que se queda en la “naturalidad” de lo individual y no en la construcción desigual de lo social. No pone en cuestionamiento las condiciones de subordinación estructural en las que se encuentran las personas que asumen una identidad transgénero. De manera que un problema social y público se convierte en un asunto privado, limitando las posibilidades de actuación e intervención para las personas afectadas por la violencia feminicida y transfeminicida.

Algunas consideraciones tienen su fundamento como señalan Radi y Sardá (2016) en...

[...] el prejuicio, estigma, discriminación y exclusión de las personas homosexuales, lesbianas, bisexuales y transgénero, que se vive y considera como algo normal, natural, sobreentendido y aceptado en diferentes grupos sociales, incluyendo familias que se guían de acuerdo con el patrón heteronormativo o heterocentrista, al interior de las cuales se practica una constante devaluación, burla y humillación de quienes tienen o se asume que viven una orientación o preferencia sexual distinta a la hetero sexual y/o una identidad de género diferente a la que socialmente se asigna a su sexo de nacimiento.

Estas preconcepciones son el principal reto a vencer para atender la problemática desde sus raíces, pues no hay persona



que nazca homofóbica, sino que aprende a serlo. Y ante este largo y lento proceso de violencias que vive la población transexual y transgénero insta sus luchas en el ámbito de lo legal, siendo una de sus principales demandas legislativas la que se centra en el reconocimiento jurídico del derecho a la identidad de género, independientemente del sexo asignado de nacimiento, con el fin de facilitar el derecho a cambiar ante el registro civil las actas de nacimiento de acuerdo con la identidad asumida, mediante un proceso de autorreivindicación, como un derecho social.

De ahí que, el tema demanda un abordaje interseccional, pues influyen diferentes entidades, como lo es el género y la transexualidad sobre el mismo derecho, el acceso a una vida libre de violencia y la salvaguarda de la vida puesta en riesgo bajo relaciones entre órdenes de poder diferencial.

Dentro de las poblaciones de la diversidad sexual, las mujeres trans (travestis, transexuales y transgénero) son las más vulnerables a ser violentadas. El contexto social predominante de discriminación y de rechazo que las rodea las expone al riesgo de sufrir todo tipo de agresiones, incluido el asesinato.

El informe de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos, *Violencia contra personas Lesbianas, Gay, Bisexuales, Trans e Intersexuales en América* (CIDH-OEA, 2015), revela que la mayoría de las mujeres trans están inmersas en ciclos de violencia, discriminación y criminalización desde que son niñas, el maltrato inicia en sus propios hogares, después continúa en sus comunidades o en sus escuelas hasta llegar a la edad adulta donde la violencia se acentúa, lo que lleva a la identificación del transfeminicidio, término fuertemente defendido, siendo la expresión más visible y final de una cadena de violencia estructurales que responden a un



sistema cultural, social, político y económico, estructurado por la división binaria y excluyente ente los géneros.

Este sistema se conoce como cissexismo, en el que las personas cis – aquellas que no son trans- detentan privilegios que no se reconocen como tales, sino que se consideran al “orden natural”, ser trans tiene consecuencias de orden material y simbólico en el orden social de la existencia. Se devela un privilegio cis -desde la precariedad estructural de las vidas trans-, quienes viven sometidas a una dinámica de no aceptación social, colocándolas en un lugar material y simbólico mucho más expuesto a condiciones de riesgo e incluso la muerte violenta.

Al instaurarse las identidades de género femenino en planos de desigualdad respecto al orden patriarcal de lo masculino, las mujeres trans también están expuestas a estas desventajas y sus vidas puestas en riesgo al instaurarse en relaciones entre órdenes de poder y dominación por el género masculino, lo que socava el bien jurídico que consagra el feminicidio: el acceso a una vida libre de violencia y la salvaguarda de la vida puesta en riesgo bajo relaciones de poder.

En ese sentido, el mayor índice delictivo hacia la vida de las mujeres de la comunidad lésbico, gay, bisexual, transexual, transgénero, travesti (LGBTTT) se relaciona al asalto o robo, y en un segundo lugar al crimen pasional y crimen de odio, siendo el perpetrador predominante aquella persona con quien sostenía alguna relación sexual/afectiva o bien, por quien le era una persona conocida. Este dato del perpetrador habla de un sujeto activo cercano a la víctima, seguramente con relaciones de roles de género diferenciados, lo que resulta discordante con la estadística del “asalto o robo” como principal móvil de muerte de las mujeres trans.



Finalmente, podemos decir que, el riesgo de que las mujeres trans sean asesinadas está relacionado al círculo de violencia, exclusión y criminalización en el que se encuentran inmersas. Contexto en el que la identidad de género exacerba las condiciones de marginación, negándoles oportunidades de desarrollo y el derecho de toda mujer a vivir una vida libre de violencia y en salvaguarda de su dignidad humana.

Las mujeres trans están expuestas a violencias feminicidas, las cuales “no son accidentales” y tampoco se circunscriben a una única esfera, son violencias estructurales presentes en los ámbitos culturales, sociales, políticos y económicos.

Referencias bibliográficas

ATLAS DE FEMINICIDIOS DE LA CIUDAD DE MÉXICO. Metodología. Fiscalía General, 2019, disponible: <https://atlasfeminicidios.fgjcdmx.gob.mx/metodologia.html>

BURGUEÑO-DURARTE, L. B. Y SÁNCHEZ-GONZÁLEZ, L. Feminicidios de mujeres trans en México. *Intersticios Sociales*. El Colegio de Jalisco, Núm. 25, p. 115-145, 2023

CENTRO DE ESTUDIOS PARA EL LOGRO DE LA IGUALDAD DE GÉNERO. VIOLENCIA MUJERES CIFRAS. CÁMARA DE DIPUTADOS LXIV LEGISLATURA. *Violencia contra las mujeres, 2020*. Disponible: https://www3.diputados.gob.mx/camara/001_diputados/006_centros_de_estudio/05_centro_de_estudios_para_el_logro_de_la_igualdad_de_genero/01b_que_hacemos/0i_estudios_y_analisis_celig/91_violencia_contra_las_mujeres_en_cifras_junio_2020

CODIGO PENAL DEL ESTADO DE MÉXICO. Tipificación del delito de feminicidio, 2014. https://ceavem.edomex.gob.mx/sites/ceavem.edomex.gob.mx/files/files/codigo_penal.pdf

COMISIÓN DE DERECHOS HUMANOS DEL DISTRITO FEDERAL (CDHDF). Falta de debida diligencia y de aplicación de la perspectiva de género y de enfoque diferenciado en la investigación de transfeminicidio, 2019. Disponible en https://cdhcm.org.mx/wp-content/uploads/2019/06/Reco_022019.pdf



COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *Violencia contra personas Lesbianas, Gay, Bisexuales, Trans e Intersexuales en América*. (Ciudad de México: CIDH-OEA, 2015). Fecha de acceso: 19 de marzo de 2025. Disponible en <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/ViolenciaPersonasLGBTI.pdf>

https://92eab0f5-8dd4-485d-a54f-b06fa499694d.filesusr.com/ugd/ba8440_2ef69b53f647476092a795455ce3bff8.pdf

https://www.observatoriofemicidiomexico.org/_files/ugd/ba8440_66cc5ce03ac34b7da8670c37037aae9c.pdf

KISHI, M. T. Y LÓPEZ, M. *Trans- feminicidios. La Guerra en México*. Ciudad de México: Zinedito- rial, 2019.

LAGARDE, Marcela. Presentación a la edición en español. Introducción. En R. A. Diana E. Russell. *Feminicidio. Una perspectiva global*. CEIICH-UNAM. P, 11-14, 2006.

OBSERVATORIO CIUDADANO NACIONAL DEL FEMINICIDIO (OCNF). Una mirada al feminicidio en México. México, 2009. Disponible en: <https://www.observatoriofemicidiomexico.org/copia-de-publicaciones>

OBSERVATORIO CIUDADANO NACIONAL DEL FEMINICIDIO (OCNF). Informe de Implementación del Tipo Penal de Feminicidio en México: Desafíos para acreditar las razones de género 2014-2017. Recuperado el 22 de diciembre de 2015, disponible: <http://observatoriofemicidiomexico.org.mx/boletines-de-prensa/2772/>

OFICINA DEL ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS DERECHOS HUMANOS (OACNUDH). Instrumentos del Estado de Derecho para sociedades que han salido de un conflicto. Programas de reparaciones. Naciones Unidas, Nueva York y Ginebra, 2008. Consultado en: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/ReparationsProgrammesSP.pdf>

PODER EJECUTIVO DEL ESTADO. SECRETARÍA GENERAL DE GOBIERNO. Manual y Protocolo de Atención a Víctimas u Ofendidos del Delito de Feminicidio. Gaceta del Gobierno, 18 de abril de 2017. Disponible: <https://alertadegenero.edomex.gob.mx/sites/alertadegenero.edomex.gob.mx/files/files/manual%20y%20protocolo.pdf>

RADI, B. Y SARDÁ- CHANDIRAMANI, A. Travesticidio/ transfeminicidio: Coordenadas para pensar los crímenes de travestis y mujeres trans en Argentina. Publicación en el Boletín del Observatorio de Género, 2016. Dispo-



nible: <https://www.pensamientopenal.com.ar/system/files/2021/03/doctrina49723.pdf>

RUSSELL, Diana y Roberta HARMES. *Feminicidio: Una Perspectiva Global*. México DF: Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades de la Universidad Autónoma de México, 2006.

SUPREMA CORTE DE JUSTICIA DE LA NACIÓN (SCJN). *Protocolo de actuación para quienes imparten justicia en casos que involucren la orientación sexual o la identidad de género*. Ciudad de México, 2015. Disponible : https://www.scjn.gob.mx/registro/sites/default/files/page/2020-02/protocolo_orientacion_sexual.pdf



Entre el reconocimiento y la negación: avances y límites del marco normativo frente a la violencia feminicida en el Perú

Virginia Rojas García



El análisis del marco normativo en materia de violencia de género en el Perú permite distinguir tres planos de regulación. En primer lugar, las políticas públicas generales orientadas a la promoción de la igualdad y a la no discriminación por razones de género; en segundo lugar, el marco normativo que regula la violencia contra las mujeres; y, en tercer lugar, la tipificación penal del feminicidio como delito autónomo, así como las tensiones existentes en torno al negado reconocimiento del transfeminicidio en el ordenamiento jurídico peruano.

Políticas públicas para la promoción de la igualdad y la no discriminación

En la actualidad, las políticas públicas dirigidas a prevenir, atender y erradicar las diversas formas de discriminación se estructuran a partir del marco que otorga la Constitución Política del Perú (Artículo 2), donde se reconoce el derecho a la igualdad ante la ley y a no ser discriminado “por motivo de origen, raza, sexo, idioma, religión, opinión, condición económica o de cualquiera otra índole” (Congreso de la República del Perú, 1993).



Por otro lado, el **Acuerdo Nacional** (2002)¹, dentro del objetivo de equidad y justicia social, incorpora un acápite específico sobre la “Promoción de la igualdad de oportunidades sin discriminación”, en el cual se reconoce explícitamente la existencia de diversas formas de discriminación, en particular contra las mujeres, aunque cabe advertir que no incluye una referencia expresa a la población LGTBIQ+:

Nos comprometemos a dar prioridad efectiva a la promoción de la igualdad de oportunidades, reconociendo que en nuestro país existen diversas expresiones de discriminación e inequidad social, en particular contra la mujer, la infancia, los adultos mayores, las personas integrantes de comunidades étnicas, los discapacitados y las personas desprovistas de sustento, entre otras. La reducción y posterior erradicación de estas expresiones de desigualdad requieren temporalmente de acciones afirmativas del Estado y de la sociedad, aplicando políticas y estableciendo mecanismos orientados a garantizar la igualdad de oportunidades económicas, sociales y políticas para toda la población. (Acuerdo Nacional, 2002)

En consonancia con compromisos internacionales asumidos por el Estado peruano —como la Convención sobre la Eliminación de Todas las Formas de Discriminación contra la Mujer (CEDAW, 1979) y la Convención de Belem do Pará (1995)—, en el año 2007 se aprueba la Ley N.º 28983, Ley de Igualdad de Oportunidades entre Mujeres y Hombres. Esta

¹ De acuerdo con su página, el Foro Nacional es “un foro donde participa el Gobierno en sus tres niveles (nacional, regional y local), los partidos políticos con representación en el Congreso de la República y las principales organizaciones de la sociedad civil con representación a nivel nacional.” <https://acuerdonacional.pe/>



norma establecía un marco orientado a promover la igualdad de género mediante políticas públicas que reconocían la existencia de desigualdades estructurales, incorporando el enfoque de género como herramienta para analizar y reducir brechas sociales, económicas y políticas. La Ley planteaba programas específicos para mujeres y una educación con enfoque de género, partiendo de la premisa de que la desigualdad tiene causas sociales y culturales. Entre estas causas se reconoce la persistencia de los estereotipos y roles de género construidos socialmente, que configuran relaciones de subordinación de las mujeres frente a los hombres. Ante ello, el Estado asumía un rol activo en la promoción de la igualdad, mediante políticas específicas para mujeres, la superación de desigualdades históricas y la aplicación de acciones afirmativas orientadas a transformar estas estructuras sociales. Durante casi dos décadas, esta ley constituyó el principal marco normativo en materia de igualdad en el Perú.

Sin embargo, en 2025 se promulgó la Ley N.º 32535, que deroga la anterior y establece un nuevo marco normativo centrado en la igualdad de oportunidades entre mujeres y hombres, eliminando referencias explícitas al enfoque de género como principio rector de las políticas públicas. La diferencia sustancial entre ambas leyes radica en su enfoque conceptual. Mientras la Ley N.º 28983 estaba centrada en el concepto de igualdad de género, y promovía una igualdad sustantiva orientada a corregir desigualdades históricas mediante acciones afirmativas y políticas específicas; la Ley N.º 32535 adopta un enfoque biológico, remplazando el concepto de igualdad de género, por el de igualdad “entre hombres y mujeres”, con énfasis en la igualdad formal ante la ley y la no discriminación basada en el sexo. En este sentido, el cambio normativo reformula el principio de igualdad, pasando de un



enfoque basado en el análisis de género y las desigualdades estructurales a otro orientado principalmente a garantizar la igualdad de oportunidades entre mujeres y hombres desde una perspectiva jurídica. En la práctica, la nueva ley tiene implicancias en el diseño y alcance de las políticas públicas en esta materia y reduce la intervención real del Estado en acciones afirmativas que garanticen la no discriminación.

En este contexto, la Política Nacional de Igualdad de Género, aprobada en 2019 tiene un horizonte de implementación proyectado al año 2030. En concordancia con los compromisos internacionales asumidos por el Estado peruano, esta Política establece cuatro objetivos prioritarios: reducir la violencia hacia las mujeres, garantizar los derechos a la salud sexual y reproductiva, promover la participación de las mujeres en espacios de toma de decisiones y asegurar el ejercicio de sus derechos económicos y sociales (CEPLAN, 2021). Sin embargo, tras la promulgación de la Ley N.º 32535, se ha establecido que la Política Nacional de Igualdad de Género deberá ser reemplazada mediante la aprobación de una nueva Política Nacional de Igualdad de Oportunidades entre Mujeres y Hombres, en concordancia con el nuevo marco normativo. Desde una perspectiva de análisis de políticas públicas, este proceso supondría un retroceso en el reconocimiento de los derechos de las mujeres a una vida libre de violencia y discriminación, en la medida en que desplaza el enfoque orientado a identificar y corregir desigualdades estructurales de género, reduciendo el alcance de las intervenciones estatales y el sustento conceptual de sus acciones. En este sentido, la transición hacia un nuevo marco normativo no solo implica una adecuación administrativa, sino también una reformulación del papel del Estado en la garantía efectiva de la igualdad y la no discriminación.



Marco normativo sobre violencia contra las mujeres

Como señala Toledo, a partir de la década de 1950 se inicia una etapa de reconocimiento progresivo de los derechos de las mujeres frente a los hechos de violencia, incorporándose el concepto de discriminación estructural como categoría explicativa central. En este contexto, las reformas legales avanzan hacia el reconocimiento de formas de discriminación basadas en una asimetría de poder socialmente construida entre hombres y mujeres. Ello evidencia la necesidad de regular de manera específica la violencia ejercida contra las mujeres con el objetivo de ejercer control y subordinación, lo que se traduce en la tipificación de delitos en los que el sujeto activo es predominantemente un varón y el sujeto pasivo una mujer (Toledo, 2014, p. 142). Esta delimitación representó un avance para la época en lo referido a la comprensión del problema social, pero más adelante se evidenciaría ciertas restricciones en el acceso a la justicia, especialmente en lo que se refiere a la aplicación del delito de feminicidio. Esto se expone con más detalle en el siguiente acápite.

En el desarrollo de políticas públicas orientadas a combatir la violencia contra las mujeres un hito relevante fue la inauguración de la primera Comisaría de Mujeres, junto con la creación del primer cuerpo femenino de la Guardia Civil en 1988 (Biblioteca Nacional del Perú, 2023).

Como respuesta al movimiento de mujeres, el Perú fue uno de los primeros países de América Latina en legislar de manera específica contra la violencia de género, con la aprobación en 1993 de la Ley N.º 26260, Ley de Protección frente a la Violencia Familiar. Sin embargo, esta ley se circunscribió al espacio doméstico y su enfoque restringía la comprensión de la violencia de género a la relación de pareja y al entorno



familiar. Esto invisibilizaba otras formas de violencia ejercidas contra las mujeres en espacios públicos, así como las violencias dirigidas contra personas que transgreden los roles de género, como la comunidad LGTBIQ+.

Unos años más tarde, en el año 2001 se creó el Programa Nacional contra la Violencia Familiar y Sexual² como unidad ejecutora del entonces Ministerio de Promoción de la Mujer y del Desarrollo Humano (hoy Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables). Asimismo, se aprobaron diversos planes nacionales orientados a enfrentar la violencia contra las mujeres y seguidamente el Plan Nacional contra la Violencia de Género 2016-2021, que luego en el 2019 fuera incorporado en la Política Nacional de Igualdad de Género. Esta política de Estado representó un hito al poner el énfasis en el enfoque de género, sin embargo, hoy está en riesgo ante el cambio de legislación que fue explicado en el acápite precedente.

Otro hito a destacar es la promulgación de la Ley N.º 30364, Ley para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra las Mujeres e Integrantes del Grupo Familiar, en el año 2015, lo que supuso la derogación de la Ley de Violencia Familiar de 1993 y la consolidación de un nuevo enfoque normativo orientado a la protección integral de las víctimas. Esta norma amplió el ámbito de protección al reconocer la violencia contra las mujeres como un fenómeno estructural que trasciende el espacio doméstico. En este sentido, la ley establece que la violencia puede ejercerse no solo en el ámbito familiar, sino también en la comunidad e incluso por agentes del Estado o con su tolerancia, alineándose con estándares internacionales sobre violencia de género.

Sin embargo, la inclusión de los “integrantes del grupo

² Mediante Decreto Supremo N.º 008-2001-PROMUDEH



familiar” dentro del mismo marco normativo introduce una tensión conceptual en la definición del problema público. La tipificación conjunta de la violencia contra las mujeres y la violencia familiar tiende a reproducir la asociación histórica entre ambas, lo que puede contribuir a mantener la idea de que esta forma de violencia pertenece principalmente al ámbito privado. Ello dificulta la consolidación de un enfoque plenamente orientado a reconocer la violencia contra las mujeres como un problema social y estructural que requiere intervención estatal más allá del espacio doméstico. Esta situación tiene también un correlato práctico en la organización institucional, donde las dependencias policiales especializadas continúan denominándose “comisarías de familia” y los documentos policiales emplean de manera recurrente la categoría de “violencia familiar”, lo que evidencia la persistencia de un enfoque que no siempre distingue claramente entre violencia de género y violencia intrafamiliar.

En síntesis, pese a los avances señalados, la legislación vigente continúa centrando su atención en la violencia ejercida “contra las mujeres por su condición de tales”, sin incorporar en la práctica a las mujeres trans, que también enfrentan formas específicas de violencia y discriminación basadas en estereotipos de género. Esta exclusión normativa resulta un vacío en la protección, si se considera que dicha violencia puede manifestarse tanto en el ámbito doméstico como en el comunitario, e incluso a través de acciones perpetradas, toleradas u omitidas por agentes del Estado. En consecuencia, los avances legislativos en el Perú orientados a la protección y acceso a la justicia de la comunidad LGTBIQ+ frente a crímenes de odio y violencia basada en género siguen siendo limitados.



La tipificación penal del feminicidio y sus límites

El marco normativo relativo al feminicidio en el Perú ha experimentado una evolución significativa en las últimas décadas, reflejando un compromiso progresivo del Estado por prevenir y sancionar la violencia letal contra las mujeres. Uno de los primeros pasos para la tipificación de este delito se produjo con la promulgación de la Ley N.º 29819 en el año **2011**, que modificó el artículo 107 del Código Penal e incorporó el feminicidio dentro de la categoría de parricidio. Esta norma reconocía el denominado “feminicidio íntimo”, es decir, los asesinatos de mujeres cometidos por sus parejas o exparejas. Si bien fue un paso importante, al mismo tiempo la restricción del feminicidio al ámbito de las relaciones íntimas evidenciaba una comprensión limitada del problema público, al excluir a mujeres asesinadas en contextos de violencia estructural, comunitaria o institucional.

Años más tarde, en el **2013**, se promulgó la Ley N.º 30068, que otorgó al feminicidio una identidad jurídica propia al incorporarlo como delito autónomo en el artículo 108-B del Código Penal. Esta reforma amplió el tratamiento penal de los feminicidios al reconocerlos como un fenómeno específico vinculado a relaciones de poder y violencias basadas en el género. De acuerdo con el artículo 108-B, el feminicidio se define como el homicidio de una mujer “por su condición de tal”, e incluye aquellos casos que se producen en contextos de violencia familiar, coacción, hostigamiento o acoso sexual, abuso de poder o cualquier forma de discriminación contra la mujer, independientemente de que exista o haya existido una relación conyugal o de convivencia con el agresor. Asimismo, la norma incorporó circunstancias agravantes vinculadas a situaciones de especial vulnerabilidad de la víctima, como ser menor de



edad, encontrarse embarazada o haber sido sometida a violencia sexual antes de su asesinato (Ley N.º 30068, 2013).

Un hito adicional en la legislación peruana sobre esta materia fue la promulgación del Decreto Legislativo N.º 1323 en el año **2017**. Esta norma fortaleció el tratamiento penal del feminicidio y amplió los mecanismos de sanción frente a la violencia de género. En Perú se vivía un contexto marcado por una intensa movilización social contra los feminicidios, que fue impulsada por los movimientos feministas articulados bajo el eslogan de “Ni Una Menos”. La marcha de agosto de 2016 había congregado a miles de personas en las principales ciudades del país, exigiendo justicia y medidas concretas frente a la violencia de género (El Comercio, 2021). Esta movilización se inscribió en un ciclo regional de protestas en países como Argentina, México y Ecuador, donde desde años atrás se denunciaba el aumento de los feminicidios, así como la persistente impunidad en los sistemas de justicia.

El Decreto Legislativo N.º 1323 fue clave, pues incorporó como nuevas circunstancias agravantes cuando el feminicidio se comete “bajo móviles de intolerancia o discriminación, tales como el origen, raza, religión, sexo, orientación sexual, identidad de género, factor genético, filiación, edad, discapacidad, idioma, identidad étnica y cultural, indumentaria, opinión, condición económica, o de cualquier otra índole.” (Código Penal, art. 108-B, modificado por Decreto Legislativo N.º 1323, 2017). Asimismo, estableció una pena mínima de veinticinco años de prisión en los casos agravados y la cadena perpetua cuando concurren dos o más agravantes. En esta norma se añadió también nuevas circunstancias agravantes, como que la víctima sea una persona adulta mayor, tenga alguna discapacidad, haya sido sometida a explotación humana o que el delito se cometa en presencia de hijos o hijas de la víc-



tima o de menores bajo su cuidado. Por último, se dispuso que en todos los casos se impondrá la pena de inhabilitación conforme al artículo 36 del Código Penal, la cual puede incluir la restricción del ejercicio de derechos como la patria potestad, la tutela o la curatela (Decreto Legislativo N.º 1323, 2017).

Finalmente, en **2018** se produjo otro hito relevante en el fortalecimiento del sistema de prevención, sanción y erradicación de la violencia contra las mujeres en el Perú. Las organizaciones del movimiento de mujeres lograron incidir en momentos clave para evidenciar la fragilidad del aparato estatal y exigir políticas públicas efectivas. Un hecho que conmocionó profundamente a la ciudadanía fue el feminicidio de Eyvi Ágreda, joven víctima de acoso sexual que en abril del 2018 fue atacada a plena luz del día al interior de un bus de transporte público, donde su agresor la roció con combustible y le prendió fuego frente a otros pasajeros. Según la Fiscalía, el imputado la acosaba con anterioridad y habría actuado motivado por el rechazo de la joven. Eyvi sufrió quemaduras en más del 60 % de su cuerpo; permaneció hospitalizada varias semanas y falleció el 1 de junio de 2018 como consecuencia de la gravedad de las lesiones.

Este caso evidenció los vacíos institucionales frente al acoso y reactivó el debate público sobre la respuesta estatal ante la violencia de género. En declaraciones brindadas a medios de comunicación tras la muerte de Ágreda, el entonces presidente de la República señaló: “Nos sentimos muy apenados, pero a veces esos son los designios de la vida...” (Canal N, 2018). La expresión generó una amplia ola de críticas y cuestionamientos desde distintos sectores sociales. Posteriormente, el mandatario solicitó que sus palabras no fueran sacadas de contexto; sin embargo, la controversia pública evidenció la distancia entre el discurso oficial y las demandas de justicia, acelerando



la incorporación del problema en la agenda gubernamental. En los meses siguientes, el Ejecutivo impulsó un conjunto de reformas orientadas a reforzar la política de Estado para enfrentar la violencia contra las mujeres como una prioridad. Antes de finalizar el año 2018, se aprobaron reformas penales y normativas —como la Ley N.º 30819 y la Ley N.º 30862— que fortalecieron la protección legal contra la violencia de género, seguidas de cambios posteriores a la Ley N.º 30364 para mejorar mecanismos de denuncia, atención y acceso a justicia.

En este contexto, la Ley N.º 30819, promulgada en 2018, reestructura y busca consolidar la regulación dentro del Art. 108-B. Entre otros aspectos, mantuvo la pena de cadena perpetua ante la concurrencia de dos o más agravantes y modificó los artículos 46-B y 46-C del Código Penal, relativos a la reincidencia y habitualidad en delitos graves como el feminicidio. En estos casos, se faculta al juez a incrementar la pena hasta en dos tercios por encima del máximo legal y se restringe el acceso a beneficios penitenciarios como la semilibertad y la liberación condicional. Este endurecimiento normativo evidencia la decisión del Estado peruano de imponer sanciones más severas como herramienta de política pública frente a la violencia feminicida.

En el ámbito de la prevención, en agosto de 2018, el gobierno aprobó el *Plan de Acción Conjunto para prevenir la violencia contra las mujeres, así como brindar protección y atención a las víctimas de violencia, con énfasis en los casos de alto riesgo* (PAC), que fortaleció el Sistema Nacional para la Prevención, Sanción y Erradicación de la Violencia contra las Mujeres y los Integrantes del Grupo Familiar, creado en 2015. El PAC se concentró en la prevención integral de la violencia contra las niñas, niños, adolescentes y mujeres, y estableció intervenciones en los ámbitos educativo y comunitario.



Esta intervención, implementada por el Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables mediante el entonces Programa Nacional contra la Violencia Familiar y Sexual, incluyó compromisos con autoridades locales, actores sociales y líderes y lideresas comunitarios para prevenir la violencia en espacios urbanos (Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables, 2019).

Por último, el Ejecutivo dictó medidas orientadas a regular los procedimientos de prevención del feminicidio y a establecer lineamientos para la actuación interinstitucional frente a estos hechos, incluyendo disposiciones destinadas a la protección de las víctimas indirectas. En junio de 2018, se aprobó la actualización del Protocolo Interinstitucional de Acción frente al Feminicidio, Tentativa de Feminicidio y Violencia de Pareja de Alto Riesgo (Decreto Supremo N.º 004-2018-MIMP). Este instrumento incorpora las modificaciones introducidas por la Ley N.º 30364 y establece los procedimientos de intervención interinstitucional para la atención integral, eficaz y oportuna de estos casos, con énfasis en la gestión del riesgo en casos de violencia de pareja. Asimismo, fortalece los mecanismos de atención y protección de las víctimas indirectas del feminicidio, en particular de los hijos e hijas que dependían de la víctima al momento del crimen. En este marco, en diciembre de 2018 se creó la Estrategia Multisectorial “Te Acompañamos”, que brinda atención integral a las víctimas indirectas (hijos/as y familiares) de feminicidio y tentativa de feminicidio, a través de soporte emocional, medidas de protección, educación y salud para garantizar el bienestar de menores de edad y personas dependientes (Resolución Ministerial N.º307-2018-MIMP). En el año 2020, se aprobó la asistencia económica destinada a apoyar el desarrollo integral de estas víctimas, particularmente en el contexto de la pandemia, vigente hasta la actualidad.



El conjunto de cambios legislativos aprobados evidencia un avance significativo en el reconocimiento del feminicidio como manifestación extrema de la violencia de género. No obstante, también ponen de relieve la necesidad de políticas integrales que aborden las causas estructurales de esta violencia y promuevan transformaciones sociales orientadas a la igualdad sustantiva. En este contexto, resulta relevante analizar el Proyecto de Ley N.º 10342/2024-CR, presentado por la congresista y pastora evangélica Milagros Jáuregui, que propone sustituir en el Código Penal el delito de feminicidio por la figura de “asesinato de la pareja”. Esta iniciativa supondría un cambio sustantivo en el modelo de tipificación vigente, pues implicaría abandonar la configuración del feminicidio como delito autónomo —reconocido expresamente en el artículo 108-B— y retornar a una lógica similar a la adoptada en 2011, cuando este delito fue incorporado dentro del tipo penal de parricidio. Tal redefinición restringiría el alcance del tipo penal a la relación de pareja y dejaría fuera otras modalidades de feminicidio actualmente reconocidas por la legislación peruana. Cabe advertir que, de acuerdo con cifras oficiales del INEI (2025), un porcentaje significativo de los feminicidios en el Perú ocurre fuera del ámbito de la relación de pareja (35%), lo que evidencia la amplitud estructural del fenómeno.

Otro aspecto relevante que merece atención es la continuidad de prácticas restrictivas en la aplicación de la norma por parte de algunos operadores de justicia, particularmente en la investigación y sanción de los feminicidios desde una perspectiva de género. Un caso emblemático ocurrió en 2018, en la región de Madre de Dios, cuando, pese al marco legal vigente, el feminicidio de Ligia Briones Vásquez fue inicialmente calificado por la fiscalía como parricidio. El agresor era pareja de la víctima al momento de los hechos y padre de



su hija. Tras la intervención del Centro Emergencia Mujer del Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables, se promovió la revisión del caso en una instancia superior. Como resultado, la acusación fue recalificada como feminicidio y, años más tarde, el agresor fue condenado por este delito. El caso evidencia tanto las limitaciones en la implementación efectiva del marco normativo vigente como las posibilidades de corrección institucional dentro del sistema de justicia penal.

Marco normativo sobre transfeminicidio

En el Perú, el delito de transfeminicidio no se encuentra tipificado de manera expresa en el Código Penal. No obstante, desde el ámbito doctrinario y jurisprudencial, es posible proponer una interpretación extensiva y favorable al reconocimiento de los derechos de las mujeres trans. Uno de los principales argumentos en este sentido se sustenta en la propia definición penal del feminicidio, que lo describe como “el homicidio de una mujer por su condición de tal” (Código Penal, art. 108-B). Desde esta perspectiva, se sostiene que dicha formulación permitiría incluir a todas las mujeres en su diversidad, incluidas las mujeres trans, en tanto sujetos protegidos frente a la violencia basada en género.

Asimismo, al tratarse de una forma extrema de violencia de género, los casos de transfeminicidio podrían encontrar sustento constitucional en el artículo 2 de la Constitución Política del Perú, que reconoce el derecho a la vida, a la identidad, a la integridad moral, psíquica y física, al libre desarrollo y al bienestar, así como el derecho a la igualdad ante la ley y a no ser discriminado “por motivo de origen, raza, sexo, idioma, religión, opinión, condición económica o de cualquiera otra índole” (Congreso de la República del Perú, 1993). Este



párrafo permitiría una interpretación amplia para la protección frente a la discriminación por identidad de género y orientación sexual, pero no siempre ocurre así.

En el Recurso de Nulidad N.º 125-2015-Lima —referido a un caso concreto de homicidio calificado en un contexto de violencia de género— la Corte Suprema reconoció la existencia de múltiples tipos de feminicidio, entre los que incluyó expresamente el feminicidio transfóbico y lesbofóbico, señalando que “el ‘feminicidio’ presenta varios tipos: íntimo, no íntimo, por conexión, infantil, sistémico, racista, por ocupaciones estigmatizadas, por prostitución, por trata, por tráfico, transfóbico y lesbofóbico” (Corte Suprema de Justicia de la República, 2016, Fund. 17).

Sin embargo, mediante el Acuerdo Plenario N.º 001-2016/CJ-116, la Corte Suprema interpretó que la aplicación del delito de feminicidio debía circunscribirse a los casos en los que la víctima y el agresor fueran calificados como mujer y varón, respectivamente, en función del sexo biológico. Esta posición supone la adopción de un criterio restrictivo en la determinación del sujeto pasivo del delito, al limitar el alcance del tipo penal a una concepción estrictamente biológica de la categoría “mujer”. En consecuencia, se excluye a las mujeres trans de la protección específica del feminicidio. Esta interpretación genera una tensión normativa con los estándares internacionales que reconocen la identidad de género como categoría protegida frente a la violencia basada en género. Al respecto, Samamé advierte que “Dicha interpretación vulnera el derecho a la igualdad y no discriminación y a la identidad de género de las mujeres trans, toda vez que aquellas son igualmente víctimas de una violencia de género que se ejerce en una sociedad machista como lo es el Perú” (Samamé, 2021, p. 2).



La controversia revela el conflicto entre una lectura formal-biologicista del tipo penal y un enfoque de derechos humanos orientado por el principio de igualdad y no discriminación. En esta línea, la Corte Interamericana de Derechos Humanos, en la Opinión Consultiva OC-24/17, estableció que la identidad de género constituye una categoría protegida por la Convención Americana sobre Derechos Humanos y que los Estados deben garantizar su reconocimiento y protección sin discriminación, precisando que forma parte del ámbito amparado por el derecho a la vida privada y se vincula directamente con la dignidad humana. Asimismo, en el caso *Azul Rojas Marín y otra vs. Perú*, el tribunal interamericano reconoció expresamente que la orientación sexual y la identidad de género son categorías protegidas frente a la violencia y que los Estados tienen la obligación reforzada de prevenir, investigar y sancionar actos motivados por prejuicio. Desde esta perspectiva, una interpretación del delito de feminicidio que excluya a las mujeres trans por razones estrictamente biológicas podría resultar incompatible con los estándares interamericanos, en tanto desconoce que la violencia letal basada en identidad de género constituye una forma específica de violencia por prejuicio que activa deberes estatales de protección reforzada.

En este contexto, en enero de 2017 el Código Penal fue modificado mediante el Decreto Legislativo N.º 1323, el cual incorporó como agravantes los delitos cometidos por motivos de discriminación, incluyendo expresamente la orientación sexual y la identidad de género. No obstante, en abril de ese mismo año, un grupo de congresistas cuestionó dichas inclusiones por considerar que excedían las facultades delegadas al Poder Ejecutivo y promovió su derogación parcial (IUS 360, 2017). Aunque la Comisión de Constitución del Congreso aprobó inicialmente el dictamen derogatorio, la in-



tervención de instituciones como la Defensoría del Pueblo, el Ministerio de Justicia y diversas organizaciones sociales generó movilizaciones que condujeron, en junio de 2017, a la restitución de las disposiciones eliminadas.

Por otro lado, en el ámbito de las políticas públicas se han registrado avances de alcance limitado, orientados a incorporar un enfoque inclusivo en la atención de la violencia de género. En 2019, el Protocolo Base de Actuación Conjunta en el Ámbito de la Atención Integral y Protección frente a la Violencia contra las Mujeres y los Integrantes del Grupo Familiar incorporó lineamientos para la atención diferenciada de personas LGTBIQ+. Asimismo, el Protocolo de Atención de Casos de los Centros Emergencia Mujer del Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables (MIMP) estableció estándares de respeto a la identidad de género de las personas usuarias y promovió procesos de capacitación del personal en esta materia. No obstante, la ausencia de una inclusión explícita de las mujeres trans en la Ley limita la eficacia estructural de estas medidas, al no reconocer de manera expresa su condición como sujetas de protección frente a la violencia basada en género.

En términos prácticos, el Perú no registra casos de transfeminicidio judicializados ni reconocidos bajo la categoría de feminicidio. Esta ausencia contrasta con la realidad documentada por medios de comunicación y organizaciones no gubernamentales, que reportan asesinatos de mujeres trans en contextos de violencia de pareja o violencia de género (El Comercio, 2023; Wayka, 2023).

Un caso paradigmático que ilustra las limitaciones del marco normativo y de la práctica judicial peruana frente a la violencia letal contra mujeres trans es el homicidio de Gabriela Cruz Pimentel, ocurrido en septiembre de 2020 en el distrito de San Miguel, en Lima. Gabriela, fue hallada sin vida



en su vivienda en circunstancias que evidenciaban violencia (Agencia Presentes, 2020). No obstante, de acuerdo con la información pública disponible en medios de comunicación y reportes de organizaciones sociales, la investigación fiscal no incorporó un enfoque de violencia de género ni de crimen de odio por identidad de género, y el caso fue abordado dentro de categorías penales generales de homicidio, sin que se haya sustentado una acusación fiscal que reconozca explícitamente la motivación discriminatoria vinculada a su identidad de género (Agencia Presentes, 2020; Teleoleo, 2022). Esta forma de tratamiento institucional no constituye una excepción, sino que refleja un patrón recurrente en el sistema de justicia peruano, en el que los asesinatos de mujeres trans quedan subsumidos en figuras penales neutras, invisibilizando la violencia estructural y el componente de género que atraviesa estos crímenes. El caso de Gabriela Cruz pone de relieve, así, la brecha existente entre los estándares internacionales en materia de derechos humanos y la respuesta penal efectiva del Estado peruano frente a la violencia transfeminicida.

En esta misma línea, el Tribunal de Femicidio —instancia de justicia simbólica impulsada por la sociedad civil— emitió en noviembre de 2024 una sentencia en la que declaró responsable al Estado peruano por el incumplimiento de sus obligaciones internacionales en el caso del femicidio de Ruth Huerta Solís. El tribunal destacó positivamente que el Poder Judicial, en las sentencias de primera y segunda instancia, se apartara del Acuerdo Plenario N.º 001-2016 y aplicara el delito de femicidio conforme a estándares internacionales y a la Ley N.º 30364. Asimismo, cuestionó la interpretación restrictiva que limita el sujeto activo del delito únicamente a los hombres, señalando que dicha lectura refuerza estereotipos de género y contribuye a la impunidad.



Conclusiones

El análisis del marco normativo e institucional peruano en materia de feminicidio evidencia avances importantes en la construcción de una arquitectura legal orientada a la prevención, sanción y erradicación de esta forma de violencia. Desde la tipificación autónoma del feminicidio en 2013 hasta la adopción de políticas nacionales como la Política Nacional de Igualdad de Género y sus instrumentos de implementación, el Estado peruano ha incorporado progresivamente estándares internacionales de derechos humanos, en gran medida como resultado de la presión sostenida de los movimientos feministas y de mujeres. No obstante, estos avances normativos coexisten con vacíos persistentes, especialmente en lo relativo al reconocimiento explícito del transfeminicidio y a la protección efectiva de las mujeres trans frente a la violencia basada en género.

Esta dinámica revela un reciente debilitamiento del compromiso político del más alto nivel en la implementación de las políticas contra la violencia de género en los últimos años, así como una erosión del enfoque de género en la actuación de algunos operadores de justicia encargados de la persecución penal y el juzgamiento. Ello impacta directamente en el acceso efectivo a la justicia y en las posibilidades de reparación integral, afectando la eficacia real del sistema de protección y sanción.

En este sentido, el caso peruano demuestra que la efectividad de las políticas públicas contra la violencia de género no depende únicamente de la existencia de un marco normativo robusto, sino de la capacidad del Estado para asumir esta problemática como una responsabilidad política de primer orden. Sin un involucramiento activo de las más altas autoridades y



sin la traducción de los compromisos normativos en decisiones presupuestales y programáticas concretas, los avances legales corren el riesgo de permanecer en el plano declarativo. La persistencia del feminicidio y la ausencia de reconocimiento explícito del transfeminicidio evidencian los límites de un enfoque centrado exclusivamente en la norma y refuerzan la necesidad de políticas integrales orientadas a enfrentar las causas estructurales de estas violencias en un contexto atravesado por profundas desigualdades de género, clase y etnicidad.

A ello se suman recientes propuestas de modificación legislativa que podrían implicar un retroceso en los estándares alcanzados, al restringir la comprensión del feminicidio exclusivamente a los homicidios cometidos en el ámbito de la relación de pareja y desdibujar su carácter de violencia estructural basada en el género. Esta propuesta de redefinición desconoce que la violencia feminicida puede producirse también fuera del vínculo íntimo, en contextos atravesados por relaciones de poder, discriminación y subordinación de género en espacios públicos. Desde una perspectiva convencional, tales iniciativas plantean un escenario de regresividad normativa, pues la jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos ha reconocido que la violencia feminicida constituye una manifestación extrema de discriminación estructural basada en el género y que los Estados tienen la obligación de prevenir, investigar y sancionar todas sus formas, incluso cuando se producen fuera del ámbito de la relación íntima, conforme a lo establecido en el caso *González y otras (Campo Algodonero) vs. México*. En la misma línea, el tribunal ha afirmado que la orientación sexual y la identidad de género son categorías protegidas frente a la violencia motivada por prejuicio, imponiendo a los Estados deberes reforzados de protección y debida diligencia, como se desarrolló en el caso *Azul Rojas Marín y otra*



vs. Perú. Así, una interpretación restrictiva que limite el alcance del feminicidio al ámbito de la pareja no solo desconoce su dimensión estructural, sino que dificulta la consolidación de un marco penal coherente con las obligaciones internacionales de protección frente a todas las formas de violencia basada en género, incluidas aquellas dirigidas contra mujeres trans por razón de su identidad de género.

Referencias bibliográficas

Acuerdo Nacional. (s.f.). *Promoción de la igualdad de oportunidades sin discriminación*. <https://acuerdonacional.pe/politicas-de-estado-del-acuerdo-nacional/politicas-de-estado/politicas-de-estado-castellano/ii-equidad-y-justicia-social/11-promocion-de-la-igualdad-de-oportunidades-sin-discriminacion/>

Agencia Presentes. (2020, 7 de septiembre). *Era una sobreviviente trans de Lima y la asesinaron en su casa: Gabriela sufría violencia cotidiana*.

América TV. (2018, 1 de junio). *Vizcarra sobre Eyvi: “Nos sentimos apenados, a veces son los designios de la vida”*. <https://www.americatv.com.pe/noticias/actualidad/vizcarra-sobre-eyvi-nos-sentimos-apenados-veces-son-designios-vida-n32441>

Biblioteca Nacional del Perú. (2023, 25 de noviembre). *¿Conocías sobre la Primera Comisaría de Mujeres en el Perú?* [Video]. Facebook. <https://www.facebook.com/watch/?v=130252383514470>

Canal N. (2018, 1 de junio). *Vizcarra sobre Eyvi Ágreda: “Estamos apenados, a veces son los designios de la vida”*. <https://canaln.pe/actualidad/vizcarra-sobre-eyvi-nos-sentimos-apenados-veces-son-designios-vida-n324411>

Centro Nacional de Planeamiento Estratégico (CEPLAN). (2021). *Doce políticas nacionales fueron aprobadas en el 2021*. <https://www.gob.pe/institucion/ceplan/noticias/508718-doce-politicas-nacionales-fueron-aprobadas-en-el-2021>

Congreso de la República del Perú. (1993). *Constitución Política del Perú*. Diario Oficial El Peruano.

Corte Interamericana de Derechos Humanos. (2009). *Caso González y otras (“Campo Algodonero”) vs. México. Sentencia de 16 de noviembre de 2009 (Excepción preliminar, fondo, reparaciones y costas), Serie C No. 205*. https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/serie_c_205_esp.pdf



Corte Interamericana de Derechos Humanos. (2020). *Caso Azul Rojas Marín y otra vs. Perú. Sentencia de 12 de marzo de 2020 (Excepciones preliminares, fondo, reparaciones y costas), Serie C No. 402*. https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_402_esp.pdf

Diario El Comercio. (2021). *Un solo grito en las calles: “Ni una menos” por el Bicentenario*. <https://elcomercio.pe/185-aniversario/un-solo-grito-en-las-calles-ni-una-menos-l-bicentenario-noticia/>

Diario El Comercio. (2023, 6 de abril). *CUPO O MUERTE: El drama de las trabajadoras sexuales trans en el Centro de Lima* [Video]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=-4TAZyWD4pY>

Diario Oficial El Peruano. (2015, 24 de noviembre). *Ley N.º 30364, Ley para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra las mujeres e integrantes del grupo familiar*.

Diario Oficial El Peruano. (2019, 10 de mayo). *Decreto Supremo N.º 012-2019-MIMP, que aprueba el Protocolo Base de Actuación Conjunta en el ámbito de la atención integral y protección frente a la violencia contra las mujeres y los integrantes del grupo familiar*.

Familias Unidas por Justicia (FUJ). (2024, 20 de noviembre). *Sentencia del Tribunal de Feminicidios: Casos Solsiret Rodríguez, Ruth Huerta Solís y Anahit Soplin Rimaycuna*. Facebook. <https://www.facebook.com/share/v/12FaAw3mKct/>

Gobierno Regional de Madre de Dios. (2022). *Ordenanza Regional N.º 015-2022, que crea el Observatorio Regional contra la Violencia contra las Mujeres e Integrantes del Grupo Familiar*.

IUS 360. (2017, abril). *Polémica en el Congreso: Debate sobre la inclusión de orientación sexual e identidad de género en el Código Penal*.

Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables. (2019). *Plan de acción conjunto 2019*. <https://www.mimp.gob.pe/files/Plan-de-accion-conjunto-2019.pdf>

Samamé Barrientos, A. C. (2021). *El sujeto pasivo en el delito de feminicidio: La violación al derecho a la igualdad y no discriminación por motivos de la identidad de género desde el Acuerdo Plenario N.º 001-2016/CJ-116* (Tesis de bachiller, Pontificia Universidad Católica del Perú). <http://hdl.handle.net/20.500.12404/21434>

Toledo, P. (2014). *Femicidio/Feminicidio*. Didot.

Wayka. (2023, 15 de octubre). *Fiscalía archivó el caso de Gina, mujer trans asesinada en el Callao* [Video]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=7HBR0ZtLJoI>



Femicidio y transfemicidio a partir del análisis del caso ecuatoriano

Seyedeh Sougand Hessamzadeh
Villamagua



Introducción

En la última década, Ecuador ha experimentado un aumento sostenido de la violencia letal contra mujeres y niñas, en un contexto marcado por la expansión de estructuras criminales, la disputa territorial entre organizaciones delictivas y una crisis de seguridad que ha situado al país entre los más violentos de la región. La tipificación del femicidio en el COIP en 2014 y la aprobación de la Ley Orgánica para Prevenir y Erradicar la Violencia contra las Mujeres en 2018 constituyeron hitos normativos importantes; sin embargo, no han sido suficientes para revertir las cifras ni para garantizar investigaciones diligentes y libres de estereotipos de género (República del Ecuador, 2014, 2018).

La información generada por la sociedad civil muestra la magnitud de la crisis. Según la Alianza Feminista para el Monitoreo y Mapeo de los Femi(ni)cidios, coordinada por Fundación ALDEA, en Ecuador ocurrieron 321 femi(ni)cidios en 2023: 128 casos de femicidios íntimos, familiares y/o en



contextos sexuales, 17 transfemicidios y 172 feminicidios vinculados a sistemas criminales (Fundación ALDEA, 2024a). En el primer semestre de 2024 la tendencia se mantuvo: entre el 1 de enero y el 31 de mayo se registraron 108 vidas de mujeres arrebatadas por la violencia machista, de las cuales 61 correspondían a femicidios íntimos o familiares, 10 a transfemicidios y al menos 31 a feminicidios en sistemas criminales (Fundación ALDEA, 2024b).

Al 27 de septiembre de 2024, la Alianza reportaba 180 feminicidios en lo que iba del año, además de cinco casos de mujeres desaparecidas en 2023 cuyos cuerpos fueron hallados sin vida en 2024 (Fundación ALDEA, 2024c; Infobae, 2024). Con estos asesinatos, la estadística acumulada desde 2014 alcanzaba 1.891 femicidios registrados por la sociedad civil (Infobae, 2024) y, hacia finales de 2024, UNICEF estimaba 1.920 femicidios desde la tipificación penal, dejando a más de 1.800 niñas y niños en situación de orfandad (UNICEF, 2024).

Estas cifras contrastan con los datos oficiales, que suelen reportar un número significativamente menor de femicidios, ya sea por problemas de tipificación, por subregistro o por la reclasificación de muertes violentas de mujeres bajo categorías como “homicidios” o “sicariato” (Carcedo & Ordóñez, 2011; Arias, 2023). La discrepancia no es solo técnica: implica una disputa sobre el significado mismo del femicidio, los criterios para calificar jurídicamente las muertes violentas de mujeres y niñas y la forma en que el Estado reconoce - o invisibiliza - las violencias que enfrentan determinados grupos, como niñas, adolescentes, mujeres rurales, indígenas, afrodescendientes, migrantes y mujeres trans.

En paralelo, Ecuador ha impulsado instrumentos institucionales que, al menos en el plano normativo, buscan mejorar la respuesta frente a la violencia basada en género: la puesta



en marcha del Registro Único de Violencia (RUV), la aprobación del Plan Nacional para Prevenir y Erradicar la Violencia contra las Mujeres 2020–2030, la emisión del Protocolo Nacional para Investigar Femicidios y otras muertes violentas de mujeres y niñas y la creación del Ministerio de la Mujer y Derechos Humanos, entre otros (Secretaría de Derechos Humanos, 2021; Consejo de la Judicatura, 2022; Ministerio de la Mujer y Derechos Humanos, 2023). Sin embargo, organizaciones de la sociedad civil y organismos internacionales han señalado deficiencias en la implementación de estos instrumentos, así como la ausencia de presupuestos suficientes y de mecanismos robustos de rendición de cuentas (Carcedo & Ordóñez, 2011; OACNUDH, 2014; Vargas, 2024).

En este contexto, el presente capítulo analiza la situación de los femicidios en Ecuador entre 2014, año de entrada en vigor del COIP, y 2024, a partir de tres dimensiones interrelacionadas: (i) el marco conceptual e internacional sobre femicidio y violencia de género; (ii) el marco normativo e institucional interno, incluyendo la tipificación penal, las políticas públicas y los instrumentos de registro e investigación; y (iii) la evolución de las cifras, con especial énfasis en la brecha entre los datos oficiales y los registros de la sociedad civil. Se recurre a una metodología cualitativa y descriptiva, basada en revisión documental de normativa, jurisprudencia, informes oficiales, registros de organizaciones feministas y literatura académica especializada, complementada con un análisis exploratorio de las tendencias estadísticas disponibles.

El argumento central es que en Ecuador se ha producido un proceso de formalización normativa del combate al femicidio, pero que este coexiste con prácticas institucionales que mantienen formas de subregistro, clasificación restrictiva y revictimización. La conjunción entre una violencia de género



estructural, la expansión de sistemas criminales y las brechas en la producción de información configuran lo que organizaciones feministas han denominado un “Ecuador feminicida”: un escenario en el que el Estado ha avanzado en el plano normativo, pero no logra garantizar una respuesta integral, oportuna y con enfoque de derechos humanos para prevenir, investigar, sancionar y reparar los feminicidios (Fundación ALDEA, 2024a; Toledo, 2014).

Antecedentes

La primera investigación sistemática sobre feminicidio en Ecuador fue realizada por Enma Ortega y Lola Valladares en el año 2007, focalizada en el Distrito Metropolitano de Quito. El estudio, publicado bajo el título *Femicidio o el riesgo mortal de ser mujer*, analizó los homicidios de mujeres reportados entre 2000 y 2006. Las autoras identificaron que el 41 % de los 204 homicidios de mujeres registrados en ese periodo correspondían en realidad a feminicidios; de estos, la mitad fueron perpetrados por hombres próximos a las víctimas (feminicidios íntimos) y la otra mitad por hombres desconocidos (feminicidios no íntimos). En el 35 % de los casos estuvo presente la violencia sexual (Ortega & Valladares, 2007, citadas en Carcedo & Ordóñez, 2011).

Estos datos evidenciaron que el feminicidio era una realidad en el país y que era imperante afrontarlo de manera integral, pues la violencia doméstica o intrafamiliar era prácticamente la única forma de violencia contra las mujeres que contaba con un abordaje específico. Ortega y Valladares subrayaron la necesidad de una conceptualización más profunda de la violencia contra las mujeres y recomendaron la tipificación del feminicidio como delito autónomo, con el propósito



de asegurar un correcto registro, investigación y sanción, condición indispensable para diseñar políticas de prevención y erradicación.

Posteriormente, la Comisión de Transición hacia el Consejo de las Mujeres y la Igualdad de Género publicó *Femicidio en Ecuador*, elaborado por Ana Carcedo y Camila Ordóñez (2010, 2011). Este estudio amplió el análisis a otras ciudades y consolidó evidencia sobre la magnitud del fenómeno a nivel nacional. De 170 muertes de mujeres ocurridas entre 2005 y 2007 en Cuenca, Guayaquil, Esmeraldas y Portoviejo, las autoras encontraron que de las 80 que correspondían a homicidios, 62 - el 77,5 % - eran femicidios. En otras 13 muertes (16,3 %) se sospechaba igualmente la existencia de un femicidio. Solo un 6,3 % de estos homicidios no presentaba elementos de violencia de género, lo que muestra que los casos en los que el homicidio de una mujer es un hecho “casual” constituyen una clara minoría (Carcedo & Ordóñez, 2011).

A partir de estos trabajos pioneros se comprobó empíricamente que en Ecuador las mujeres pierden la vida por razones de género y que la ausencia de un tipo penal específico impedía visibilizar y registrar adecuadamente el problema, pues en el mejor de los casos los agresores eran sancionados por tipos penales “neutros” como el homicidio o el asesinato. Paralelamente, colectivos de mujeres y diversos sectores de la sociedad civil comenzaron a exigir al Estado la tipificación de la muerte violenta de mujeres por razones de género. Esta presión social, sumada a la producción académica y al movimiento feminista regional sobre femicidio/feminicidio (Toledo, 2009, 2014), fue decisiva para la posterior incorporación del delito de femicidio en el COIP.



Tipificación del femicidio en Ecuador

Incorporación del femicidio en el Código Orgánico Integral Penal

El 13 de octubre de 2011, la Función Ejecutiva, haciendo uso de su facultad de iniciativa legislativa, presentó ante la Asamblea Nacional el proyecto de Código Orgánico Integral Penal. La Comisión de Justicia y Estructura del Estado tramitó la propuesta y viabilizó la discusión en el Pleno, que se desarrolló en dos debates y culminó con una objeción parcial del Ejecutivo. Finalmente, en la sesión 267 de 28 de enero de 2014, la Asamblea Nacional se allanó a las objeciones y aprobó el COIP, publicado en el Registro Oficial Suplemento 180 de 10 de febrero de 2014, con una *vacatio legis* de 180 días. El código entró en vigor el 10 de agosto de 2014 (República del Ecuador, 2014).

El artículo 141 del COIP define el delito de femicidio en los siguientes términos:

“Femicidio.– La persona que, como resultado de relaciones de poder manifestadas en cualquier tipo de violencia, dé muerte a una mujer por el hecho de serlo o por su condición de género, será sancionada con pena privativa de libertad de veintidós a veintiséis años” (República del Ecuador, 2014, art. 141).

La inclusión del femicidio en la legislación penal supuso el reconocimiento – aunque sea de manera implícita – de que las mujeres son asesinadas por el hecho de ser mujeres, como resultado de relaciones desiguales de poder en una estructura patriarcal. Sin embargo, la tipificación no agota la obligación estatal



de garantizar el derecho a la vida y a una vida libre de violencia: el tipo penal provee una garantía normativa, pero requiere de una aplicación adecuada y, en su caso, de reformas que permitan reducir la impunidad y mejorar la respuesta institucional.

Características del delito de femicidio en el COIP

Desde un punto de vista técnico-jurídico, el femicidio en el ordenamiento ecuatoriano presenta las siguientes características principales, de acuerdo con la doctrina penal (Albán Gómez, 2015; Zambrano Pasquel, 2014):

- Delito de sujeto calificado (en el sujeto pasivo, y con un elemento relacional en el sujeto activo): solo puede configurarse cuando una persona da muerte a una mujer, en un contexto de relaciones de poder manifestadas en algún tipo de violencia.
- Delito doloso: requiere que la persona actúe con conocimiento y voluntad de ocasionar la muerte de la víctima.
- Delito simple: la lesión recae sobre un único bien jurídico principal (la vida de la mujer).
- Delito material: exige un resultado externo - la muerte de la víctima - .
- Delito de daño: se perfecciona con la afectación efectiva al bien jurídico protegido.
- Delito instantáneo: una vez consumado, el agente no puede hacerlo cesar ni prolongarlo.
- Delito susceptible de tentativa: si existen medios idóneos y actos de ejecución dirigidos a dar muerte a una mujer y el resultado no se produce por causas ajenas a la voluntad del agente, se configura la tentativa de femicidio (arts. 39 y 141 COIP).



A nivel descriptivo, el tipo penal parece responder a los estándares de la técnica penal contemporánea. No obstante, como se verá más adelante, su construcción presenta ambigüedades relevantes, especialmente en torno a las “relaciones de poder”, al alcance de “cualquier tipo de violencia” y a la inclusión o no de mujeres trans como sujetos pasivos, lo que genera dificultades en su aplicación práctica.

Desentrañando el tipo penal: construcción y alcance

Bien jurídico protegido: la vida de las mujeres

El femicidio se ubica dentro del título de los delitos contra la inviolabilidad de la vida (Libro I, capítulo segundo, sección primera del COIP). El bien jurídico protegido es la vida, específicamente la vida de las mujeres, en tanto el sujeto pasivo del delito solo puede ser una mujer (República del Ecuador, 2014).

En la Constitución de la República, el derecho a la inviolabilidad de la vida se reconoce como parte del catálogo de derechos de libertad (art. 66.3.b) y se vincula con el derecho a una vida libre de violencia, particularmente en el caso de las mujeres (Constitución de la República del Ecuador, 2008). Como explica Albán Gómez (2015), los derechos constitucionales adquieren vigencia práctica cuando se traducen en bienes jurídicos protegidos penalmente, es decir, cuando el legislador tipifica delitos que sancionan su vulneración.

La articulación entre el artículo 141 del COIP, el artículo 66 de la Constitución y el artículo 3 de la Convención de Belém do Pará - que reconoce el derecho de toda mujer a una vida libre de violencia, tanto en el ámbito público como en el privado - permite sostener que el femicidio debería garanti-



zar una protección integral de la vida de las mujeres frente a todas las formas de violencia basada en género (OEA, 1994). La práctica judicial, sin embargo, muestra que esta potencialidad no siempre se realiza.

El femicida: sujeto activo del delito

El artículo 141 del COIP se refiere al sujeto activo mediante la expresión “la persona que...”, lo que en principio indica un sujeto activo indeterminado, es decir, que cualquier persona puede cometer femicidio. Sin embargo, la mención posterior a las “relaciones de poder” remite, en términos criminológicos y sociológicos, al predominio de varones como agresores, en el marco de relaciones patriarcales de dominación (Pontón Cevallos, 2009; Castro-Fernández & Pérez-Reina, 2022).

El debate regional sobre el sujeto activo ha sido abordado por Patsilí Toledo, quien advierte que limitar el femicidio a una autoría exclusivamente masculina podría vulnerar el principio de culpabilidad y convertir el tipo penal en una figura de “derecho penal de autor”, en la medida en que la sanción dependería de la identidad del agresor y no solo de la conducta desplegada (Toledo, 2010, 2014). El marco internacional sobre violencia contra las mujeres tampoco exige que el agresor sea necesariamente hombre, sino que la violencia se dirija contra mujeres y se base en su género, lo que permite incluir casos de violencia cometida por otras mujeres.

En suma, el diseño del artículo 141 - sujeto activo indeterminado, pero con referencia a relaciones de poder - intenta conciliar el principio de presunción de inocencia con el reconocimiento de la violencia de género como fenómeno estructural. No obstante, esta redacción abre zonas de ambigüedad que se reflejan en decisiones judiciales dispares.



“Relaciones de poder”

La expresión “relaciones de poder” pretende diferenciar el femicidio de otros delitos contra la vida, como el homicidio o el asesinato, incorporando el contexto de desigualdad de género en el núcleo del tipo penal. Sin embargo, el COIP no define qué debe entenderse por tales relaciones, dejando a la discreción de las y los operadores de justicia un concepto central para la subsunción del caso.

En contraste, la Ley contra el Femicidio y otras Formas de Violencia contra la Mujer de Guatemala (Decreto 22-2008) ofrece una definición explícita: “manifestaciones de control o dominio que conducen a la sumisión de la mujer y a la discriminación en su contra” (Congreso de la República de Guatemala, 2008, art. 3.g). Este tipo de precisión contribuye a orientar la interpretación judicial y a incorporar el análisis de desigualdades estructurales en las decisiones penales.

Asumir las “relaciones de poder” supone reconocer que el femicidio se comete en un contexto cultural atravesado por el sexismo, el machismo y la misoginia, donde los hombres - y, en menor medida, otras personas socializadas en la masculinidad hegemónica - se arrogan la facultad de controlar la vida y el cuerpo de las mujeres, incluyendo la decisión de castigarlas o eliminarlas (Rubin, 1986; Toledo, 2014).

“Cualquier tipo de violencia”

El tipo penal dispone que la muerte de la víctima debe producirse “como resultado de relaciones de poder manifestadas en cualquier tipo de violencia”. La fórmula es extremadamente amplia y, en ausencia de precisiones, puede generar confusión con otras figuras penales.



A la luz de los tratados internacionales ratificados por Ecuador —como la Convención sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación contra la Mujer (CEDAW) y la Convención de Belém do Pará—, la referencia principal debería interpretarse como violencia basada en género, que incluye la violencia física, sexual, psicológica, económica y patrimonial, entre otras (ONU, 1979; OEA, 1994). Sin embargo, el modo en que la norma está redactada facilita lecturas restrictivas (limitadas a violencia física letal) o confusas (por ejemplo, asumir que cualquier conflicto interpersonal podría constituir “relaciones de poder”).

La víctima: sujeto pasivo del femicidio

El sujeto pasivo es la persona titular del bien jurídico lesionado o puesto en peligro. El artículo 141 establece que el delito recae sobre “una mujer por el hecho de serlo o por su condición de género”. En una primera lectura, “mujer por el hecho de serlo” remite a una noción esencializada vinculada al sexo biológico; sin embargo, la cláusula “por su condición de género” abre la puerta a considerar la construcción social del género y la posibilidad de incluir a mujeres trans como sujetas pasivas, en la medida en que sean reconocidas como tales y la violencia se base en su identidad de género (Vargas, 2024).

Desde una perspectiva feminista interseccional, limitar el femicidio a mujeres cisgénero supondría invisibilizar las violencias extremas que enfrentan otras identidades feminizadas, especialmente mujeres trans y personas no binarias léidas socialmente como mujeres. Aunque la práctica judicial ecuatoriana ha sido vacilante en este punto, la redacción “por su condición de género” ofrece un fundamento normativo para una interpretación inclusiva.



Marco normativo adicional al tipo penal de femicidio

Complementariamente a la tipificación penal, en 2018 se aprobó la Ley Orgánica para Prevenir y Erradicar la Violencia contra las Mujeres, cuyo objeto es “prevenir y erradicar todo tipo de violencia contra las mujeres mediante políticas y acciones integrales de prevención, atención, protección y reparación de las víctimas” (República del Ecuador, 2018, art. 1). La ley crea el Sistema Nacional Integral para Prevenir y Erradicar la Violencia contra las Mujeres, asigna competencias específicas a instituciones como el Consejo de la Judicatura, la Fiscalía General del Estado, el Ministerio de Salud Pública y los gobiernos autónomos descentralizados, y ordena el diseño de planes y programas especializados.

Uno de los instrumentos clave derivados de estos desarrollos es el Registro Único de Violencia (RUV), concebido como una plataforma nacional para unificar información sobre hechos de violencia contra las mujeres, georreferenciar los casos y generar datos para el diseño de políticas públicas (Secretaría de Derechos Humanos, 2021; GK, 2021). Asimismo, la Fiscalía General del Estado aprobó en 2021 el *Protocolo Nacional para Investigar Femicidios y otras muertes violentas de mujeres y niñas*, que dispone que toda muerte violenta de una mujer o niña debe ser inicialmente tratada como posible femicidio, salvo que la investigación descarte esta hipótesis, alineándose con los estándares de debida diligencia reforzada en materia de violencia de género (OACNUDH, 2014).

En los últimos años se han sumado otras iniciativas: la creación del Ministerio de la Mujer y Derechos Humanos, campañas de prevención como “Reconstruyendo Vidas” y agendas sectoriales de justicia y género en la Función Judi-



cial, que incluyen compromisos específicos para fortalecer la investigación y juzgamiento de casos de violencia contra las mujeres (Consejo de la Judicatura, 2022; Ministerio de la Mujer y Derechos Humanos, 2023). No obstante, informes de sociedad civil y de organismos internacionales muestran que persisten vacíos en la implementación, especialmente en lo relativo a asignación presupuestaria, formación especializada obligatoria para operadores de justicia y mecanismos de seguimiento y evaluación de impacto (Carcedo & Ordóñez, 2011; Vargas, 2024; OACNUDH, 2014).

Evolución de las cifras y brecha entre registros oficiales y sociales (2014 - 2024)

Desde la tipificación del femicidio en 2014, Ecuador ha desarrollado distintas fuentes de información para registrar la violencia letal contra mujeres y niñas: estadísticas de la Fiscalía General del Estado y de la Función Judicial, encuestas de violencia de género y registros administrativos integrados en el RUV. Paralelamente, organizaciones feministas articuladas en la Alianza Feminista para el Monitoreo y Mapeo de los Femi(ni)cidios han construido una base de datos propia, georreferenciada, que recoge casos a partir de monitoreo de prensa, acompañamiento a familias y contrastación con fuentes oficiales (Arias, 2023; Fundación ALDEA, 2024a).

Los registros de la Alianza muestran un incremento sostenido de los femicidios y un cambio en sus modalidades. Para 2021, se registraron 197 mujeres, adolescentes y niñas asesinadas por razones de género; ese año fue calificado como “el más letal” desde la tipificación del delito, con un femicidio cada 44 horas y una concentración de casos en provincias como Guayas, Pichincha, Los Ríos y Manabí (Fundación ALDEA,



2022). En 2023, la cifra ascendió a 321 femi(ni)cidios, de los cuales 128 fueron femicidios íntimos o familiares, 17 transfemicidios y 172 feminicidios vinculados a sistemas criminales (Fundación ALDEA, 2024a; Cáritas Ecuador, 2024).

En 2024, hasta el 27 de septiembre, se registraron 180 feminicidios, además de cinco casos de mujeres desaparecidas en 2023 cuyos cuerpos fueron hallados ese año. De ese total, 96 casos correspondieron a femicidios íntimos o familiares, 13 a transfemicidios y 71 a feminicidios relacionados con sistemas criminales (Fundación ALDEA, 2024c; Infobae, 2024). Con estos asesinatos, la cifra acumulada desde 2014 llegó a 1.891 femicidios (Infobae, 2024). UNICEF, en un comunicado de diciembre de 2024, elevó la cifra a 1.920 femicidios desde la tipificación, subrayando que más de 1.800 niñas y niños quedaron en situación de orfandad (UNICEF, 2024).

Esta brecha entre datos oficiales y registros sociales se explica, en parte, por diferencias en la definición operacional de femicidio y por prácticas de subregistro y reclasificación, como la calificación de muertes violentas de niñas y adolescentes con antecedentes de violencia sexual como homicidios, asesinatos o suicidios, en lugar de femicidios (Carcedo & Ordóñez, 2011; OACNUDH, 2014; Arias, 2023).

El análisis territorial revela una concentración de femicidios en provincias que también registran altos niveles de violencia criminal y disputas entre organizaciones delictivas, como Guayas, Manabí, Los Ríos y Esmeraldas (Fundación ALDEA, 2022; Fundación ALDEA, 2024c). En los informes de 2021 y 2023, Guayas concentraba cerca del 40 % de los femicidios del año (Fundación ALDEA, 2022, 2024a). Ello muestra la especial vulnerabilidad de las mujeres y niñas en territorios atravesados por economías ilegales, presencia de grupos armados y fuerte disputa territorial.



La consolidación de sistemas criminales y el uso de los cuerpos de las mujeres como mensaje de disciplinamiento y control territorial complejizan la lectura de los femicidios y desafían los marcos tradicionales que los restringen a la violencia íntima (Arias, 2023; PNUD, 2024). Cuando las muertes de mujeres se diluyen en las categorías genéricas de “homicidios” o “sicariato”, se pierden las dimensiones de género del fenómeno y se debilitan las obligaciones estatales de investigar con debida diligencia reforzada.

Problemas de aplicación normativa

La respuesta judicial frente al femicidio ha enfrentado, al menos, tres problemas centrales:

Dificultades de subsunción del hecho a la norma, con confusiones frecuentes entre femicidio, homicidio y asesinato, especialmente cuando la relación entre víctima y agresor no se ajusta al imaginario de la pareja o expareja (Castro-Fernández & Pérez-Reina, 2022; Vargas, 2024).

Invisibilización de femicidios fuera del ámbito íntimo, en particular aquellos vinculados a sistemas criminales, contextos comunitarios o territorios controlados por grupos armados, que tienden a ser clasificados como “muertes por delincuencia organizada” sin análisis de género (Arias, 2023; Fundación ALDEA, 2022).

Efecto simbólico de la pena, que, pese a su denominación específica, mantiene un rango similar al de otros delitos contra la vida (22 a 26 años de privación de libertad), reforzado casi siempre por agravantes, sin que ello se traduzca necesariamente en una reducción de la impunidad (Albán Gómez, 2015; Zambrano Pasquel, 2014).



Estos problemas se relacionan con la ambigüedad de expresiones clave del artículo 141 (relaciones de poder, cualquier tipo de violencia, condición de género), con la falta de formación especializada en perspectiva de género y con la persistencia de estereotipos en la valoración probatoria. En consecuencia, la tipificación del femicidio ha tenido un impacto importante en el plano simbólico, al nombrar y condenar la violencia extrema contra las mujeres, pero su eficacia práctica sigue condicionada por la forma en que se aplica - o se omite aplicar - en los tribunales.

Conclusiones

El análisis del femicidio en Ecuador entre 2014 y 2024 permite identificar avances normativos relevantes, pero también profundas tensiones entre el diseño jurídico y la realidad social. La tipificación del femicidio en el Código Orgánico Integral Penal supuso un cambio significativo al reconocer que las mujeres son asesinadas por razones de género y en el marco de relaciones estructurales de poder. No obstante, dicho reconocimiento normativo no ha sido suficiente para revertir las cifras ni para garantizar una respuesta institucional adecuada.

En términos empíricos, las cifras recogidas por la sociedad civil muestran una tendencia sostenida al alza en los femicidios, con mutaciones importantes en sus modalidades: del predominio del femicidio íntimo en los primeros años posteriores a la tipificación, se ha pasado a un incremento marcado de los femicidios vinculados a sistemas criminales, en territorios atravesados por disputas entre estructuras delictivas. La violencia feminicida se complejiza, se territorializa y se entrelaza con otras violencias letales, lo cual exige



marcos analíticos y respuestas estatales que superen la mirada reducida al ámbito de pareja.

La brecha persistente entre los datos oficiales y los registros de la sociedad civil constituye un obstáculo grave para la formulación de políticas públicas. La reclasificación de muertes violentas de mujeres como homicidios, suicidios o “ajustes de cuentas”, así como la ausencia de criterios homogéneos de identificación de femicidios, reducen artificialmente las cifras y debilitan la capacidad del Estado para diagnosticar y enfrentar el fenómeno.

En el plano institucional, Ecuador ha generado herramientas importantes - el Registro Único de Violencia, el Protocolo Nacional de Investigación de Femicidios, el Ministerio de la Mujer y Derechos Humanos, la Ley de 2018 -, pero la ejecución muestra inconsistencias severas. La falta de presupuesto, la escasa formación especializada de operadores y operadoras de justicia, la relativa debilidad de los mecanismos de seguimiento y la persistencia de estereotipos de género continúan reproduciendo la impunidad estructural.

La respuesta penal, aunque simbólicamente relevante, no ha tenido un efecto transformador. La pena del femicidio mantiene el mismo rango que otros delitos contra la vida, y su aplicación suele limitarse al ámbito íntimo, dejando fuera otras formas de violencia feminicida. Las ambigüedades del tipo penal – especialmente en torno a “relaciones de poder” y “cualquier tipo de violencia” – dificultan la aplicación homogénea de la figura y abren espacio a interpretaciones restrictivas.

En síntesis, el período 2014 - 2024 evidencia que Ecuador transita un escenario donde la formalización normativa convive con prácticas institucionales que reproducen opacidad, fragmentación y desigualdad, un escenario que organizaciones feministas han conceptualizado como un “Ecuador



femicida”. La obligación estatal de prevenir, investigar, sancionar y reparar sigue lejos de cumplirse de manera integral.

Recomendaciones:

Para fortalecer la respuesta del Estado frente al femicidio, es necesario emprender una reforma normativa y de política criminal que corrija las ambigüedades actuales del tipo penal y asegure investigaciones con enfoque de género. En este sentido, se debe precisar la definición de “relaciones de poder” en el artículo 141 del COIP e incorporar expresamente el concepto de “violencia de género” conforme a Belém do Pará y CEDAW, lo cual permitiría interpretaciones más consistentes y evitaría la reclasificación de muertes violentas como homicidios o suicidios. Asimismo, resulta indispensable reconocer explícitamente a las mujeres trans como sujetas pasivas del femicidio, crear una figura penal agravada para casos cometidos en contextos de crimen organizado y establecer parámetros obligatorios de debida diligencia reforzada para investigar muertes de niñas y adolescentes. Paralelamente, deben adoptarse medidas de fortalecimiento institucional: garantizar financiamiento estable para el Sistema Nacional Integral, hacer obligatorio el Protocolo Nacional para Investigar Femicidios con auditorías periódicas, crear unidades fiscales especializadas con equipos interdisciplinarios, robustecer las competencias del Ministerio de la Mujer y desarrollar un sistema nacional de alerta temprana para territorios de alto riesgo.

De igual forma, mejorar la producción y calidad de la información es un paso imprescindible para el diseño de políticas públicas eficaces. Esto implica unificar criterios nacionales para registrar femicidios, institucionalizar la auditoría social de



los datos oficiales, garantizar la interoperabilidad del Registro Único de Violencia y publicar informes trimestrales desagregados por variables territoriales, demográficas y de identidad. A nivel preventivo, se requiere implementar formación obligatoria en género, interseccionalidad y debida diligencia reforzada para operadores de justicia, así como diseñar políticas específicas para zonas controladas por estructuras criminales. También es fundamental fortalecer la prevención comunitaria, crear un programa nacional de reparación integral para hijas e hijos de víctimas e incorporar la educación sexual integral en todos los niveles educativos. Finalmente, el país debe adoptar un enfoque transformador que trascienda la respuesta penal, promueva la autonomía económica de las mujeres y garantice la participación activa de sobrevivientes, familias y organizaciones feministas en la evaluación de políticas, integrando además prácticas de justicia restaurativa con enfoque de género para abordar las violencias no letales y transformar patrones socioculturales de largo plazo.

Bibliografía

Albán Gómez, E. (2015). *Manual de Derecho Penal Ecuatoriano. Tomo I. Parte general*. Ediciones Legales.

Arias, C. R. B. (2023). *El femicidio en el Ecuador: Un estudio interdisciplinario* (pp. 139–172). Secretaría de Derechos Humanos.

Cáritas Ecuador. (2024, 19 de febrero). *A 321 mujeres y niñas se les arrebató la vida en el 2023*.

Carcedo, A., & Ordóñez, C. (2010). *Femicidio en Ecuador*. Comisión de Transición hacia el Consejo de las Mujeres y la Igualdad de Género.

Carcedo, A., & Ordóñez, C. (2011). *Femicidio en Ecuador*. Comisión de Transición hacia el Consejo de las Mujeres y la Igualdad de Género.

Castro-Fernández, L. C., & Pérez-Reina, E. P. (2022). Análisis del femicidio en el Ecuador: Causas y efectos en la sociedad. *Cienciamatria*, 8(2), 289–300.



Constitución de la República del Ecuador. Registro Oficial 449, 20 de octubre de 2008.

Consejo de la Judicatura. (2022). *Agenda de justicia y género 2022–2025*.

Congreso de la República de Guatemala. (2008). *Ley contra el femicidio y otras formas de violencia contra la mujer* (Decreto 22-2008).

Fundación ALDEA. (2022, 13 de enero). *2021, el año más letal para las mujeres: Cada 44 horas se cometió un femicidio en Ecuador*.

Fundación ALDEA. (2024a, 31 de enero). *Todos los mapas de femi(ni)cidios del 2023*.

Fundación ALDEA. (2024b, 6 de junio). *Femicidios en Ecuador: 108 vidas de mujeres arrebatadas por la violencia machista en 2024*.

Fundación ALDEA. (2024c, 15 de octubre). *Femicidios 2024: 180 mujeres y niñas víctimas de la violencia machista*.

GK. (2021, 7 de noviembre). *El Registro Único de Violencia contra las Mujeres, explicado*.

Infobae. (2024, 22 de octubre). *Ecuador registra 180 feminicios en lo que va de 2024, según la Fundación Aldea*.

Ministerio de la Mujer y Derechos Humanos. (2023). *Informe de gestión 2022–2023*.

Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos (OACNUDH). (2014). *Herramienta para la incorporación de la perspectiva de género en las sentencias sobre femicidio y otras formas de violencia contra la mujer*.

Organización de los Estados Americanos (OEA). (1994). *Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer (Convención de Belém do Pará)*.

Organización de las Naciones Unidas (ONU). (1979). *Convención sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación contra la Mujer (CEDAW)*.

Ortega, E., & Valladares, L. (2007). *Femicidio o el riesgo mortal de ser mujer: Estudio exploratorio en el Distrito Metropolitano de Quito, 2000–2006*. Municipio del Distrito Metropolitano de Quito.

Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD). (2024). *Flores en el aire: Mapeo de organizaciones con acompañamiento en casos de violencia de género*.



República del Ecuador. Asamblea Nacional. (2014). *Código Orgánico Integral Penal*. Registro Oficial Suplemento 180, 10 de febrero de 2014.

República del Ecuador. Asamblea Nacional. (2018). *Ley Orgánica para Prevenir y Erradicar la Violencia contra las Mujeres*. Registro Oficial Suplemento 175, 5 de febrero de 2018.

Rubin, G. (1986). El tráfico de mujeres: Notas sobre la “economía política” del sexo. En M. Lamas (Comp.), *El género: La construcción cultural de la diferencia sexual*.

Secretaría de Derechos Humanos. (2021). *Registro Único de Violencia contra las Mujeres: Lineamientos y marco normativo*.

Toledo, P. (2009). *Femicidio*. Oficina en México del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos.

Toledo, P. (2010). Tipificación del femicidio/feminicidio: Otra vía hacia el abandono de la neutralidad del derecho penal. En M. Maqueda (Ed.), *Derecho, género e igualdad*.

Toledo, P. (2014). *Femicidio/Feminicidio*. Didot.

Vargas, R. A. (Ed.). (2024). *El femicidio en Ecuador: Un estudio interdisciplinario*. Secretaría de Derechos Humanos.

Zambrano Pasquel, A. (2014). *Estudio introductorio al Código Orgánico Integral Penal. Tomo I*. Corporación de Estudios y Publicaciones.



Masculinidades e Feminicídios: O caso de Mato Grosso do Sul

Esmael Alves de Oliveira
Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa



Introdução

O Brasil é um dos países com maior prevalência de feminicídios e transfeminicídios no mundo. Em estados como Mato Grosso do Sul, as taxas são ainda mais alarmantes quando comparadas às de outras unidades da federação, revelando como a violência de gênero está profundamente enraizada em estruturas sociais, culturais e políticas da região.

Mato Grosso do Sul, localizado na região Centro-Oeste do Brasil, é marcado por suas múltiplas fronteiras geográficas, culturais e sociais. Fazendo divisa com o Paraguai e a Bolívia, essa localização estratégica facilita a circulação de bens e pessoas, mas também impulsiona o tráfico de drogas, armas e seres humanos – fenômenos que impactam diretamente os índices de violência na região e ampliam situações de vulnerabilidade.

A diversidade étnica e racial do estado, composta por indígenas, negros, quilombolas, imigrantes sulistas e latino-americanos (como paraguaios, venezuelanos e haitianos), convive com uma economia predominantemente voltada para a



monocultura e a pecuária, além de uma cultura fortemente vinculada ao agronegócio e a valores tradicionais. Essas características tornam os debates sobre violência contra a mulher e feminicídio ainda mais desafiadores, especialmente ao considerar fatores como o turismo sexual – intensificado pelo ecoturismo e pela instalação de frigoríficos, usinas e fábricas de celulose -, o uso de drogas em territórios indígenas e os conflitos entre latifundiários e povos originários. Em diversos casos, esses conflitos resultam em crimes sexuais contra mulheres e crianças indígenas.

Nesse contexto, questões de gênero, raça, etnia, classe e território se entrelaçam, exigindo análises sensíveis às especificidades locais e à complexidade das violências (Rossi, 2023; Oliveira & Araujo, 2020).

Este ensaio, portanto, examina como as masculinidades hegemônicas alimentam e perpetuam violências em contextos marcados por fronteiras geográficas, políticas, econômicas e simbólicas, destacando o caso de feminicídio de Simone Alves de Siqueira como um exemplo emblemático dessa realidade.

O caso de Simone

Simone Alves de Siqueira, 31 anos, branca, cisgênera e heterossexual, foi assassinada pelo ex-marido em um aviário no município de Itaporã-MS (localizado a 16 km de Dourados, cidade polo da região). Segundo o jornal local Dourados News,¹ o casal tinha duas filhas, uma adulta e outra adolescente, e havia se separado há pelo menos um mês. Simone já

¹ Fonte: Dourados News, 06 nov. 2024 Disponível em: <https://www.dourados-news.com.br/noticias/cidades/corpo-de-vitima-de-femicidio-em-itaporã-e-levado-para-o-parana/1245305/> Acesso em: 22 nov. 2024.



estava namorando outro homem, mas Sérgio não aceitava o fim do relacionamento. Ambos trabalhavam no mesmo aviário. Após a separação, Simone passou a morar em outra casa na propriedade, localizada a 20 km do perímetro urbano de Itaporã, no distrito de Carumbé. Na manhã de 5 de novembro deste ano (2024), Sérgio foi até a casa onde Simone morava, matou-a com dois tiros na cabeça e um no peito. O pai dela estava no local e encontrou a filha morta, em frente a um dos barracões da granja. No dia 25 de outubro, Simone havia registrado um boletim de ocorrência denunciando o ex-marido por perseguição e pedido uma medida protetiva, que foi deferida pelo Poder Judiciário. Entretanto, a ordem judicial não foi suficiente para salvar sua vida. Após o crime, Sérgio fugiu. É importante ressaltar que, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, 12% das vítimas de feminicídio contavam com medida protetiva.²

Este caso, como tantos outros no Brasil, não é um evento isolado, mas parte de uma rede sistemática de violências contra as mulheres, alimentada por normativas sociais que reforçam a dominação masculina e a naturalização de uma masculinidade violenta. De acordo com Rita Laura Segato (2003), trata-se de um dos efeitos do “mandato de masculinidade”.

Os dados apresentados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024 reforçam a urgência de refletir sobre o cenário de violência contra as mulheres em Mato Grosso do Sul. O estado apresenta taxas alarmantes de homicídios de mulheres e feminicídios, superiores à média nacional. Enquanto a média nacional de feminicídios em 2023 foi de 1,4 por 100 mil habitantes, Mato Grosso do Sul registrou 2,1. Es-

² Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>



ses números se tornam ainda mais expressivos quando considerados em relação à população total do estado, estimada em 2.901.895 pessoas em 2024 (IBGE). Em relação aos casos de transfeminicídios, segundo o dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) de 2023, Mato Grosso do Sul ocupa a 10ª posição no ranking nacional de estados que mais matam pessoas trans (Benevides, 2023). Outro dado que chama a atenção no relatório da ANTRA é que “65% (90 casos) aconteceram fora das capitais dos estados, em cidades do interior” (Benevides, 2023, p. 47).³

Comparativamente à capital, Dourados, com uma população de 243.367 pessoas (IBGE), apresenta a quinta maior taxa de violência sexual do país, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024), enquanto Campo Grande, a capital, com 954.537 habitantes, ocupa a 36ª posição. Isso sugere que cidades menores, como Dourados, enfrentam uma prevalência proporcionalmente maior de crimes violentos contra mulheres, sinalizando a necessidade de ações específicas e locais para combater essas violências. Cabe ressaltar que, em relação ao sexo, a grande maioria das vítimas de violência sexual são meninas e mulheres, sendo que 88,2% das vítimas são do sexo feminino.

Ao considerar os dados populacionais do estado e de suas principais cidades, a incidência de feminicídios, transfeminicídios e outros crimes de gênero em Mato Grosso do Sul torna-se ainda mais preocupante. Com uma população estadual de pouco menos de 3 milhões de pessoas, as taxas de violência são desproporcionais, evidenciando um ambiente de violência enraizado e naturalizado. Em Dourados, a taxa de violência sexual é assustadora, considerando o tamanho

³ Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2023/01/dossieantra2023.pdf> Acesso em: 22 nov. 2024.



da população, superando até estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Sergipe.

Mandato de masculinidade, masculinidade hegemônica e violências

Esses índices, contudo, não ocorrem no vácuo. O que torna Mato Grosso do Sul um território tão favorável à (re) produção da violência de gênero? Como o agronegócio, a política local e o mandato de masculinidade contribuem para esse cenário?

A violência contra minorias sexuais e de gênero em Mato Grosso do Sul não pode ser compreendida como expressão de eventos isolados, episódicos ou meramente decorrentes de intolerância individual. Trata-se, como mostra a dissertação “Análise discursiva das (re)produções de morte de corpos abjetificados no sul de Mato Grosso do Sul”, de uma violência sistemática, enraizada em estruturas de poder que atravessam o Estado, o modelo econômico e as normatividades sociais. É nesse entrelaçamento que se revela o caráter agro-autoritário-conservador da região, onde o agronegócio, aliado à política local e à manutenção de um mandato de masculinidade hegemônica, atua como vetor de exclusão, silenciamento e aniquilação de corpos dissidentes.

A análise proposta na dissertação evidencia que o Estado - especialmente sob a gestão federal de Jair Bolsonaro durante a pandemia de COVID-19 - não apenas negligenciou políticas públicas de proteção à vida, mas produziu ativamente discursos e práticas que abjetificaram determinados corpos, reforçando desigualdades históricas. No contexto sul-mato-grossense, esse processo se intensifica por meio de dispositivos coloniais e capitalísticos que legitimam



o controle violento dos corpos tidos como desviantes – entre eles, os corpos LGBTQIA+, indígenas, negros e pobres.

Mato Grosso do Sul é um território marcado por profundas disputas fundiárias, pela presença avassaladora do agronegócio e pela militarização de suas práticas de governo. Essa composição engendra um sistema de poder que, para se sustentar, exige a manutenção da ordem heteronormativa, patriarcal e branca. O mandato de masculinidade que opera nesse cenário não é apenas um ideal subjetivo de virilidade, mas um projeto político e territorial que se expressa no controle da terra, dos corpos e da sexualidade. Homens cis-heteronormativos, ligados muitas vezes à lógica da segurança, da propriedade privada e do domínio sobre o espaço rural, tornam-se protagonistas da normatização da violência, vista como ferramenta de controle social e moral.

Os altos índices de violência de gênero e LGBTfobia no estado, portanto, não ocorrem no vácuo. Eles são efeitos de um sistema que naturaliza a exclusão, que opera pela invisibilização e, quando necessário, pela eliminação dos corpos que desafiam suas fronteiras normativas. O agronegócio, longe de ser apenas um motor econômico, impõe um modo de vida e uma racionalidade que precariza corpos considerados descartáveis (Becker, Oliveira, Martins, 2016). A monocultura da soja ou do boi, nesse sentido, espelha a monocultura da existência: tudo o que foge ao padrão dominante deve ser suprimido.

Além disso, a política local, frequentemente marcada por alianças entre setores conservadores, religiosos e empresariais, silencia ou relativiza os discursos e ações em defesa da diversidade, da equidade de gênero e da justiça social. Isso contribui para o esvaziamento das políticas públicas e para o fortalecimento de uma cultura institucional de convivência



com a violência. Nesse cenário, a necropolítica ganha força: certos corpos são autorizados a morrer, ou, como aponta a dissertação, têm sua morte reproduzida simbolicamente e materialmente (Feitosa, 2023).

Não por acaso, como evidencia a pesquisa de Feitosa (2023), movimentos sociais, coletivos LGBTQIA+, comunidades indígenas e negras, artistas e ativistas têm se colocado na linha de frente para confrontar essa lógica de morte. Suas ações configuram o que poderíamos chamar de uma micropolítica da vida, em que estratégias de cuidado, denúncia e visibilidade são tecidas cotidianamente em territórios marcados por abandono estatal e violência estrutural.

Responder, portanto, à pergunta “o que torna Mato Grosso do Sul um território tão favorável à (re)produção da violência de gênero?” implica reconhecer a articulação perversa entre o poder econômico do agronegócio, a omissão (ou cumplicidade) da política institucional e a imposição de uma masculinidade violenta e hierárquica (Becker, Oliveira, Martins, 2016).

Na obra *Las estructuras elementales de la violencia*, Rita Laura Segato (2003) propõe o conceito de “mandato de masculinidade” para descrever a imposição social e cultural de um padrão de comportamento que define a identidade masculina em termos de poder, dominação e virilidade. Este mandato funciona como uma norma que regula as relações entre homens e mulheres, estabelecendo uma hierarquia de valores que privilegia a masculinidade hegemônica.

Segato (2003) argumenta que a masculinidade não é uma característica intrínseca, mas sim uma performance imposta e perpetuada pela coletividade masculina, cuja validação ocorre no plano público, sobretudo entre pares do mesmo gênero. Esse mandato inclui elementos como: a exibição de força e controle, particularmente sobre corpos femininos



e feminilizados; a necessidade de demonstrar superioridade em relação ao que é considerado “frágil” ou “submisso”, associado ao feminino ou a outras masculinidades subordinadas; e a perpetuação de uma lógica de posse e controle sobre mulheres e corpos dissidentes.

Portanto, a partir de Segato (2003), é possível afirmar que a violência contra mulheres e pessoas trans não pode ser explicada apenas por fatores individuais, mas deve ser analisada no contexto do mandato de masculinidade. Nesse enquadre, a prática do feminicídio e do transfeminicídio opera como uma comunicação simbólica entre homens, reitera a lógica colonial e patriarcal da violência de gênero e impõe hierarquias e exclusão.

Quanto à dimensão “comunicativa”, é preciso reconhecer que tanto o feminicídio quanto o transfeminicídio transcendem a vítima individual. Tais violências operam como um ritual de comunicação entre homens, reafirmando o poder e a capacidade de dominação masculina sobre os corpos das mulheres. A morte da mulher é simbólica, representando a preservação da masculinidade e o controle sobre seus corpos.

No que se refere à lógica colonial e patriarcal da violência, Segato (2003) vincula o mandato de masculinidade às estruturas de poder herdadas do colonialismo, que estabelecem relações de controle e exploração. O feminicídio e o transfeminicídio, nesse sentido, são expressões extremas de uma lógica que naturaliza a violência como forma de manutenção da ordem. No caso específico do transfeminicídio, é importante ressaltar que a violência contra pessoas trans pode ser lida como uma resposta à transgressão do mandato de masculinidade e das normatividades de gênero. A existência de corpos que desafiam binarismos de gênero ameaça o sistema de dominação que sustenta o poder masculino.



Quanto à produção de hierarquias e exclusão, Segato (2003) aponta que o mandato de masculinidade perpetua a exclusão e desumanização de corpos considerados inferiores, contribuindo para a naturalização da precariedade e da violência. Femicídios e transfemicídios se tornam, assim, práticas que reafirmam fronteiras de gênero e poder.

Outro trabalho de grande inspiração é o da antropóloga Lia Zanota Machado (2001). Ao debruçar-se sobre a temática de homens autores de violência, a pesquisadora revela que os feminicídios frequentemente emergem de uma teia complexa de fatores que vão além de questões individuais, envolvendo as normativas sociais que moldam a masculinidade. Segundo Machado (2001), a masculinidade hegemônica, muitas vezes associada ao controle, à posse e ao uso da força, é central para entender por que homens recorrem à violência para lidar com rupturas em suas relações. O caso de Simone, assassinada após iniciar um novo relacionamento, reflete a recusa de seu ex-marido em aceitar o término como uma afronta ao seu “direito” sobre ela, evidenciando o entrelaçamento entre controle de gênero e violência letal.

No caso específico de Mato Grosso do Sul, historicamente ligado ao capital econômico-político-simbólico do agro-negócio, o mandato de masculinidade reforça estruturas de opressão que se sustentam tanto no marcador de gênero quanto nos marcadores de orientação sexual, identidade de gênero, classe e raça, impactando indígenas, mulheres, LGBTQIA+ e outros grupos vulneráveis (Feitosa, 2023; Oliveira & Araujo, 2020). Não por acaso, ao falar acerca do mandato de masculinidade, Rita Segato (2003) destaca como o *status* e o prestígio masculino se materializam a partir de pacotes de poder moral, político, intelectual, sexual, bélico e econômico.



Como sinalizaram Simone Becker, Esmael Oliveira e Marcelo Campos (2016), ao se debruçarem sobre as dinâmicas de violência no sul de Mato Grosso do Sul:

Algumas imagens são icônicas desse imaginário: a figura do desbravador/pioneiro (muito associada aos migrantes do sul do Brasil que colonizaram a região), a figura do homem do campo (rústico, másculo, macho e “sistemático”), a figura do agrobóio (jovens que pertencem às famílias ligadas ao agronegócio e que fazem questão de evidenciar o capital econômico e simbólico de sua condição). Todas essas imagens realçam e refletem o caráter machista dos imaginários e relações engendradas nessa região do Estado e que se, em si mesmas, não dão conta de todos os aspectos das violências que mencionamos, revelam por seu turno uma dimensão importante dessas relações violentas: a dominação masculina – conforme nos aponta Bourdieu.⁴

Em nossa perspectiva, o conceito de “masculinidade hegemônica” de Raewyn Connell (1995), a noção de “dominação masculina” de Bourdieu (2023) e os “quadros de guerra” de Judith Butler (2015) também nos ajudam a compreender e desnaturalizar as violências e mortes cometidas contra os corpos das mulheres e outras minorias sexuais e sociais no contexto de Mato Grosso do Sul. É preciso reconhecer que as estruturas patriarcais, o mandato de masculinidade e a dominação masculina não apenas produzem o que “são” homens e mulheres, ou o que cada um “pode” ou “não pode” fazer, mas também quem vive e quem morre (Segato, 2003; Butler,

⁴ Disponível em: <https://brasildebate.com.br/guarani-kaiowa-onde-fala-a-bala-cala-a-fala/> Acesso em 22 de nov. 2024.



2015). O caso de Simone é uma expressão disso: uma masculinidade que não aceita a autonomia feminina, respondendo com controle e, no extremo, com a morte. Constatase uma política não apenas de violência, mas de intensa produção de zonas de morte, uma verdadeira política de extermínio.

A dominação masculina (Bourdieu, 2023) naturaliza a violência dos homens sobre as mulheres e funciona como ferramenta de controle, exploração e subjugação desses corpos. A ideologia da virilidade, sustentada pelas noções de força, poder e honra, é reafirmada tanto em microespaços domésticos quanto em macroestruturas sociais, como o universo da política, da saúde e do trabalho (Oliveira; Nascimento, 2025). Essa virilidade, associada ao “homem do campo” ou ao “agro-boy”, cria um ambiente propício à legitimação de atos de violência, seja no campo, seja na cidade, seja no âmbito público (como os altos índices de violência no trânsito envolvendo caminhonetes), seja no âmbito privado (vide as inúmeras violências cometidas contra mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos no âmbito doméstico).

É importante destacar que o Centro-Oeste de modo geral e Mato Grosso do Sul, em particular, têm se consolidado como uma região marcada por intensa adesão e apoio ao espectro político bolsonarista, bem como aos símbolos e discursos a ele associados. Entre eles, destacam-se a defesa da violência (como na máxima “bandido bom é bandido morto”), o conservadorismo moral (representado pelo lema “Deus, Pátria e Família”), os ataques à ciência e o patrulhamento das questões de gênero (a propalada “ideologia de gênero”), com impactos diretos na imagem das universidades públicas, nos núcleos de pesquisa e em seus docentes e discentes (Assunção, 2023).

Portanto, a articulação entre os altos índices de violência contra mulheres, feminicídios e transfeminicídios na região,



especialmente em estados onde o bolsonarismo encontra significativa adesão, evidencia uma relação complexa entre a cultura política conservadora e a perpetuação de subjetividades patriarcais (Assunção; Oliveira, 2024). Mato Grosso do Sul, como exemplo representativo dessa região, ilustra como as perspectivas de gênero são moldadas por valores que reforçam o privilégio masculino, o moralismo religioso e o autoritarismo, frequentemente promovidos pelo discurso da extrema-direita e por um certo ideal do que é “ser homem de verdade”.

Tais valores, como observa o sociólogo Daniel Welzer-Lang (2001), incluem tanto o machismo quanto a homofobia como dispositivos centrais. De acordo com o autor, o machismo sustenta uma lógica de dominação e controle sobre as mulheres, enquanto a homofobia opera como uma forma de repúdio ao feminino nos homens, consolidando uma identidade masculina que se define por oposição a tudo o que é percebido como “frágil” ou “feminino”. Esse ódio ao feminino, portanto, não é apenas dirigido às mulheres, mas também a todas as formas de masculinidade que escapam à normatividade heteropatriarcal.

No contexto bolsonarista, tais valores são amplificados por meio da retórica pública que denuncia a ameaça de um “mundo feminista” e da “ideologia de gênero”, uma forma de alienação e desqualificação das lutas por equidade e direitos. O poder dessa narrativa é, sem dúvida, uma ferramenta eficaz na perpetuação da violência, não apenas física, mas também simbólica, contra aqueles que se opõem ou questionam os papéis de gênero tradicionais (Costa, 2024).

Nesse sentido, os feminicídios e transfeminicídios tornam-se as formas mais brutais de reafirmação desse modelo de masculinidade. A narrativa de dominação masculina não apenas leva ao assassinato de mulheres e pessoas trans, mas



se coloca como um pilar da ordem social, reforçando a hierarquia de gênero e a violência como instrumento legítimo de controle e preservação dos privilégios masculinos.

Reflexões finais ou sobre a urgência de desestabilizar os quadros masculinistas

Diante desse cenário, é fundamental investir em estratégias que questionem os espectros e os efeitos da masculinidade hegemônica nos diversos âmbitos da vida social (Oliveira; Nascimento, 2025). Trata-se de compreender o feminicídio e o transfeminicídio como problemas estruturais, enraizados em sistemas de dominação que ultrapassam as questões de gênero, incluindo também dimensões econômicas, coloniais e raciais. Nesse sentido, torna-se urgente a construção de políticas públicas que abordem as causas estruturais da violência, promovam a desconstrução do mandato de masculinidade e reconheçam as interseccionalidades que permeiam as experiências de mulheres e pessoas trans.

Desafiar a masculinidade hegemônica e o mandato de masculinidade é, assim, um passo essencial para desestabilizar os “quadros de guerra” que os dados sobre feminicídios e transfeminicídios parecem evidenciar. Trata-se de construir não apenas formas mais inclusivas de luto e reconhecimento, mas também de criar estratégias que garantam que as mulheres não continuem a ser assassinadas por serem mulheres. Para isso, é necessário a produção de políticas públicas efetivas contra o feminicídio e o transfeminicídio, acompanhadas por iniciativas culturais que desafiem as normas de gênero, promovendo masculinidades alternativas, além de ações concretas e efetivas em diversos âmbitos - legal, social, econômico, psicossocial, entre outros.



O trabalho de Judith Butler (2015) nos lembra que romper com os quadros de guerra exige não apenas ações locais, mas também transformações sistêmicas na maneira como pensamos e vivemos o gênero (afinal, falar de masculinidade é falar de relações de gênero). É preciso reconhecer que discutir a morte social e a morte física de mulheres e outras minorias é, antes de tudo, falar de violência política, institucional e estrutural. Trata-se, portanto, de atuar nos mais variados campos e níveis da estrutura social, apostando em ações pedagógicas, em rede, intersetoriais e regionalizadas.

Se acreditamos que a perspectiva punitivista não é suficiente por si só – embora seja imprescindível que homens que matam mulheres sejam responsabilizados –, também é crucial investir em iniciativas de educação para a equidade de gênero, em programas de intervenção com homens autores de violência, como os analisados por Marcos Nascimento (2001), Adriano Beiras, Marcos Nascimento e Caio Incrocci (2019), entre outros, e em políticas públicas que ofereçam suporte real e imediato às mulheres em situação de violência. Além disso, é necessário ampliar o debate sobre como as instituições reforçam ou questionam essas dinâmicas de poder (Costa et al, 2024). Qual o papel do judiciário, das polícias e da segurança pública de modo geral? Qual a contribuição que as universidades e núcleos de pesquisa podem dar ao campo?

Simone Alves de Siqueira não é apenas um número nas estatísticas. Sua história, como a de tantas outras mulheres cis e trans, é um chamado urgente para repensarmos as bases que sustentam uma sociedade violenta, machista, sexista, transfóbica e patriarcal. Somente ao expor e combater as estruturas que perpetuam a dominação masculina e o mandato de masculinidade poderemos vislumbrar um futuro em que a vida de todas as pessoas seja igualmente digna de luto e reconhecimento.



O caso e os dados apresentados reforçam, ainda, a necessidade de incluir o debate sobre masculinidades no enfrentamento das violências de gênero (Oliveira; Nascimento, 2025). As masculinidades violentas não apenas perpetuam crimes como o feminicídio de Simone, mas também sustentam uma cultura de medo e opressão que afeta diversos grupos sociais, nos mais variados âmbitos da vida. É preciso questionar o modelo de masculinidade restrita e estereotipada, e, mais do que isso, implodir os dispositivos que produzem uma masculinidade homofóbica, transfóbica, sexista, misógina e patriarcal. Por outro lado, também é preciso (d)enunciar o que Esmael Oliveira e Marcos Nascimento (2025) chamam de “casa dos homens” e compreender os pactos institucionais masculinistas que permitem que o feminicídio ou transfeminicídio comece muito antes do assassinato de uma mulher. A falta de atendimento adequado e imediato, o não acolhimento, o des-caso, a ausência ou fragilidade nas redes de atenção social e psicossocial (Dutra & Martins, 2023), e a desqualificação das queixas e denúncias, antecipam e corroboram com o desfecho mortal. Um assassinato, muitos cúmplices.

Por fim, é preciso afirmar que feminicídio e transfeminicídio não são problemas exclusivos de mulheres cis e trans. São problemas de toda a sociedade e, principalmente, de nós, homens. Homens não morrem pelo fato de serem homens. Mulheres são assassinadas pelo fato de serem mulheres. E quem mata as mulheres? Como diz o sanitarista Marcos Nascimento, “se os homens fazem parte do problema da violência contra a mulher, eles têm que fazer parte da solução” (2001, p. 52).



Referências

ASSUNÇÃO, Carlos Júnio de Oliveira. *“Imbrochável, incomível e imorrível”*: uma análise das masculinidades à luz do discurso bolsonarista. Dissertação de Mestrado (Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2023.

BENEVIDES, Bruna. *Dossiê Assassinatos e Violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*. Brasília: Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2023).

ASSUNCAO, Carlos Junio de Oliveira; OLIVEIRA, Esmael Alves de. “Imbrochável, incomível e imorrível”: Uma análise do bolsonarismo à luz das masculinidades. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 7, p. 1-33, 2024.

BEIRAS, Adriano; NASCIMENTO, Marcos; INCROCCI, Caio. Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: Um panorama das intervenções no Brasil. *Saúde e Sociedade*, 28 (1), 262–274, 2019.

BECKER, Simone; OLIVEIRA, Esmael Alves de; CAMPOS, Marcelo da Silveira. Guarani-Kaiowá: “Onde fala a bala, cala a fala”. *Brasil Debate*, 22 jun. 2016. Disponível em: <https://brasildebate.com.br/guarani-kaiowa-onde-fala-a-bala-cala-a-fala/>

BECKER, Simone; OLIVEIRA, Esmael Alves de; MARTINS, Catia Paranhos. “Onde fala a bala, cala a fala”. *Rede Humaniza SUS*, 19 jun. 2016. Disponível em: <https://share.google/92b3HW2M3xUroIonc>

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CONNELL, Raewyn. *Masculinities*. California: Stanford, 1995.

COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura. Eu sofro com o machismo todos os dias e você? Negociações para construção e transferência da Solução Tecnológica Me Deixe. In: COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura (Org.) *Me deixe: violências domésticas, tecnologia social e políticas públicas*. Aracaju: Criação Editora, 2024. pp. 9-19.

COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura *et al.* Sob o olhar das forças de segurança: a percepção de policiais sobre a violência doméstica contra as mulheres em Sergipe. In: COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura (Org.) *Me deixe: violências domésticas, tecnologia social e políticas públicas*. Aracaju: Criação Editora, 2024. pp. 59-88.



Dourados News. Corpo de vítima de feminicídio em Itaporã é levado para o Paraná. 06 nov. 2024. Disponível em: <https://www.douradosnews.com.br/noticias/cidades/corpo-de-vitima-de-feminicidio-em-itapora-e-levado-para-o-parana/1245305/>

DUTRA, Maria de Lourdes; MARTINS, Catia Paranhos. Desafios na tessitura da Rede Socioinstitucional de acolhimento e cuidado às mulheres vítimas de violência. *Saúde e Sociedade* (ONLINE), Rio de Janeiro, v. 32, p. 1-13, 2023.

FEITOSA, João Victor Rossi. *Análise discursiva das (re)produções de morte de corpos abjetificados no sul de Mato Grosso do Sul*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024*. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <https://forum-seguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>

MACHADO, Lia Zanota. Masculinidade e violências: Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. *Série Antropologia*. Universidade de Brasília, Departamento de Brasília, 2001.

NASCIMENTO, Marcos Antonio Ferreira do. *Desaprendendo o silêncio: uma experiência de trabalho com grupos de homens autores de violência contra a mulher* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2001.

OLIVEIRA, Esmael Alves de; NASCIMENTO, Marcos Antonio Ferreira do. Educação “para” e “com” homens: desafios e possibilidades para uma (des)construção da casa dos homens. *Revista Diversidade e Educação*, v. 13, p. 587-604, 2025.

OLIVEIRA, Esmael Alves de; ARAUJO, Jow Oliveira. Marcas necropolíticas sobre corpos dissidentes em Mato Grosso do Sul (MS). *Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, Naviraí, v. 7, p. 295-306, 2020.

SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia: Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Bernal: Universidad de Quilmes, 2003.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, 9(2), 2001.



Masculinidades y Feminidades: los vínculos de la violencia

José María Valcuende del Río



Introducción

Este capítulo se plantea fundamentalmente como una reflexión personal, con el fin de poner en cuestión algunas de las vinculaciones entre masculinidad y violencia. Parte de la base de que efectivamente la estructura social está marcada por relaciones de poder y genera de por sí violencia; que son las mujeres las principales receptoras de esa violencia y que son los hombres los que de forma expresa tienen más posibilidad de ejercerla contra los grupos minorizados. Ahora bien, en la reproducción de los modelos de dominación participan hombres y mujeres en base a los dictados de determinadas formas de entender la masculinidad y la feminidad. De la misma forma que se ha hablado de masculinidades cómplices, también se podría hablar de feminidades cómplices.

La masculinidad tóxica no es algo que se corporice sólo en los hombres. Los grupos subalternizados asumen también las lógicas de la dominación en base a unos vínculos en negativo, que son fomentados por el sistema social. Reproducir la imagen de los hombres, siempre como agentes de la violencia



y una imagen de las mujeres siempre y sólo como víctimas, no ayuda a resolver los problemas de la violencia de género, que tiene su expresión más cruel en los feminicidios y transfeminicidios. Por ello en este texto quiero apuntar algunos de los problemas que plantea esta visión y visibilizar otras formas de violencia, que afectan a las mujeres cis, a algunos hombres o a las mujeres trans, y que más allá de las definiciones al uso las considero también como formas de violencia de género. Todo ello en un contexto marcado por el avance de las fuerzas ultraconservadoras que reivindican determinadas formas de masculinidad y feminidad, y por discursos de parte del feminismo que vuelven a reivindicar el sexo como elemento central en la reivindicación del hecho de ser mujeres, procesos diferentes pero que presentan ciertas vinculaciones, al incidir en la naturalización de los roles sociales.

En este capítulo no pretendo ni mucho menos presentar un texto cerrado, es una invitación a la reflexión y a añadir nuevos elementos que nos permitan pensar en los vínculos de la violencia.

Viejos y nuevos vínculos de la violencia de género

A la hora de articular masculinidades tóxicas con la violencia machista conviene partir de dos planteamientos previos:

El primero, es preciso pensar en las jerarquías de la sexualidad y del género impuestas por el sistema cisheteronormativo. Una jerarquía a partir de la que se establece un orden corporal (Valcuende y Vasquez, 2016), que se manifiesta en las desiguales posiciones de poder y acceso a los recursos (económicos, sociales y simbólicos) de los cuerpos categorizados como masculinos y femeninos, que sitúan en una



posición clara de desigualdad a los grupos subalternizados: mujeres, poblaciones LGBTIQ+, grupos racializados. “ Por orden corporal entendemos la clasificación (política), la visualización (estética) y la valoración (moral) de los cuerpos en un sistema social determinado” (Valcuende y Vásquez, 2016)

El segundo, es que hablar de masculinidades implica de una forma necesaria no centrarse exclusivamente en los hombres, sino más bien focalizar el problema en las relaciones de poder y en los vínculos que mantienen hombres/hombres y hombres/mujeres. La masculinidad tóxica se corporiza en una buena parte de los hombres. Ahora bien, no todos los hombres reproducen ese modelo y no todas las mujeres están ajenas a los mecanismos de dominación. Este es un elemento importante que genera no pocas distorsiones a la hora de afrontar el problema de los feminicidios y transfeminicidios, partiendo del hecho de que la masculinidad debe ser entendida de forma relacional y que se construye en oposición a todo lo que representa lo femenino.

Los avances de los movimientos feministas y de los movimientos de liberación sexual han creado fracturas en un modelo cisheteronormativo (Guasch, 2000) y por tanto en los vínculos que rigen las relaciones de género, a partir de los que se ha legitimado la dominación masculina (Bourdieu, 1996). Estos avances se han plasmado en un cuestionamiento de los roles tradicionales de hombres y mujeres, y en la modificación de las normas sociales y legales que rigen las relaciones de género. Los avances de las mujeres se han visto acompañados por procesos de reacción, que han sido instrumentalizados por el creciente avance de las fuerzas ultraconservadoras a nivel global.

Una parte de los hombres que se sienten amenazados, han confrontado directamente con los logros conseguidos



por el movimiento feminista. Es el grupo de hombres que en otros textos hemos definido como los hombres “rebotados”; es decir aquellos hombres que ven cuestionada una posición de privilegio que había sido naturalizada y, por tanto, que se sienten perjudicados por el avance de las mujeres (Valcuen-de y Blanco-López, 2015). No es un grupo homogéneo. Entre otros están: (1) los que consideran que las nuevas normativas legales dejan indefensos jurídicamente a los hombres en temas como las acusaciones de acoso sexual y de violencia de género (2) aquellos que consideran que son los hombres los que salen perjudicados en los procesos de separación y en los procesos de custodia (3) los hombres que piensan que se ha roto el orden “natural” de las cosas en beneficio de unas mujeres que han ido excesivamente lejos en sus demandas. Los vínculos que les unían a las mujeres se han visto modificados y también algunos de sus privilegios, que no son interpretados por ellos como tales.

Como señala Blanco (2012) el seguir el modelo de *éxito social* en los hombres ha estado vinculado a una forma determinada de entender la masculinidad. Seguir los dictados de la masculinidad hegemónica ha condenado a muchos hombres al fracaso. No es casual que el porcentaje de hombres en situación de calle sea mayor que el de mujeres y tampoco lo es que muchos de estos hombres llegan a esta situación después de una ruptura matrimonial, que no han sabido o podido gestionar, y que implica el fracaso de lo que se supone que es *un verdadero hombre* (Blanco, 2012), más preocupados por su posición pública que por las cuestiones vinculadas con los contextos íntimos y con la modificación de vínculos tóxicos o la creación de nuevos vínculos.

Como señala Butler (Taylor, 2008) en el corto la Vida Humana, el género está muy relacionado con la discapacidad; se



nos ha enseñado no a ser seres completos sino a desarrollar determinadas capacidades en función del género; dicho de otra forma es incapacitante. El proceso de socialización indica a hombres y mujeres que pueden o no hacer, cómo usar sus cuerpos, qué espacios sociales deben ocupar... Una lectura corporal que ha servido para legitimar la cisheteronormatividad, las relaciones de violencia fuera del ámbito doméstico y la codependencia de la pareja a partir de un reparto desigual de roles (complementario y jerárquico a un tiempo). Un ámbito, este último, en el que se reproducen habitualmente relaciones de poder, cuando no relaciones de violencia.

Esta forma de entender la relación entre hombres y mujeres, en cierta medida podría pensarse que está superada. Sin embargo, si nos fijamos en las generaciones más jóvenes asistimos a un proceso contradictorio, lo que se pone de manifiesto tanto a nivel político como social. No deja de ser curioso como en diversos países se evidencia una cierta segmentación del voto en función del sexo. Un hecho que se pone de manifiesto en el voto ultraconservador, porcentualmente mayor entre los hombres, y especialmente entre los hombres jóvenes. Pero aquí se nos plantea una pregunta que es cuanto menos preocupante ¿Por qué estos discursos están calando especialmente entre una parte de los jóvenes varones?

Si las mujeres han avanzado sustancialmente y tienen referentes más claros, no parece que esté sucediendo de la misma forma entre los hombres. Estos últimos no han visto modificados sustancialmente sus referentes de masculinidad por otros de carácter igualitario (Valcuende y Blanco, 2015). El sistema a pesar de los avances producidos, de forma paradójica, sigue premiando y promocionando la imagen de éxito de formas tradicionales de masculinidad bajo nuevas apariencias, al mismo tiempo que repudia las consecuencias de esos modelos.



Los discursos que han cuestionado la masculinidad lo hacen desde una visión fundamentalmente negativa, y es precisamente en esas interpretaciones en las que una parte de los jóvenes no se sienten representados. Si bien la frase que repiten algunas feministas de “todos los hombres son violadores” o “potencialmente violadores” puede tener sentido en cuanto denuncia de una situación estructural, no es desde luego un discurso fácilmente comprensible para los hombres jóvenes, que viven otra realidad y que oscilan entre una representación idealizada de las masculinidades, apropiada por los sectores conservadores, y una representación que incide sólo en los aspectos más negativos de lo que significa ser hombre.

La violencia ¿es cosa de hombres?

Es en este contexto que habría que preguntarse en qué medida no se están generando discursos que, leídos en clave simplista, pueden servir para retroalimentar los discursos ultraconservadores. Centrarse en “el hombre” más que en los vínculos que contribuyen a perpetuar la violencia tiene el riesgo de convertir a los hombres siempre en verdugos y a las mujeres sólo en víctima, reafirmando nuevamente, desde posiciones supuestamente críticas, la posición de poder de los primeros. Esto no implica, ni mucho menos, intentar restar importancia a la violencia que sufren las mujeres y a los crímenes machistas, pero esto no debe ser óbice para visualizar otras formas de violencia de género y señalar, a su vez, que la reproducción de la masculinidad tóxica se encarna en los hombres pero también se reproduce por parte de las mujeres en: sus expectativas, discursos y deseos con relación a los hombres.



Permítanme contar una breve historia. Un chico de quince años ante las burlas de una compañera de clase a otro estudiante asperger decide salir en defensa de su compañero. La chica le dice *tu cállate o te voy a dar una hostia*. Cuando el chico se lo comenta a su madre, ésta trata de quitarle importancia, y la respuesta del chico es: *-Claro pero si hubiera sido al revés me hubieran hecho un parte por acoso*.

La anécdota es mucho más que una anécdota. Por un lado, pone en evidencia la conciencia sobre el acoso de una parte de los jóvenes y, por otro lado, el hecho que señalábamos en líneas anteriores, este adolescente siente una situación de indefensión que no sabe cómo gestionar. Su vivencia de la masculinidad no se corresponde con las vivencias de las generaciones anteriores.

Evidentemente con estas afirmaciones no quiero equiparar la violencia que experimentan las mujeres a la que sufren los hombres, pero creo que es interesante visualizar también a los hombres como víctimas y a las mujeres como agresoras, precisamente para centrarnos en los vínculos de un sistema de relaciones que genera diferentes formas de violencia de género, que tienen que ver con lo que el sistema espera de unos y de otras.

Más allá de las definiciones al uso que entienden solamente la violencia de género como aquella que experimentan las mujeres por el hecho de serlo, considero que también hay violencia de género entre los hombres por el hecho de serlo. Por ejemplo, (1) los hombres que sufren violencia por ser “menos” hombres, como así sucede con los homosexuales, especialmente aquellos que son considerados “afeminados” y (2) los hombres que sufren violencia en el seno de la pareja por parte de las mujeres, en función de no cumplir con las expectativas que se espera de su masculinidad. Un ámbito,



este último, escasamente explorado, entre otras cosas por los mandatos de la masculinidad, impiden a los hombres que sufren violencia por parte de las mujeres reconocerse como víctimas.

Si no abordamos esta realidad es lógico que los grupos ultraconservadores se apropien de situaciones que evidencian algunos problemas en el sistema de relaciones entre hombres y mujeres. La violencia estructural se legitima en buena medida en función de lo que se espera de nosotros por ser hombres y mujeres de determinada forma; la cuestión es, tal y como señalan algunos planteamientos feministas, visibilizar el perjuicio de unos modelos de masculinidad tóxicos para unos y otras, pero también visibilizar determinadas formas de feminidad tóxica, a partir de la que se legitiman y reproducen determinadas formas de violencia.

Si bien es cierto que por cuestiones estratégicas y por una situación especialmente sangrante ha sido necesario incidir en la violencia contra las mujeres, es necesario repensar y afrontar aspectos que han sido relegados a un segundo plano, hoy capitalizados por la extrema derecha. Una ideología que incide precisamente en determinados silencios no tanto para cuestionar la realidad cisheteronormativa como para reclamar una vuelta a un sistema “tradicional”. Una perspectiva que va ganando peso a nivel social.

El papel jugado por los postulados ultraconservadores, sustentados en una supuesta “tradicción” o en posturas conservadoras de carácter religioso, es más visible en los últimos años. Los avances de las mujeres suponen para estos grupos un ataque existencial a una forma de entender la vida, en la que muchos de ellos y ellas fueron socializados, en cuanto afecta a toda una concepción del mundo, basada en un claro reparto de tareas que permiten explicar el papel que deben



jugar hombres y mujeres en los espacios públicos e íntimos. Hacen así frente a lo que ellos consideran una ideología peligrosa: el género. La masculinidad y feminidad se vinculan, desde estos postulados, a las formas de los cuerpos; de la misma forma que la sexualidad es concebida de forma indisoluble a prácticas vinculadas con la reproducción.

Patria, familia y en algunos casos religión se convierten en referentes fuertes ante la supuesta amenaza de un mundo en transformación donde se hacen visibles como sujetos de derechos aquellos grupos considerados como “enemigos”: feministas (que atentan contra “la feminidad”), emigrantes (que vienen a “robarnos” o “quitarnos el trabajo”), grupos racializados (que reemplazarán a la minoría blanca), sectores LGTBIQ+ (que atentan contra la familia y la infancia), “rojos” (que amenazan a la patria). (Valcuende y Domínguez, 2001). Todos aquellos que ponen en cuestión el sistema y los privilegios de determinados sectores sociales y económicos son convertidos en chivos expiatorios para legitimar diversos procesos de exclusión y también para justificar las diferentes formas de violencia, incluidas las que sufren las mujeres y la población trans.

Por todo lo que hemos señalado, pensar en el grupo de los hombres “rebotados” o en los jóvenes ultraconservadores como la causa de la violencia tal vez nos lleve a confundir el resultado con las causas, de hecho la violencia contra los grupos subalternizados es transversal. Ellos son un problema efectivamente y tienen muchos problemas que acaban sufriendo los grupos subalternizados, pero conviene que nos detengamos en los vínculos que se crean entre otros grupos de hombres, que en otro artículo categorizamos como: “confundidos” y “feministas o profeministas”. (Valcuende y Blanco, 2015).



Los primeros, los hombres “confundidos” fueron socializados con una serie de normativas claras con relación a los papeles de hombres y de mujeres. A diferencia de los hombres “rebotados” no están cerrados al cambio, aunque les falta referentes para generar nuevos vínculos. Como señala Norma Fuller en el caso del machismo latinoamericano: “la figura del macho es el epitome de una masculinidad cuestionada y de las dificultades que atraviesan los varones en un mundo donde las viejas certezas se derrumban”. (Fuller, 2012). Se les educó para trabajar pero no para cuidar a los hijos, se les educó para llevar la iniciativa con las mujeres y para ser considerados los proveedores. Hoy sus formas de relacionarse con las mujeres no sirven y se les pide generar nuevos vínculos, pero ¿cómo hacerlo sin dejar de ser “hombres”?

El mito de la pareja para toda la vida o el mito de la sangre que, a nivel imaginario, posibilita trascender la muerte a través de la descendencia, refuerza la idea de posesión de la pareja y los hijos, potenciando los lazos de codependencia con MI pareja, lo que a veces puede traducirse en violencia hacia el cónyuge o incluso en violencia contra ellos mismos, cuando se rompe el vínculo. Tal y como señalábamos antes, el éxito social está relacionado con determinado modelo de masculinidad; un modelo que es inalcanzable y que puede llegar a matar o bien llevar al suicidio. Un modelo exigido por una buena parte de los hombres, pero también por una parte de las mujeres.

Parece claro que, si miramos con una perspectiva histórica, los avances experimentados por las mujeres han sido muy importantes, como también lo son las transformaciones que se han producido en las relaciones de los hombres con las mujeres y en la asunción de nuevos roles por una parte de los hombres con relación a la casa y al cuidado de los hijos.



No reconocer esto sería negar los sustanciales logros de una revolución que sigue viva como es la revolución feminista, con ello no negamos que queda mucho en esta lucha. Y en estos cambios también nos encontramos con hombres que se han convertido en aliados de las mujeres y que se implican activamente en la lucha feminista. Ahora bien, por otro lado, se ha asumido el discurso políticamente correcto, con relación a la igualdad de género, por una buena parte de la población ¿pero hasta qué punto la asunción de este discurso no esconde otra realidad que está siendo invisibilizada? Precisamente el éxito de los discursos machistas en una parte de la población joven pone de manifiesto algunas contradicciones, especialmente en la gestión del deseo, que contradice habitualmente los dictados de la razón.

La canalización del deseo y la falta de educación sexual se convierten en dos elementos centrales en la reproducción de las desigualdades, qué mujeres desean los hombres y qué hombres desean las mujeres es una pregunta clave para comprender como corporizamos los modelos hegemónicos. Durante algunos años hice una pregunta a mis estudiantes mujeres sobre qué aspectos no serían deseables físicamente en sus parejas, y un elemento mayoritario era el hecho de la altura: que no fueran más bajos que ellas. El orden corporal se pone de manifiesto nuevamente en el deseo. ¿La estatura es sólo una forma de visualizar los cuerpos o esconde también una forma de entender la posición social que deben ocupar unos y otras? Y en la canalización del deseo también se reproducen formas de violencia más allá de las ideologías políticas.

Hace poco tiempo conmocionó en España la noticia de la dimisión de un conocido líder político de un partido de izquierdas, claramente feminista en el discurso. En su dimisión argumentaba las contradicciones entre su vida privada y su



vida pública. Una vida visible con discursos claramente feministas; una vida privada marcada por relaciones violentas hacia las mujeres, y es precisamente en la vida privada en la que encontramos más claramente las contradicciones de las masculinidades tóxicas. Y es en el juego de las relaciones de poder, de los hombres que utilizan su posición para imponer su voluntad, pero también en las mujeres que utilizan el deseo de los hombres con poder para ascender socialmente o buscar seguridad donde encontramos los contextos propicios para el ejercicio de la violencia.

Hasta ahora hemos visto como en cierta medida una buena parte de los hombres no han sabido buscar alternativas a los modelos opresores de la masculinidad, y que en cierta medida el seguir los dictados de la masculinidad tóxica implica violencia. De hecho, como bien señalan los criminalistas los delitos y las formas de violencia, incluidos los crímenes, tienen género. Los responsables de los delitos de violencia violentos son mayoritariamente hombres, por tanto son delincuentes, ahora bien ¿en qué medida la sociedad no propicia este tipo de violencia, no alienta en privado lo que niega en público?

La imagen pública juega un papel especialmente importante, lo que dificulta visualizar las diferentes formas de violencia de género. Una reacción habitual cuando nos encontramos ante casos de violencia es “si parecía un hombre normal”, “si era un buen vecino”..., Efectivamente la violencia soterrada, previa a los crímenes, habitualmente, no es visible, porque hombres y mujeres, por razones diversas callan, en ocasiones por dependencia económica, en otras, por mantener la buena imagen ante los demás y por último, por una cierta permisividad hacia determinadas formas de violencia. No está de más recordar que somos seres sociales y que en buena medida la



imagen pública fuerza a asumir discursos que en la práctica no se han interiorizado. Fuerza también a seguir reproduciendo modelos de dominación y de violencia normalizada en función de determinadas lecturas sobre la familia.

Viejas y nuevas formas de violencia contra las mujeres trans

Si algunos de los aspectos señalados anteriormente pueden ayudar a comprender el marco a partir del que se reproduce la violencia, en sus diversos niveles, especialmente la sufrida por las mujeres, me gustaría plantear algunas cuestiones relacionadas con la violencia contra las personas trans. Nos referimos a un grupo especialmente vulnerable y estigmatizado históricamente, que ha conseguido avances importantes a nivel de reconocimiento de derechos en muchos países, pero cuyo rechazo social sigue siendo evidente, especialmente en el caso de las mujeres trans pobres y racializadas.

Partiendo de la pluralidad de situaciones que viven las mujeres trans, nos encontramos con uno de los grupos que experimenta de forma más descarnada todas las formas de violencia y Brasil es un caso paradigmático en este sentido. Las mujeres trans por un lado cuestionan la vinculación automática entre la forma de los genitales y la masculinidad y la femineidad, por otro lado, son personas que han renunciado al mandato del “sexo” y que asumen roles sociales que se considera que no les corresponden. Los asesinatos de transexuales por parte de los hombres se han visto favorecidos por el estigma y un progresivo aislamiento que lleva a las personas trans, en ocasiones, desde la muerte social a la muerte física.

El trabajo sexual, las peluquerías y otro tipo de trabajos precarizados han sido algunos de los sectores tradicionales



de las mujeres trans, con menos recursos, a la que se le han negado todo tipo de derechos. El aislamiento, cuando no el rechazo social y la negación de derechos de estos grupos les hace víctimas fáciles de las masculinidades frágiles que se reafirman con la violencia. Los transfemicidios, al igual que los feminicidios, no deben ser entendidos como hechos puntuales. Forman parte de un proceso social de abandono institucional que deja solas a las potenciales víctimas frente a los hombres criminales, con una total desprotección.

Pero a las formas de violencia tradicional que experimentan las mujeres trans, en la que los hombres en buena medida han sido los ejecutores, se suma otras formas de violencia, en este caso protagonizadas por mujeres vinculadas al movimiento feminista. Si, como ya hemos señalado, el avance de las mujeres ha puesto a la defensiva a muchos hombres, el avance de los planteamientos que desvinculan las formas de los cuerpos a los roles sociales y que ponen en cuestión el carácter “natural” del sexo, ha hecho que una parte del feminismo considere que el sujeto político mujer se ve amenazado, es lo que denominan, “el borrado de las mujeres”. Para ellas las mujeres que tienen o nacieron con pene, no son verdaderas mujeres. Un debate que se ha recrudecido con la posibilidad de elección del sexo sin necesidad de que sea dictaminado por un especialista, en países como España, incluso en el caso de menores.

Las argumentaciones contra este tipo de normativas inciden en: los posibles daños irreversibles a los menores, los cambios de sexo provocados por intereses para beneficiarse de las normativas de igualdad, las supuestas ventajas de las personas trans en el deporte, o la posibilidad de cambiar de género para beneficiarse de políticas de discriminación positiva.



Estos planteamientos en la práctica, y partiendo de las claras diferencias con los postulados neoconservadores, provocan que determinados feminismos y planteamientos tradicionalistas acaben por retroalimentarse. Un hecho especialmente peligroso en el caso de las personas trans, en cuanto que ya de por sí han sido y continúan siendo uno de los grupos más amenazados y vulnerables. Curiosamente la reivindicación de la igualdad de las mujeres se traduce en una reafirmación del orden corporal establecido y en una amenaza para aquellas personas cuya identidad es femenina, independientemente de lo que se espera de su corporalidad.

Conclusiones

En un sistema de relaciones desigual, entre hombres y mujeres, habitualmente el crimen es el resultado del fracaso de la pedagogía de la violencia, que no ha conseguido mantener a las víctimas en el lugar que les corresponde.

Mujeres, homosexuales, transexuales..., en el imaginario son seres para otros, en una situación de subalternidad, con relación a los hombres, que representan la masculinidad hegemónica. Todos ellos tienen un denominador común y es que de una u otra forma sirven para definir lo que no representa la masculinidad. Como ya señalara Cantero (2003) el proceso de aprendizaje de la masculinidad es un proceso progresivo de separación de lo femenino. Todos estos grupos subalternizados son reconocidos en cuanto que asumen el lugar que les ha sido asignado socialmente. La masculinidad no sólo está vinculada a las formas de los cuerpos, es también una forma de mirarnos y de mirar el mundo, asumida tanto por los cuerpos hegemónicos como por los cuerpos subalternizados.



Es desde esta representación de “seres para otros” como se legitima la violencia, cuando no el crimen de las personas que rompieron el contrato social asignado, lo que supone una amenaza para la forma de entender una masculinidad, que pese a las apariencias, es frágil y dependiente. La ruptura del vínculo que unía bajo determinadas condiciones a una pareja o bien el no corresponder con determinadas formas de asumir lo que se entiende como un “buen comportamiento” han puesto habitualmente bajo sospecha a la víctima de violencia; un cuestionamiento, dicho sea de paso, de los hombres pero también de las mujeres. Una violencia que se proyecta en todas direcciones: contra la mujer, contra la nueva pareja de la mujer, contra los hijos, contra los menos hombres e incluso contra el propio asesino. “Hasta que la muerte nos separe” acaba por ser, en ocasiones, una triste realidad sobrevenida.

El fracaso del proyecto de masculinidad y del ideal de una relación para toda la vida está detrás del crimen de la mujer que ya ha dejado de ser mía, del hombre con el que se ha ido y de los hijos. Si no es posible el modelo ideal a seguir sólo queda la muerte. Todas las personas que rodean al asesino tienen derecho a la vida en cuanto que sigan vinculados a él, a su proyecto personal que es también un proyecto social. La vida no tiene sentido cuando se quiebra este ideal de *deber ser* incluso para el propio asesino. Pero esta violencia habitualmente es, en ocasiones, asumida, naturalizada y reproducida por los grupos subalternizados, que son víctimas de violencia y que también pueden ser cómplices y protagonistas de estas y otras formas de violencia.

La violencia experimentada también por los hombres por el hecho de no ser “verdaderos” hombres o la violencia que experimentan las mujeres trans por no ser “verdaderas” mujeres puede parecerlos secundarias con relación a



la violencia experimentada por las mujeres cis por parte de los hombres. Sin embargo, ambas son caras de la misma moneda. El no afrontar este tipo de violencias, retroalimenta el orden establecido y en último término legitima la posición estructural de una masculinidad que sigue vinculando los roles sociales a las formas de los cuerpos.

Bibliografía

Bourdieu, P. (1996). La dominación masculina. *Revista de Estudios de Género, La Ventana E-ISSN: 2448-7724*, (3), 1-95

Blanco López, J. (2012). *Hombres: La masculinidad como factor de riesgo: Una etnografía de la invisibilidad* (Doctoral dissertation, Universidad Pablo de Olavide).

Cantero, P. (2003). Hombrear. Modos de aprender a ser hombre. *Hombres. La Construcción Cultural de las Masculinidades*. Coords. Valcuende de Río, J.Ma., J. Blanco, pp. 53-66. Talasa: Madrid.

Guasch, O. (2000). *La crisis de la heterosexualidad*. Barcelona: Laertes.

Fuller, N. J. (2012). Repensando el machismo latinoamericano. *Masculinities & Social Change*, 1(2), 114-133.

Taylor, A. (Directora). (2008). *Examined Life* [Documental]. Sphinx Productions.

Valcuende, JM y Blanco, J. (2015). Hombres y masculinidad¿ Un cambio de modelo?. *Maskana*, 6(1), 1-17.

Valcuende del Río y Domínguez Rocha, D (2021) La ideología de género y el proselitismo homosexual en los discursos neoconservadores. En Inmaculada Fernández Arrillaga (coord.) *Cuerpo e Identidad de género en la modernidad*, 153-176. Ed. Letra de Palo.

Valcuende del Río, J. M., & Vásquez Andrade, P. (2016). Orden corporal y representaciones raciales, de clase y género en la ciudad de Cuenca (Ecuador). *Chungará (Arica)*, 48(2), 307-317.



Quando nem todas as vidas importam: gênero, transfeminicídio e disputas por humanidade

Gladston Oliveira dos Passos



Introdução

Esse texto surge a partir da palestra que ministrei durante o evento “Feminicídio e Transfeminicídio em contextos internacionais”¹, no qual foram convidadas/os pesquisadoras/es de diversos países para debater sobre uma temática que é tão urgente para a sociedade. Durante a minha apresentação, fiz uma divisão em três partes com o intuito de explicar a parte teórica e posteriormente a sua aplicabilidade. Neste trabalho, pretendo seguir a mesma estrutura. Recentemente, li uma nova edição do livro “Cartas de uma orientadora: sobre pesquisa e escrita acadêmica”, da antropóloga Débora Diniz (2024), e, sem dúvida, reafirmo o seu posicionamento sobre a importância dos grupos de pesquisa na vida dos/as acadêmicos/as. Entre agosto e dezembro de 2024, o grupo

¹ Realizado pelo Observatórios Sociais da Universidade Federal de Sergipe (UFS) no período de 25 a 27 de novembro de 2024, tendo na mesa de abertura a ativista e presidenta da ANTRA, Bruna Benevides.



de pesquisa Xique – Xique², coordenado pela Professora Dra. Patrícia Rosalba, debruçou-se sobre teses e dissertações que versam sobre feminicídio e transfeminicídio³. Nesses encontros, cada integrante do grupo apresentou algum capítulo que achou pertinente. A cada trabalho que era debatido, surgiam diversos questionamentos que instigavam os membros do grupo e algumas teóricas se faziam presentes em muitas dessas produções, uma delas é a filósofa estadunidense Judith Butler. E assim como tantas/os outras/os, eu não poderia deixar de citá-la quando palestrei. Nesse sentido, agradeço imensamente às inúmeras discussões oriundas dos encontros tão produtivos e afetivos do grupo Xique-Xique, pois sem eles eu não teria adquirido tanto conhecimento.

Ao estudar um tema como o transfeminicídio,⁴ é inevitável que algumas categorias de análise apareçam, a exemplo de gênero⁵ e morte, esta como consequência das diversas violências

² Coordenado pela professora do Departamento de Educação em Ciências Agrárias e da Terra do Campus do Sertão Patrícia Rosalba, o grupo surgiu na Universidade Federal de Sergipe em 2011 e atua através de pesquisas vinculadas aos Direitos Humanos, com ênfase em violências contra mulheres e pessoas LGBTI+, além de se debruçar sobre temas relacionados à saúde, mulheres camponesas e ruralidades e tecnologias sociais.

³ Essa é uma categoria que surge a partir do debate sobre transfobia, onde pesquisadoras e ativistas brasileiras se apropriaram, em alguma medida, do conceito de feminicídio e adaptaram por meio de um olhar transfeminista para definir o que Jaqueline Gomes de Jesus denomina de genocídio de pessoas LGBTI+ (Bezerra *et al*, 2024).

⁴ Segundo Vladimir Bezerra *et al* (2024, p. 277) “a expressão transfeminicídio forja-se – em parte – a partir do desenvolvimento dos estudos sobre gênero, sexualidade, interseccionalidades, masculinidades entre as décadas de 1990 e ao longo dos anos 2000”.

⁵ Desde meados do século XX o conceito de gênero está presente no âmbito científico. De acordo com Jaqueline Gomes de Jesus (2019, p.8), “O conceito de gênero foi incorporado ao Feminismo e à produção acadêmica sobre mulheres nos anos 1970 e, desde então, tem sido interpretado de formas distintas por diferentes correntes do Feminismo”. Ainda segundo a autora seu surgimento se dá a partir dos estudos de John Money, ao dar ênfase a construção dos papéis que eram construídos socialmente para homens e mulheres e como a categoria estaria interligada ao conjunto de características sociais que diferenciavam homens e mulheres. Além disso, o conceito de gênero é relacional e político e determina, entre os seres humanos, papéis que eles exercem na sociedade, não se restringindo à sexualidade.



que mulheres trans e travestis sofrem cotidianamente. Sendo assim, se faz necessário analisar os aspectos sociais, raciais e de gênero que estão inseridos na vida dessas mulheres, tendo em vista que tais violências se configuram a partir de uma estrutura machista, racista, patriarcal e cisgênera, onde algumas vidas valem mais do que outras (Butler, 2015). Nesse sentido, inicialmente será analisado como ocorre a desvalorização das vidas trans com base nos estudos de Judith Butler (2015) e de Jaqueline Gomes de Jesus (2019). Em seguida, será apresentado e debatido o caso Laysa Fortuna⁶, o assassinato de uma travesti que ocorreu em Aracaju no ano 2018 e ocasionou mudanças pertinentes na segurança pública do Estado. Por fim, será abordada a luta da vereadora Benny Briolly⁷ contra a violência política de gênero e pelo reconhecimento da sua existência e da comunidade trans como vidas que importam.

No que tange à metodologia aplicada, priorizou-se o uso de estudos de caso, com o objetivo de esclarecer características de classe mais amplas de fenômenos similares, amparado nos estudos do cientista político John Gerring (2007; 2009) e seguindo os ensinamentos de Leonardo da Silva Ev e Aline Burni Pereira Gomes (2014) de que “a metodologia de estudo de caso deve, portanto, ser compreendida através de uma ótica diferenciada, posto que ela é adequada para compreender lógicas de configuração causal distintas daquelas reveladas por estudos quantitativos” (Ev; Gomes, 2014, p.82).

⁶ Com apenas vinte e seis anos de idade, a travesti Laysa Fortuna foi assassinada por Alex Silva Cardoso no centro de Aracaju, próximo a Delegacia de Grupos Vulneráveis da capital de Sergipe. A sua morte foi amplamente divulgada pela imprensa após os movimentos sociais reivindicarem mais segurança para as mulheres trans e travestis.

⁷ Mulher preta, travesti, de axé e ativista dos Direitos Humanos que se tornou a primeira assessora trans na Câmara de Vereadores de Niterói no mandato da Deputada Federal Talíria Petrone. Em 2020 foi eleita a primeira vereadora travesti do município de Niterói se reelegendo em 2024 com 4.801 votos.



A valorização da Vida

“A vida realmente começa aos quarenta. Até então, você está apenas fazendo pesquisas”. Esta é uma das frases mais famosas do psiquiatra e psicoterapeuta suíço Carl Jung. Com certeza, essa afirmação não se aplicaria às pessoas trans e travestis, já que a expectativa de vida de pessoas transgênero no Brasil é de até 35 anos (ANTRA, 2024). Essa é uma triste realidade que aponta como ainda é difícil viver no país que mais assassina esse segmento. O grande desafio para essas pessoas é tentar sobreviver diante de tantas negações que se iniciam muita das vezes no ambiente familiar, escolar e posteriormente no laboral, ou seja, antes da morte física, há uma morte social. E para detectar a ausência desses corpos é só contabilizar quantas dessas pessoas estão nas escolas, nas universidades ou no mercado de trabalho formal. Ainda há muita resistência na aceitação desse segmento e os poucos direitos, que se conquistaram através da luta do movimento LGBTI+,⁸ vivem sob a ameaça de serem retirados. Para se ter uma ideia, somente em 2018 é que as pessoas trans puderam realizar a retificação de nome e de gênero sem a necessidade de uma ação judicial. E, mesmo com essa garantia, muitos cartórios criavam diversos obstáculos para que esse direito não fosse assegurado, a exemplo da cobrança de taxas para um público que majoritariamente é hipossuficiente. Em Ser-

⁸ Ao longo da história houve diversas modificações que estão relacionadas aos processos de “centramento” e “descentramento” dos sujeitos políticos do movimento, essas transformações surgem devido às disputas por visibilidade como ocorreu com a modificação de GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e travestis) para LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e travestis). Atualmente surgiram novas siglas, a exemplo de LGBTI+ que incluiu as pessoas intersexo, depois LGBTQIA+ com a inclusão de pessoas queer e assexuais, por fim temos LGBTQIAPN+, através da qual foram acrescentadas as pessoas pansexuais, não binárias e outras mais.



gipe, foi preciso a Defensoria Pública intervir diante de tantas denúncias apresentadas pelas ONGs que auxiliavam nesse procedimento.

É importante salientar que nos últimos anos o judiciário exerceu um papel fundamental na concretização de Direitos fundamentais para a população trans e travesti, já que o legislativo se mantém inerte quando se trata de leis que dignificam a vida dessas pessoas (Quinalha, 2022). A desvalorização de tudo que envolve as vidas trans é oriunda de uma construção que inferioriza esses corpos, conforme entendimento da pesquisadora trans Maria Clara Araújo dos Passos (2022) “O brasileiro, durante a construção de sua identidade nacional, foi ensinado a sentir ojeriza da nossa população, de nos subjugar como seres inferiores” (Passos, 2022, p.153). E é por isso que a autora afirma que os brasileiros possuem uma dívida histórica com as travestis.

A problemática em torno da precariedade que ronda as travestis está nas mãos das pessoas cisgêneras. Vocês possuem uma dívida histórica para conosco. Por toda desumanização que nos causaram e continuam causando, por evitarem se colocar contra essa desumanização (Passos, 2022, p.154).

Vale destacar que essa desumanização ocorre pelo não reconhecimento da vulnerabilidade dos corpos trans, como se eles aguentassem qualquer tipo de violência, e isso se reflete no método utilizado por quem assassina as pessoas trans, que muitas das vezes há requintes de crueldade. A dor e o sofrimento dessa população acabam não sendo relevantes e a empatia por esse grupo é inexistente. Essa é uma afirmação analisada também por Maria Clara:



nossas lágrimas enquanto levamos facadas, nossos apelos enquanto somos carbonizadas, nossos gritos enquanto estamos sendo espancadas ... nada disso os faz serem empáticos. Uma vez que, nossa vida, na visão de quem nos mata, não importa. Ela não merece sua empatia (Passos, 2022, p.153).

A busca pela humanização das pessoas trans e travestis se dá pelo reconhecimento de sua vulnerabilidade. Dessa forma, há uma dependência fundamentalmente das normas existentes de reconhecimento, que é atribuída a qualquer sujeito humano (Butler, 2015). Nesse sentido, um conceito que é bastante trabalhado pela Butler e que nos ajuda a compreender o motivo de que algumas vidas importam mais do que outras é o de precariedade (*precariousness*). Além desse conceito, Butler desenvolveu durante os anos 2000 outra categoria denominada precaridade (*precarity*). Tais categorias, porém, possuem significados distintos: a precariedade (*precariousness*) tem um sentido universal/geral, pois é uma condição compartilhada de todo ser humano, já que todas as vidas são precárias por natureza, ou seja, são vidas precíveis. No que tange à precaridade (*precarity*), a sua relação tem a ver com os aspectos políticos que podem restringir ou prolongar a vida. As diferenças entre essas categorias são muito bem explicadas na tese “Transfeminicídios: os assassinatos de travestis e mulheres transexuais na Paraíba,” de Emerson Erivan de Araújo Ramos. Segundo o autor:

as condições que estabelecem a maior ou menor precaridade da vida não são um dado biológico ou individual, sendo determinadas apenas politicamente e tratando-se de um efeito socialmente compartilhado



do poder. Essas condições fazem com que as vidas tenham mais ou menos chances de perecer, a depender da forma como se inserem em redes sociais e econômicas. E é por isso que, enquanto a precariedade é um atributo nato daquilo que possui vida, a precariedade é um resultado das relações de poder que permeiam os sujeitos, produzindo mais ou menos capacidade, mais ou menos probabilidade de viver uma vida. À medida que um sujeito possui mais precariedade, ele está mais suscetível ao perecimento, às intempéries (Ramos, 2020, p. 136).

Cabe salientar que o Brasil segue como o país que mais assassinou pessoas trans pelo 15º ano consecutivo. Segundo a ANTRA (2024), no ano de 2023, houve um aumento de mais de 10% nos casos de assassinatos de pessoas trans em relação a 2022. Entre as mortes, em 2023, foram 155 casos, sendo 145 casos de assassinatos e 10 pessoas trans que cometeram suicídio. E a pergunta que devemos fazer é: porque ainda estamos na liderança desse terrível ranking? Sem dúvida, existe uma necropolítica direcionada a determinados grupos que, conseqüentemente, constrói “mundos de morte”, expressão criada por Mbembe (2018), ao afirmar que muitas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos”.

Diante da desumanização das pessoas trans, muitas dessas mortes acabam se tornando apenas estatística. Em Sergipe, uma dessas não passou despercebida e ocasionou mudanças extremamente importantes na seara da segurança pública, fruto da reivindicação dos movimentos sociais, como abordarei posteriormente. O assassinato de Laysa Fortuna comoveu toda a sociedade sergipana, principalmente ativis-



tas LGBTI+, que sofreram bastante com a perda de uma jovem trans, violentada de várias formas, inclusive pelo próprio Estado. Contudo, sua memória foi preservada por meio da Lei nº 5472, de autoria da Deputada Estadual Linda Brasil⁹, que modificou o nome da rua Rua Q, no Bairro Porto D'Antas, local onde Laysa residia, passando a ser chamada Rua Laysa Fortuna.

“Mundos de morte”: O caso Laysa Fortuna

Laysa tinha apenas vinte e cinco anos quando foi esfaqueada no tórax na cidade de Aracaju, capital de Sergipe. O seu assassino era conhecido como “Chuck”, um morador de rua que provocava transexuais no centro da cidade, sendo condenado a 12 anos de prisão pelo júri popular. Esse é o desfecho da triste realidade que diversas mulheres trans e travestis sofrem no Brasil. Porém, é preciso salientar que o momento no qual o crime ocorreu era bastante assustador, principalmente para os grupos vulneráveis. O período em questão era 2018, um ano bastante turbulento, que resultou na vitória do ex-presidente Jair Bolsonaro. Laysa foi assassinada no dia 18 de outubro de 2018, dez dias antes do segundo turno das eleições. Cabe destacar que, antes de o assassino cometer o crime, uma das testemunhas ouviu ele gritar em alto e bom som que quando Bolsonaro ganhasse as eleições aquela “pouca vergonha” – referindo-se à presença de travestis nas ruas do centro de Aracaju – “iria acabar”. Dias antes da

⁹ Linda é uma educadora, política e ativista transfeminista pelos direitos humanos e da comunidade LGBTI+ de Sergipe e fundadora da associação AMOSERTRANS – Associação e Movimento Sergipano de Transexuais e Travestis. Em 2020 foi eleita a primeira mulher trans e a mais bem votada para um cargo público parlamentar em Aracaju. 2022 realizou outro marco histórico ao ter êxito na disputa eleitoral por uma cadeira na Assembleia Legislativa de Sergipe, recebendo 28.704 votos e sendo a primeira mulher trans da história sergipana a ocupar um cargo de deputada estadual (Passos, 2022).



morte de Laysa, outra travesti conhecida como Priscila também foi morta a facadas, ao som de “viva Bolsonaro”, no Largo do Arouche, centro de São Paulo (Passos, 2020). O preconceito e a intolerância com a população trans não é de agora, mas os discursos de ódio do ex-presidente Jair Bolsonaro na época da eleição alimentavam ainda mais a transfobia.

Assim como tantas outras, Laysa era cabeleireira, mas também trabalhava como garota de programa e, por incrível que pareça, próximo ao local onde ela foi assassinada tinha uma delegacia de grupos vulneráveis (DAGV)¹⁰. Contudo, na época, a delegacia não funcionava vinte quatro horas. Foi a partir da morte de Laysa que ativistas do movimento LGBTI+ exigiram que a DAGV funcionasse em regime de plantão, reivindicação que foi atendida. Nesse sentido, a perda de Laysa acabou surtindo efeitos positivos para a sociedade, já que diversos grupos vulneráveis acabaram sendo beneficiados pela mudança em um órgão que é a porta de entrada para as pessoas que sofrem violências. Mesmo com esse avanço, não podemos esquecer que Laysa também foi violentada pelo Estado, tanto no âmbito da saúde quanto no da segurança pública.

Ao ser esfaqueada, Laysa foi levada para o hospital Nestor Piva e, logo depois, para o Hospital de Urgências de Sergipe (HUSE). Conforme depoimento de uma testemunha, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) demorou para socorrê-la, o que agravou o seu estado de saúde. Além disso, a família de Laysa denunciou o hospital por negligência no atendimento.

¹⁰ O DAGV é uma política do Estado de Sergipe criada em 2004 que tem como objetivo garantir os direitos e consequentemente a segurança pública de grupos considerados vulneráveis. Atualmente, há uma unidade na capital, Aracaju, e também nos municípios de Nossa Senhora do Socorro, Lagarto, Estância, Barra dos Coqueiros, São Cristóvão. Além de núcleos especializados nas cidades de Propriá, Cristinápolis e Tobias Barreto.



Uma situação que corrobora essa afirmativa e que foi apresentada em depoimento por uma amiga que a acompanhava durante o trabalho é que, a todo momento que Laysa esteve no hospital, pensavam que ela estava bêbada e, em vez de se preocuparem em realizar uma cirurgia que poderia salvá-la, estavam querendo aplicar glicose, sendo que ela não tinha ingerido uma gota de álcool. Nota-se que este não é um tratamento comum quando se trata de outros corpos, mas, quando se refere a pessoas trans e travestis, essas são vistas e estereotipadas como alcoólatras e/ou usuárias de drogas. Nesse sentido, trago a reflexão de Butler (2015) sobre a não limitação do corpo, seja na sua atuação, sua receptividade, seu desejo, seu discurso e sua mobilidade. Segundo a autora, o corpo

é onde encontramos uma variedade de perspectivas que podem ou não ser as nossas. O modo como sou apreendido, e como sou mantido, depende fundamentalmente das redes sociais e políticas em que esse corpo vive, de como sou considerado e tratado, de como essa consideração e esse tratamento possibilitam essa vida ou não tornam essa vida vivível. Assim, as normas de gênero mediante as quais compreendo a mim mesma e a minha capacidade de sobrevivência não são estipuladas unicamente por mim. Já estou nas mãos do outro quando tento avaliar quem sou. Já estou me opondo a um mundo que nunca escolhi quando exerço minha agência. Infere-se daí, então, que certos tipos de corpo parecerão mais precariamente que outros, dependendo de que versões do corpo ou da morfologia em geral, apoiam ou endossam a ideia da vida humana digna de proteção, amparo, subsistência e luto (Butler, 2015, p. 85).



No que tange à segurança pública, um grande erro acabou sendo mais uma violência contra Laysa. Quando ela foi esfaqueada, o agressor foi preso em flagrante, mas o delegado plantonista considerou o crime como ameaça, com lesão corporal de natureza leve. Após o delegado ter confeccionado o Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO), o suspeito acabou sendo liberado. A notícia de que o acusado havia sido solto se espalhou rapidamente e a militância LGBTI+ ficou revoltada, pois a análise dada ao caso não foi correta, tendo em vista que houve uma tentativa de homicídio. Cabe salientar que essas formas de violência são parte de um design global. De acordo com Jota Mombaça (2017) “espancamentos públicos, omissão médica, espetacularização das mortes, naturalização da extinção social, genocídios, processos de exclusão e violência sistêmica formam parte da vida diária de muitas pessoas trans” (Mombaça, 2017, p.9) e, ainda segundo a autora, esse design global visa definir “o que significa ser violento, quem tem o poder para sê-lo e contra que tipos de corpos a violência pode ser exercida sem prejuízo para a normalidade social” (Mombaça, 2017, p.9). Como forma de pensar e treinar a autodefesa, Mombaça nos apresenta seu projeto de redistribuição de violência defendendo o abandono de posição de vítima, já que o Estado, a polícia, o branco e o homem cis são incapazes de abandonar sua posição de agressor (Mombaça, 2021).

Foi preciso a militância trans sergipana apontar o erro ocorrido no caso de Laysa para que houvesse uma mudança na qualificação do crime e, conseqüentemente, a prisão do assassino. Isto demonstra que as pessoas trans e travestis ainda não conseguem ser plenamente reconhecidas como cidadãs. E, mesmo as que são escolhidas democraticamente para exercerem cargos públicos, ainda lutam por esse reco-



nhecimento, como é o caso da vereadora Benny Briolly que, após diversas ameaças de morte, precisou informar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) que não tinha escolta policial ou previsão de recursos para protegê-la, como veremos no tópico seguinte.

Benny Briolly e a busca por reconhecimento de humanidade

Nos últimos anos, temos visto episódios históricos na política brasileira, como a inserção de mulheres trans e travestis nas câmaras municipais, assembleias legislativas e até no congresso nacional. Em 2022, Erika Hilton e Duda Salabert foram as primeiras deputadas federais eleitas no país e, constantemente, precisam dedicar seu tempo de trabalho para combater o preconceito e a violência política de gênero. Diversas parlamentares cis e trans, principalmente do campo progressista, vivem com medo de exercerem seu ofício, pois o espaço político sempre foi um local destinado para o homem cis, branco e hétero. E, quando surgem mulheres que estão comprometidas com as pautas sociais, os Direitos Humanos e a proteção dos grupos vulneráveis, acabam sendo perseguidas e violentadas de inúmeras formas, arriscando suas vidas e de seus familiares. E, antes que isso tudo isso seja classificado como “mi mi mi”, temos uma prova viva de como esses corpos não são aceitos na política, pois o incômodo que eles provocam geram o desejo de aniquilação, a exemplo do assassinato de Marielle Franco em 2018. Contudo, a vontade de apagar Marielle da vida política não prosperou, pelo contrário, várias lideranças surgiram após a sua morte e hoje ela se tornou um símbolo de resistência.

Uma das sementes do legado de Marielle é Benny Briolly, a primeira vereadora travesti eleita no município de Nite-



rói/RJ, em 2020, e reeleita em 2024, com 4.801 votos. Assim como Marielle, Benny também é filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). No livro “Mulher da vida – narrativas de um corpo político”, Benny relata que sofreu ameaças físicas antes e depois de ser eleita vereadora e que, em 2021, saiu do Brasil para se sentir segura. Grande parte das lutas que ela trava politicamente é basicamente pelo direito de existir (Briolly, 2024). De acordo com Briolly (2024), “defender o direito à renda básica, à empregabilidade, ao desenvolvimento econômico e a questão transvestigênera é trazer ao diálogo político e público a existência” (Briolly, Briolly, 2024, p.124). Ainda segundo a autora, as opressões cotidianas daqueles que são excluídos geram um não existir.

Quanto mais violentas e amplas as opressões, maior a necessidade da resistência, que resulta justamente nesse sentimento de não viver e de eterna vigilância. Por isso, a importância de superarmos essas questões, mas olhando o existir como objetivo, como futuro. Celebrar a ancestralidade revela não somente um reconhecimento aos muitos corpos resistentes que nos permitiram estar aqui, mas ressignificar cada um deles com uma existência plena, que dança, sorri e gargalha! Gargalho! Gargalhemos! (Briolly, 2024, p. 124).

No que tange às violências políticas que Benny sofreu durante o seu primeiro mandato, o ataque do deputado bolsonarista Rodrigo Amorim, em 17 de maio de 2022, acabou se destacando, pois esse caso o fez ser o primeiro condenado por violência política de gênero no país. Segundo a denúncia, Amorim constrangeu e humilhou a vereadora, durante um discurso transmitido ao vivo pela TV Alerj e depois trans-



mitido em diversas mídias sociais, alcançando grande repercussão e vitimizando Benny. Conforme consta no processo nº 0600472-46.2022.6.19.0000, o denunciado fez uso da tribuna para proferir o seguinte discurso: “o vereador homem de Niterói parece um ‘boizebu’ porque é uma aberração da natureza”. A fala de Amorim sustentou a denúncia da Procuradoria Regional Eleitoral do Estado e teve como objetivo impedir e dificultar o desempenho do mandato da vereadora. O deputado tratou Benny, que é negra e travesti, como “boizebu”, “aberração da natureza”, “vereador homem de Niterói”, se tornou réu e foi condenado pela lei de violência política – Lei nº 14.192/21¹¹ a um ano e quatro meses de reclusão, convertida em prestação de serviços em entidade que acolhem pessoas LGBTQ+, além de multa de 70 salários mínimos (Passos, 2024).

O constrangimento e a humilhação que Benny sofreu pelo crime cometido por Rodrigo Amorim expõe o quanto há uma negação da humanidade das pessoas trans e travestis, o que se potencializa se elas forem negras. Dessa forma, é importante acionar o conceito de interseccionalidade para não hierarquizar as opressões de raça, classe e gênero, compreendendo que há uma encruzilhada que interliga todas elas (Akotirene, 2019). Segundo Letícia Nascimento (2020), as interseccionalidades entre gênero e raça precisam ser pensadas no contexto de vulnerabilização da existência de pessoas trans e travestis.

¹¹ A condenação ocorreu em maio de 2024 pelo crime do artigo 326-B do Código Eleitoral que diz “Assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia, com a finalidade de impedir ou dificultar a sua campanha eleitoral ou desempenho de seu mandato eletivo”.



Durante o isolamento social imposto pelo COVID-19, não apenas o caso de Iyanna Dior, mas também o caso de Demétrio Campos, jovem trans negro periférico, cometeu suicídio por uma série de fatores sociais, que incluem abordagens policiais constantes, as quais demarcam como perigosa a juventude negra. Os movimentos sociais de negros e negras, tanto nos Estados Unidos como no Brasil, produzem um silêncio abissal sobre as violências sofridas pela população de travestis e transsexuais negras e negros (Nascimento, 2020, p.16).

Diante das agressões que atingiram Benny, outro ponto que merece ser destacado, é que Rodrigo não se dirigia a ela no feminino, o que evidencia a desvalorização de sua mulheridade. Nesse sentido, se faz necessário compartilhar o que diz Jaqueline Gomes de Jesus:

ainda perdura em nossa sociedade uma percepção sexista –oriunda de uma visão limitante sobre o ser humano, porém reproduzida acriticamente em boa parte das mídias –de que algumas pessoas são legítimas, outras não. Dentre estas são enquadradas as pessoas trans. Essa preconceção não é inócua e tem estimulado a negação de vários corpos e, conseqüentemente, uma negação de humanidade. E no caso em particular das mulheres trans, uma desvalorização de sua “mulheridade”, da sua condição de mulher, como se fossem menos mulheres do que as cisgêneras/cis (que não são transgêneras/trans) (Jesus, 2019, p. 12-13).

Percebe-se que a visibilidade das pessoas trans e travestis só é reconhecida pela sociedade, depois das inúmeras vio-



lências que elas sofrem, e, muita das vezes, por intermédio dos movimentos sociais que apelam por justiça, uma realidade que ainda persiste na vida dessas pessoas.

Considerações Finais

A partir do que foi apresentado, observa-se que, independentemente do espaço que um corpo trans ocupa, seja nas ruas ou na “casa do povo”, ele acaba sendo alvo de violências. Entendo, assim como Butler (2015), que o corpo não pertence a si mesmo e isso se reflete principalmente na vida das pessoas trans e travestis, basta lembrar que, por muito tempo, muitas tinham medo de sair às ruas pelo dia. Aos poucos, percebemos que esses corpos estão transitando em vários lugares, alguns até inimagináveis, corroendo uma estrutura que sempre foi planejada para exterminá-los.

Sobreviver num país com altos índices de violências e numa sociedade onde quase não se tem oportunidades não deve ser uma tarefa fácil, mas, como Jota Mombaça (2017) ensina: “autodefesa não é só sobre bater de volta, mas também sobre perceber os próprios limites e desenvolver táticas de fuga, para quando fugir for necessário. É também sobre aprender a ler as coreografias da violência e estudar modos de intervir nelas” (Mombaça, 2017, p.14) . Sobre algumas dessas táticas, a vereadora Benny Briolly (2024) pontua que o mero resistir a incomoda, pois coloca os corpos no centro da adversidade, num lugar de gasto de energia, gerado pela demanda trazida por alguém. Ela defende que o viver não deve ser determinado por outras pessoas, mas sim resistir a rótulos e formatos pautados na liberdade dos corpos, desejos e sonhos.

Muitas acabam pagando um preço alto para ser quem se é; nem todas as Laysas desse país conseguiram ter a justiça



que mereciam. Por isso, precisamos continuar vigilantes e denunciar qualquer violência contra essas pessoas e nunca esquecermos que toda vida importa!

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*. Brasília, 2024.

BEZERRA, Vladimir et al. Leituras teórico-políticas sobre o transfeminicídio: transfeminismo e masculinidades hegemônicas. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 11 (27): 265-280, setembro a dezembro de 2024.

BRIOLLY, Benny. *Mulher da vida: narrativas de um corpo político*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2024.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DINIZ, Débora. *Carta de uma orientadora: sobre pesquisa e escrita acadêmicas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

EV, Leonardo da Silveira; GOMES, Aline Pereira. Entre a especificidade e a teorização: a metodologia do estudo de caso, *Teoria e Sociedade* 22(2), p. 75-103, 2014.

GERRING, John. *Case study research*. New York: Cambridge University Press, 2007.

GERRING, John. The Case Study: what it is and what it does. In: BOIX, Charles; STOKES, Susan C. *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. Oxford. Oxford University Press, 2009.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismos Contemporâneos e Interseccionalidade 2.0: Uma contextualização a partir do pensamento transfeminista. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, [S. l.], v. 1, n. 1, 2019.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: N-1 edições, 2018.



MOMBAÇA, Jota. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MOMBAÇA, Jota. *Rumo à uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência*. São Paulo: Fundação Bial; OIP, 2017. Disponível em: https://issuu.com/amilcarpacker/docs/rumo_a_uma_redistribui-c_a_o_da_vi. Acesso em: 8 jun. 2025.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira. EU NÃO VOU MORRER: solidão, autocuidado e resistência de uma travesti negra e gorda para além da pandemia. *Revista Inter-Legere*, [S. l.], v. 3, n. 28, p. c21581, 2020.

PASSOS, Elayne Messias. *Espaço Travestido: ritmos e transformações identitárias em um território urbano*. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

PASSOS, Gladston Oliveira dos. *Orgulho, luta e resistência: uma análise antropológica da parada LGBT de Sergipe*. 2022. 120 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

PASSOS, Gladston Oliveira dos. A violência política de gênero e o direito ao livre exercício político das mulheres trans e travestis: uma análise do caso Benny Briolly In: SOUZA, Luanna Tomaz de; CHAVES, Valena Jacob; NETO, Prudêncio Hilário Serra (org) *Estudos de casos em direito do trabalho e direitos humanos*. Campinas, SP: Lacier Editora, 2024.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. Brasileiros possuem uma dívida histórica com as travestis. In OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de; NASCIMENTO, Letícia Carolina; JESUS, Jaqueline Gomes de (Orgs.) *Gritarias epistêmicas: [R]existências de Travestis e Mulheres Transexuais Negras no Brasil*. Salvador: Devires, 2022.

QUINALHA, Renan. *Movimento LGBTI+:* uma breve história do século XIX aos nossos dias, Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

RAMOS, Emerson Erivan de Araújo. *Transfeminicídios: os assassinatos de travestis e mulheres transexuais na Paraíba*. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.



E eu não sou um homem? Trincheiras de luta de um corpo transmasculino nos atravessamentos da fé e da educação

Thomas Cardoso Bastos Santos



Sou um homem trans, evangélico, nordestino, licenciado em Educação Física, chegando aos meus trinta e quatro anos de idade, pesquisador acadêmico e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Vivo alguns sonhos e vivo outros que jamais ousei sonhar.

Antes de chegar até aqui e começar a escrever nestas minhas linhas tortas, receber um convite para um espaço de fala, como a mesa *Masculinidades e Violências: perspectivas internacionais comparadas*, no evento *Feminicídio e Transfeminicídio em contexto internacional*, organizado pelo grupo de pesquisa Xique-Xique da UFS, era algo muito distante para pessoas trans. Espaços como as universidades e os eventos acadêmicos são ocupados, majoritariamente, por pessoas cisgêneras, somando-se ao fato de que pessoas trans, historicamente, não chegam a ocupar cadeiras nesses lugares.

Estamos em guerra e não há exagero em usar a polissemia desta palavra, pois são inúmeras as batalhas: pelo reconhecimento de nossas existências; pelo respeito aos nossos nomes sociais; pelas lutas por políticas afirmativas de acesso



e permanência nos espaços de educação. Nessas e em diversas outras frentes de batalha, muitos já estiveram e, agora, é a minha vez de também ocupar essas trincheiras.

Sou a exceção. E dizer isso não é motivo de orgulho, é denúncia. Sou a exceção a muitas regras impostas aos corpos trans, especialmente aos corpos transmasculinos. Sou exceção, porque muitas pessoas transmasculinas sequer podem autoafirmar sua identidade de gênero. Sou exceção, porque posso exercer minha cidadania religiosa de forma plena, assumindo-me como um homem trans evangélico. Sou exceção, porque hoje sou um homem trans pesquisador, doutorando, ocupando uma cadeira em uma sala de aula. Mas ser exceção revela a crueldade da regra. Revela quantos corpos ficam pelo caminho, quantas trajetórias são interrompidas, quantas existências são empurradas para a margem. Minha presença nesses espaços não apaga a violência que estrutura sua ausência para tantos outros corpos transmasculinos.

Bem, todos esses conflitos têm sua gênese no fato de que sou homem. Não um homem cisgênero, mas um homem trans. A transgeneridade, quando posta em cena, me desloca para um lugar de outridade, afinal, não sou reconhecido como um homem “legítimo”. Talvez, se eu mantivesse o reconhecimento de uma identidade de gênero que me foi imposta ao nascer, enquanto uma mulher cisgênera, eu encontrasse menos/outros entraves para o exercício pleno da minha cidadania religiosa ou mesmo para o acesso e a permanência em uma universidade, por exemplo. Ao dizer isso, não pretendo estabelecer uma hierarquia de dores, nem afirmar quem sofre mais ou menos, se mulheres cisgêneras ou homens trans. Trata-se, antes, de reconhecer que os atravessamentos da transgeneridade produzem formas específicas de exclusão, que se somam, se deslocam e se reorganizam a partir do mo-



mento em que um corpo passa a ser lido como dissidente das normas de gênero.

A guerra é um campo de disputas complexas. Essas disputas envolvem contextos, cenários, inimigos e, sobretudo, a construção de estratégias de sobrevivência. Nas páginas que se seguem, criaremos trincheiras de guerra em campos de disputa distintos, mas que acabam por se encontrar no mesmo estopim: a transgeneridade. Nas guerras, as trincheiras são grandes fossas cavadas no solo por soldados e reforçadas com sacos de areia e arame farpado. Para além de pontos de proteção, as trincheiras são construídas de forma estratégica, servindo como espaços de comunicação, movimentação e combate.

Meu objetivo aqui é tentar, de forma breve, construir algumas trincheiras. Mas, nessa guerra, não entro sozinho. Alio-me às epistemologias das transmasculinidades, contando com companheiros como Caio Tedesco, Cello Pfeil, Bruno Pfeil, Bruno Santana e Paul Preciado, que nos auxiliam na construção de fortificações epistêmicas. É importante esclarecer que esses companheiros aparecem neste texto não apenas como referências, mas como compositores. Afinal, uma guerra não se luta sozinho. Aqui, os saberes das transmasculinidades assumem centralidade, pois, se estamos em um campo de batalhas, a disputa epistêmica também se fará presente.

Em outras oportunidades, como na minha dissertação de mestrado: *Riscos, travessias e escrevivências: a Transarte e Transpoesia como possibilidades para uma outra educação* (Santos, 2023), já me debrucei sobre o campo das masculinidades; nesta escrita, porém, o fio que me conduz a retomar brevemente esse campo de estudos é o discurso de Sojourner Truth. Ainda que Sojourner não trate diretamente das masculinidades, sua fala acende uma fogueira importante para o



movimento feminista: uma mulher negra, que rompe com os silêncios para narrar suas experiências, orgulhosa de ser mulher negra, reivindicando seus direitos e sua identidade enquanto mulher e negra (hooks, 2019). A partir dessa fogueira acesa por Sojourner, desejo continuar alimentando o fogo ao lado de meus companheiros de luta, para, neste tempo, pensar as transmasculinidades, a reivindicação de ressignificações das masculinidades e outros atravessamentos.

Primeira trincheira: E eu não sou um homem?

E eu não sou homem? Parafraseio a ativista Sojourner Truth, que proferiu um famoso discurso intitulado “E eu não sou uma mulher?” na Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio, em 1852. Sojourner Truth foi o nome adotado, a partir de 1843, por Isabella Baumfree, mulher negra, estadunidense, abolicionista, ativista pelos direitos das mulheres e pregadora protestante (Moura, 2009).

É importante trazer Sojourner para esse campo de batalhas, não só pelo seu inesquecível discurso, mas porque Sojourner Truth não silenciou: ela entrou nessa batalha com aquilo que tinha, sua voz e a certeza de sua luta. “As mulheres brancas que acreditaram desadequado que uma mulher negra falasse na sua presença numa plataforma pública gritaram: ‘Não a deixem falar! Não a deixem falar! Não a deixem falar!’” (Hooks, 2019, p. 177).

Muito bem crianças, onde há muita algazarra alguma coisa está fora da ordem. Eu acho que com essa mistura de negros (negroes) do Sul e mulheres do Norte, todo mundo falando sobre direitos, o homem branco vai entrar na linha rapidinho.



Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher?

Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher?

Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher?

Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?

Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles chamam isso... [alguém da audiência sussurra, “intelecto”]. É isso querido. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, porque você me impediria de completar a minha medida?

Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter os mesmos direitos que o homem porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com isso.

Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de consertá-lo, colocando-o do jeito certo novamente.



E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem. Agradecida a vocês por me escutarem, e agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer (Pinho, 2014, p.1).

Antes, é preciso colorir que não tenho a intenção de comparar a luta de uma mulher negra, que sentiu na pele as dores da escravização e de inúmeras formas de violência por ser mulher, com as minhas próprias lutas e dores. Trago Sojourner Truth, porque acredito ser possível construir pontes de comunicação nas trincheiras de luta.

Segundo Hooks (2019), Sojourner Truth se colocou diante de uma audiência composta apenas por homens e mulheres brancas, pessoas que não queriam que ela estivesse ali. Ainda assim, de cabeça erguida e orgulhosa, lutou pelo reconhecimento de sua existência enquanto mulher negra. Mesmo assim, a voz de um homem branco vociferou: “Eu não acredito que tu sejas realmente uma mulher” (Hooks, 2019, p. 117). Para aquele homem e para aquela audiência, Sojourner Truth, assim como todas as pessoas negras, era indigna de direitos ou sequer reconhecida como humana.

O discurso de Sojourner Truth me conduz a outro discurso: o de um homem trans, um corpo não binário que, em 2019, foi convidado ao Palais des Congrès de Paris para falar durante a jornada internacional da Escola Freudiana. Paul Preciado inicia sua fala convocando os psicanalistas a assumirem sua responsabilidade diante da epistemologia sexual e de gênero. As reações às suas primeiras palavras foram de riso, chacota e gritos exigindo que ele se retirasse, chegando a declarações como: “Não deveríamos permitir que ele falasse, ele é Hitler” (Preciado, 2022, p. 9). Preciado não conseguiu concluir sua fala. As poucas palavras ditas foram publicadas nas redes sociais, sem



qualquer cuidado com aquilo que ele, de fato, pretendia dizer. Diante desse cenário de violência transfóbica, ele publica sua fala em formato de livro: *Eu sou o monstro que vos fala*.

Eu, um corpo marcado pelo discurso médico e jurídico como “transexual”, caracterizado na maior parte dos diagnósticos psicanalíticos como sujeito de uma “metamorfose impossível” situado, segundo a teoria prevalente, para além da neurose, na própria borda da psicose, incapaz, segundo vocês, de resolver corretamente um complexo de Édipo, ou tendo sucumbido à inveja do pênis.

Pois bem, é a partir dessa posição de doente mental onde me recolocam que me dirijo às senhoras e aos senhores, como um macaco humano de uma nova-era. Eu sou o monstro que vos fala. O monstro que foi construído pelos seus discursos e práticas clínicas. Eu sou monstro que se levanta do divã e toma a palavra, não tanto como paciente, mas como cidadão, como um igual monstruoso (Preciado, 2022, p.14).

Sojourner Truth e Paul Preciado se encontram, ainda que em tempos distintos, lugares diferentes e atravessados por lutas específicas. Encontram-se em um não lugar comum. Sojourner Truth, na luta pela liberdade e pelo reconhecimento de sua existência enquanto mulher negra; cento e sessenta e sete anos depois, Paul Preciado, na luta pelo reconhecimento de sua identidade e de sua existência enquanto dissidente de gênero e sexualidade. Ambos ousaram falar diante daqueles e daquelas que os queriam calados, confinados ao lugar da anormalidade que lhes foi imposto, um lugar que os inscreve na figura da monstruosidade. Como assim uma mulher ne-



gra escravizada luta por reconhecimento enquanto mulher? Como assim um homem trans reivindica escuta para as vozes dos corpos excluídos pelo regime patriarcal-colonial?

Mas, afinal, o que é preciso ter ou ser para ser considerado um “homem de verdade” nesta sociedade? Pensei muito sobre isso no início dos meus processos de transição de gênero. O que eu precisava ter ou ser para ser legitimado enquanto homem? Quem ou o quê me concederia esse reconhecimento? Vivemos em um mundo em que o falo é constantemente celebrado e em que, “o primeiro ‘pré-requisito’ para ser considerado homem, em nossa sociedade, é nascer com pênis, devido à cisnormatividade” (Tedesco, 2021, p. 117).

Pois bem, eu não tenho um pênis. Logo, não tenho aquilo que a sociedade, de modo geral, legitima como requisito dos “homens de verdade”. Outros fatores corporais também entram em jogo: estrutura física, mamas, barba, entre tantos outros, além da exigência de uma performance de masculinidade hegemônica¹, viril, violenta, heterossexual, alinhada ao padrão machocêntrico. Portanto, eu falhei. Falhei diante de todas as expectativas naturais, biológicas, orgânicas, previsíveis, normais, legítimas e esperadas para ser homem.

Esse meu fracasso também me torna monstro, como aponta Preciado (2022). Ele me desloca para um lugar de subalternidade, de não conformidade, de anormalidade. Afinal, o sistema² opera a partir das diferenças sexuais, não apenas em termos administrativos ou jurídicos, mas por meio de inúmeros poderes microscópicos que se aplicam sobre nos-

¹ Conceito desenvolvido por Connell e Messerschmidt (2013), que se refere à constituição de uma forma hegemônica de masculinidade articulada a padrões de práticas masculinas produzidas cultural, social e historicamente.

² Expressão utilizada como uma corruptela do termo “sistema”, mobilizada para evidenciar a centralidade da cisgeneridade nas estruturas sociais, conforme discutido por Vergueiro (2015).



sos corpos, arquitetando comportamentos e modos de ser e existir no mundo (Preciado, 2022).

Enquanto mulher, fui ensinado a viver todas as expectativas destinadas a esse corpo. No entanto, tais expectativas e as constantes investidas pedagógicas que as sustentavam não foram suficientes para mim. Transicionei. Atravessei as expectativas impostas a um corpo lido como feminino para viver as promessas atribuídas a um corpo masculino ou melhor, às expectativas destinadas a um corpo transmasculino. Nesse ponto, é importante colorir que há uma diferença.

Transicionar é um verbo fundamental neste texto. Segundo a gramática formal, trata-se de um verbo intransitivo, ou seja, não necessita de complemento para produzir sentido completo. Honestamente, eu gostaria que os complementos não fossem necessários. Mas nós, que muitas vezes nem como sujeitos somos reconhecidos, estamos sempre sendo convocados a complementar o sentido desse verbo. Transicionar é travessia: passar de uma condição a outra, deslocar-se de um lugar a outro. Para Preciado (2022), o monstro é aquele que vive em transição; nós, monstros cujos rostos e práticas não são considerados legítimos pelos regimes de saber e poder vigentes.

“Fazer uma transição de gênero é estabelecer uma comunicação transversal com o hormônio, que apaga expressão utilizada como uma corruptela do termo “sistema”, mobilizada para evidenciar a centralidade da cisgeneridade nas estruturas sociais, conforme discutido por Vergueiro (2015), ou melhor, eclipse — aquilo que vocês chamam de fenótipo feminino e permite o despertar de outra genealogia” (Preciado, 2022, p. 36). O que Preciado (2022) nos provoca a pensar é que a transição se constitui como um gesto de subversão contra os sistemas e os poderes heteropatriarcais, sendo, também, um processo de descolonização do corpo.



Uma vez vividos, esses processos de contramovimento, estratégias de sobrevivência e agenciamentos passam a ser fabricados e (re)produzidos. Afinal, “por trás das máscaras da feminilidade e da masculinidade dominantes, por trás da heteronormatividade, escondem-se, de fato, múltiplas formas de resistência e desvio” (Preciado, 2022, p. 30). Se há uma expectativa específica direcionada à cismasculinidade, há também uma masculinidade esperada para os corpos transmasculinos. Existe uma narrativa universalizante segundo a qual pessoas transmasculinas devem apresentar ódio ao próprio corpo e uma performance hipermasculina para provar uma identidade “verdadeira”, um transmasculino “legítimo”.

Até mesmo antes de sermos socialmente lidos como cismasculinos — caso esse seja nosso desejo — ou de realizarmos determinadas modificações corporais que, acidentalmente ou não, reforcem masculinidades cisnormativas, somos cobrados a performar uma masculinidade binária, fixa e violenta (Pfeil; Pfeil, 2021).

Não é mais possível falar em experiências universais sobre pessoas trans e seus processos de transição. O discurso médico patologizante, que prescreve sentimentos, roteiros de disforia e etapas obrigatórias para o reconhecimento de uma identidade trans, não se sustenta. Para tornar isso mais evidente: não existe uma única forma de se reconhecer como pessoa trans. Nem todas as pessoas trans desejam se hormonizar, nem todas desejam passar por processos cirúrgicos. São experiências diversas, plurais. Em se tratando especificamente de homens trans e pessoas transmasculinas, a experimentação da masculinidade acontece de múltiplas maneiras.



Como pessoa trans, uma das primeiras coisas que aprendi foi a caminhar pela rua sendo lido pelos outros como se fosse homem. Aprendi a olhar reto e para o alto, em vez de para o lado ou para baixo. Aprendi a sustentar o olhar de outros homens sem baixar os olhos e sem sorrir. Mas, nesse aprendizado, nada foi mais marcante do que compreender que, sendo supostamente “homem” e “branco” em um mundo patriarco-colonial, eu poderia acessar, pela primeira vez, o privilégio da universalidade — um lugar anônimo e silencioso, onde é possível existir em uma paz quase sagrada. Eu nunca havia me sentido universal (Preciado, 2022, p. 30).

Quando se passa a ser lido como um homem cisgênero, a relação com o mundo se transforma. Esse sentimento se materializa nas vivências cotidianas, como descreve Preciado (2022). O sistema heteropatriarcal é produzido diariamente para privilegiar homens brancos cisgêneros. No entanto, quando somos atravessados por outros marcadores da diferença, essas relações se reorganizam. Nesse sentido, a contribuição do educador e pesquisador Bruno Santana é fundamental:

A maneira como o homem negro trans vivencia a sua transmaculindade é diferente, enquanto homem negro trans e pobre, por exemplo, tenho especificidades que outros homens brancos trans não têm. Embora ambos soframos em algum momento o machismo, a misoginia e a transfobia, o homem branco trans não vivenciará o racismo, ele não irá experimentar ou perceber a sua passabilidade cis porque alguém o olhou como um potencial assaltante ou a polícia o parou em determinado contexto. A forma como o homem negro



trans vivencia a transfobia é diferente da maneira que o homem branco trans a vivenciará, e isso também se aplica ao racismo vivenciado pelo homem negro trans, que será diferente daquele racismo vivenciado pelo homem negro cis. (Santana, 2019, p. 101).

Como disse o companheiro Bruno Santana (2019), não há como pensar em transgeneridade, transmasculinidades senão de forma interseccional; as pessoas transmasculinas não partem do mesmo lugar, do mesmo tempo, território, geração. Os pesquisadores Bruno Pfeil e Cello Pfeil (2021) também nos ajudam a pensar sobre outras violências que são vividas conforme outros marcadores da diferença:

Pessoas transmasculinas com deficiência experimentam capacitismo com um recorte diferente, pois em todos os casos sua transgeneridade é posta à prova, suas capacidades mentais são questionadas e seus corpos são tidos como incapazes; pessoas transmasculinas intersexo são questionadas quando suas variações hormonais, cromossômicas ou morfológicas são colocadas como fatores que anulam sua transgeneridade, de forma patológica e exotificante (Pfeil; Pfeil, 2021, p.165).

A gramática nos aponta o verbo *transicionar* como intransitivo, mas, para além das conjugações normativas, viver uma transição pode ser um caminho tortuoso — e também um caminho de novas e boas sensações. A sensação de ser quem se é. E ponto.

Em outra gramática, as línguas e as vidas de pessoas transmasculinas são colocadas a partir de suas pluralidades e singularidades. Nossos corpos monstruosos produzem uma



vida que ainda não é possível ser lida como mais um tipo de vida, assim como qualquer outra. Nossas maneiras diferentes de ser homem ainda não são consideradas “verdadeiras”, mas, nessa disputa — que não é apenas por reconhecimento, mas também por direitos — estaremos armados com nossos corpos com útero, capazes de gestar, sem pênis e com peitos, lutando nessa trincheira e acreditando que “é possível, sim, dar novos sentidos e significados às nossas masculinidades, utilizando nossos corpos transgressores como ferramentas importantes nessa caminhada” (Santana, 2019, p. 101).

Segunda trincheira: Eu sou um homem trans evangélico!

Já faz algum tempo que penso em escrever sobre isso. Ensaio, sinto, oro, ouço as muitas opiniões de encorajamento, mas, ainda assim, os olhares tortos e as desconfianças parecem prevalecer, quando converso sobre o assunto em espaços que não são os meus lugares de fé. Quando digo que sou um homem trans evangélico, não é para defender essa parcela da comunidade cristã fundamentalista que, por muito tempo, foi e ainda é, responsável por muitos sofrimentos que vivi e que tantas pessoas LGBTI+ vivem. Coloco-me nesse lugar, porque essa também é uma trincheira árdua de luta. A igreja cristã tem muitas dívidas que precisam ser reparadas; essa chave precisa ser virada para que possamos acreditar que existem outros espaços de fé, que não apenas ressignificam, mas também re-constroem lugares seguros de vida para toda a criação.

Sojourner Truth foi responsável pelo meu encorajamento para falar sobre isso aqui. Sojourner foi uma profetisa de seu tempo e suas palavras seguem ressoando até hoje. Uma mulher negra, de fé, que profetizou sobre seus direitos en-



quanto mulher e mulher negra; que foi colocada em um lugar de não humanidade durante a escravização; e que se re-posiciona para disputar, em uma trincheira de luta, o campo das im-possibilidades.

Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter os mesmos direitos que o homem porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com isso.

Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de consertá-lo, colocando-o do jeito certo novamente (Pinho, 2014, p.1).

Nessa trincheira, Sojourner não enfrentou apenas aqueles e aquelas que negaram seus direitos e sua humanidade; ela enfrentou estruturas fundamentalistas que aprisionam Deus, silenciam e negam às mulheres o direito ao exercício pleno de sua fé. Não é muito diferente nos tempos atuais: em algumas denominações religiosas, o cenário para as mulheres e para pessoas trans continua sendo marcado por múltiplas violências.

Em 2024, fui ao cinema assistir ao documentário *Toda noite estarei lá*, que conta a história de Mel, uma mulher trans que frequentava uma igreja evangélica e que, ao iniciar sua transição, foi impedida de entrar na igreja, de falar com irmãos e irmãs da comunidade e de frequentar os cultos. Mel Rosário, uma mulher forte, corajosa e determinada, sensível ao que acontece ao seu redor, decide enfrentar essa violência processando a igreja para garantir seu direito de



acesso aos cultos. Além disso, passa a se posicionar em forma de protesto todas as noites em frente à igreja, com cartazes confeccionados por ela, com dizeres como: “Apocalipse: pastor proíbe transexual de entrar na igreja”, “Fé não tem gênero”, entre outros.

Mel é mais uma vítima do que a igreja produz sobre corpos trans: demonização, promessas de cura que, muitas vezes, conduzem à morte. Mel é mais uma profetisa de nosso tempo. Ela denuncia a transfobia sofrida e expõe uma igreja que anuncia um Jesus que ela própria desconhece. Igreja deveria ser pressuposto de amor e espaço de acolhimento para todas as pessoas que desejam e se sentem à vontade para entrar e cultivar.

Fiquei me perguntando por que Mel escolheu, noite após noite, estar ali com um cartaz, mesmo quando aquelas pessoas a ignoravam e fechavam a porta em seu rosto. Foi então que compreendi que estamos na mesma trincheira de luta. Lutamos por espaços de fé nos quais nós, pessoas trans e toda a comunidade LGBTI+, não sejamos demonizadas nem ignoradas. Não precisamos de cura; precisamos de respeito e acolhimento. É por isso que afirmo, com orgulho, que sou um homem trans evangélico. Precisamos disputar outros espaços de fé, não essa igreja fundamentalista, arraigada a preceitos, dogmas e práticas violentas, que produzem morte e não cabem mais em nosso tempo e território.

É preciso descolonizar Jesus. Assim como Sojourner Truth reivindica um Cristo que não está preso à figura de um homem, Mel anuncia que o exercício da fé é para todas as pessoas. Eu me junto a esse coro de resistência, que acredita que, assim como a fé não tem gênero, a Deusa também não tem, e não está aprisionada nos grandes templos ou nas grandes caixas de concreto. A Deusa são essas mulheres que anun-



ciam as boas novas de libertação para um povo aprisionado por grandes sistemas cis-hetero-capitalistas, misóginos, patriarcais, LGBTfóbicos, capacitistas e intolerantes, com religiões que não são cristãs, sistemas programados para normalizar a violência e destruir a criação.

Terceira Trincheira: A exceção da regra, transmasculinidades nos espaços de educação.

Quantas pessoas trans há na sua sala de aula? Quantos professores e professoras trans você tem ou já teve? Quantos alunos e alunas trans há na sua escola? Quais colegas trans você teve nos espaços de educação que frequentou?

Segundo dados produzidos pelo *Mapeamento Educacional das Transmasculinidades no Brasil*, realizado pelo Instituto Brasileiro de Transmasculinidades em parceria com a Revista *Transviades*, a partir de dados de 2023, das 406 respostas obtidas, temos os seguintes cenários: 34,7% dos participantes do mapeamento estão cursando o ensino superior; 13,8% têm o curso superior completo; e 13,1% possuem o ensino médio completo (IBRAT, 2023). Mesmo diante das limitações de circulação apresentadas pelo mapeamento, por se tratar de uma iniciativa do movimento de homens trans e pessoas transmasculinas, sem nenhum incentivo privado ou público, esses números nos ajudam a ter uma ideia da situação educacional das pessoas transmasculinas no Brasil. O acesso e a permanência de pessoas trans na educação ainda são extremamente precários.

Quando eu adentro o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFS e descubro que nunca nenhum outro homem trans havia passado pelo programa, isso se torna muito sintomático. Não tenho nenhum orgulho em ser o “primeiro”



homem trans do programa; essas ausências anunciam toda a falha da cadeia educacional do nosso país.

Em 2016, discursava Marcelo Caetano da Costa Zoby, primeiro homem trans formado no curso de Ciência Política da Universidade de Brasília. Orador da turma, homem trans negro, seu discurso, que viralizou nas mídias digitais, nos lembra das batalhas que precisamos enfrentar para ocuparmos as cadeiras nas universidades do nosso país. Marcelo também nos lembra que, nessa guerra, não entramos para pedir licença, mas para ocupar e derrubar os muros que foram postos diante de nós, na luta por uma educação plena para todas as pessoas trans e negras.

*Do alto dos seus títulos, daí de onde você vê, a universidade é pra quê? pra caber quem? dentro da sua sala você se esconde pra não ver lá fora, ou pra quem tá lá fora não te ver? o conhecimento que você produz é pro povo ou pro CNPQ? pra sociedade ou só pra enfeitar lattes? se quem tá dentro, não vê os muros em volta quem vê de fora, não enxerga nada além da muralha se no meio da aula, você diz que eu tô todo errado eu te digo que pra chegar até aqui, atravessei cerca de arame farpado você escreve, artigo, livro, capítulo, resumo, paper, ensaio fala da gente, sem nem lembrar, de olhar no olho da nossa gente alcança seus índices de produtividade no dia seguinte, não sabe nossa cara, nosso nome, desconhece nossa identidade nossa cor é objeto de pesquisa, nosso sexo, etnografia nossas casas são seu campo, e seu olhar branco, macho, eurocentrado justifica-se com metodologia
[...]*



e não pense que entramos aqui por favor, que não merecemos ou que qualquer coisa aqui nos foi dada, cotas não são presente são só um pequeno pedaço do que nos devem, chegamos aqui forjados pelos que nos precederam não se esqueçam: nossos passos vêm de longe, se estou aqui hoje é só porque tantos outros já vieram erguer muros não vai nos impedir de entrar se precisar, nós vamos derrubar, tomar de assalto o que é nosso e não queremos só um lugar à mesa, queremos interromper o jantar e começar tudo de novo reerguer uma universidade que seja do povo e para o povo onde não apenas se fala sobre o outro, mas onde o outro se torna um nós que é capaz de falar sobre si mesmo.

[..]

Ainda aguardamos pelo dia Em que o preto estará no rosto Mais do que nas becas Em que as travestis estarão na escola Mais do que na esquina

Se esse dia não chega, a gente toma!

Nada nunca foi dado, por que agora seria?

mas ainda vai chegar o dia

Em que outros tantos como eu

Estarão aqui e poderão dizer

Tudo nosso, nada deles!"

(G1, 2016).

O discurso de Marcelo não é apenas memória ou denúncia, ele é projeto. Ele nos convoca a ocupar as cadeiras dos espaços educativos não como concessão, mas como direito historicamente negado. Ocupar essas cadeiras é também disputar os sentidos da universidade, questionar quem pode produzir conhecimento e para quem ele serve. Nesse cenário, as ações afirmativas se apresentam como um dos caminhos



possíveis, ainda que insuficientes, para tensionar estruturas profundamente desiguais, abrir frestas e possibilitar que corpos historicamente excluídos atravessem os muros institucionais. Não se trata de favores, mas de reparação; não se trata de exceções, mas da construção de uma educação que reconheça a pluralidade dos sujeitos que a compõem.

Por enquanto ainda não vencemos a guerra...

Este texto se inspira profundamente no exemplo de vida e de luta de Sojourner Truth, em sua coragem de tornar a própria experiência uma arma política contra o silenciamento. No entanto, ele parte também de uma epistemologia vivida e conceituada pelas transmasculinidades, compreendidas aqui como território legítimo de produção de conhecimento. Trata-se de uma epistemologia que bebe das fontes dos transfeminismos e dos feminismos negros, aprendendo com suas estratégias de resistência, denúncia e escrevivência, mas que também encontra seus próprios caminhos, re-imagina, re-elabora suas categorias e deságua em múltiplas possibilidades de produção de saber.

Quando me encontrei pela primeira vez com o discurso de Sojourner Truth, aquelas palavras fizeram morada em mim. É sobre uma voz inteligível: quando leio, escuto uma voz firme que narra suas experiências, e as marcas de suas batalhas são visíveis. Olhe bem, releia, veja. Daí, ao longe, dá para ouvir: “O que essa mulher negra está fazendo aí?” (hooks, 2019). Em bell hooks (2019), leio sobre como Sojourner se lançou em meio ao barulho estrondoso do silenciamento imposto às mulheres negras, quando sua voz dispara: “E não sou uma mulher?”. Daqui, a resposta é visível: o silêncio da branquitude machocêntrica.



Quer ser homem agora? Sempre desconfiei que ela fosse estranha mesmo! Você usa o que para ficar assim? Mas você fez cirurgia para virar homem? Meu Deus, nem parece que é trans! Mas você é crente? E tem igreja que aceita isso? E você faz o quê da vida? Doutorado? E conseguiu como?

Meu corpo transmasculino é re-evolução, ressignificação, descolonização de um corpo pensado e naturalizado como feminino. Recuso-me a ser identificado como mulher. E eu não sou um homem? Meu corpo tem útero, capaz de gestar, uma força de vida que também pode gerar outras vidas. E eu não sou um homem? Produzo minha masculinidade a partir das minhas experiências, da socialização que me foi dada para ser uma menina. E eu não sou um homem? Sou o homem que sempre quis ser, não desses que se afirmam pela violência e pelo falo, mas o homem dos processos, das transições, das experimentações. Tenho me tornado o homem que experimento ser.

Eu sou um homem trans.

Referências

CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James. *Masculinidade hegemônica: repensando o conceito*. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-274, jan. 2013.

G1. *Estudante trans da UnB faz discurso de formatura contra preconceitos*. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2016/02/estudante-trans-da-unb-faz-discurso-de-formatura-contrapreconceitos.html>. Acesso em: 15 jan. 2025.

HOOKS, Bell. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

IBRAT. *Mapeamento educacional das transmasculinidades no Brasil*. Revista Estudos Transviades, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 2023. Disponível em: <https://revistaestudostransviades.wordpress.com/2023/06/17/revista-estudos-transviades-v-4-n-7-jun-2023-edicao-especial-mapea>



mento-educacional-de-transmasculinidades-no-brasil/. Acesso em: 14 ago. 2024.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes. *E eu não sou uma mulher?* In: Portal Geledés, 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

PINHO, Osmund. *E eu não sou uma mulher?* In: Portal Geledés, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

PFEIL, Bruno Latini; PFEIL, Cello Latini. Da sombra da cisgeneridade a subjetivações transmasculinas. In: PFEIL, Bruno; VICTORIANO, Nathan; PUSTILNICK, Nicolas (org.). *Corpos transitórios: narrativas transmasculinas*. Salvador: Diálogos, 2021. p. 157-175.

PRECIADO, Paul. *Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

SANTANA, Bruno Silva. Pensando transmasculinidades negras. In: RESTIER, Henrique; SOUZA, Rolf Malungo (org.). *Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades*. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019. p. 95-104.

TEDESCO, Caio de Souza. Das masculinidades que transgridem: João Walter Nery e a ruptura do significado de “ser homem” no Brasil. In: PFEIL, Bruno; VICTORIANO, Nathan; PUSTILNICK, Nicolas (org.). *Corpos transitórios: narrativas transmasculinas*. Salvador: Diálogos, 2021. p. 113-133.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador



La Universidad Federal de Sergipe y la Red LIESS

José María Valcuende Del Río



Introducción

En este capítulo abordaremos las características de la Red LIESS (Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades). Nos aproximaremos a su génesis y evolución, así como a algunos de los hitos más importantes desarrollado por este grupo de investigadores e investigadoras. Posteriormente nos aproximaremos al papel jugado por las y los integrantes de la Red en el caso de Brasil, para posteriormente incidir en algunos de los proyectos de colaboración liderados por la Universidad Federal de Sergipe vinculados con la violencia machista, en general, y con el feminicidio y transfeminicidio en particular. Proyectos que están contribuyendo al afianzamiento de la Red LIESS a partir de trabajos conjuntos desarrollados en Brasil, Ecuador, España, México y Perú.



Génesis y evolución de la Red LIESS

La red LIESS es el resultado final de un proyecto I+D+i presentado al Gobierno de España que se desarrolló entre 2008 y 2011. A partir de este proyecto se conforma la Red de investigadores e investigadoras, que años después sería reconocida oficialmente por la Asociación de Universidades Iberoamericanas de Postgrado. Desde entonces hasta hoy este equipo se ha ido consolidando en el ámbito internacional. Un reconocimiento que se puso de manifiesto con el premio otorgado a la Red por la Fundación Manolita Chen en 2023, a la mejor iniciativa social.

Cuando se inició la red LIESS los estudios de Género habían ganado peso a nivel académico, sin embargo el análisis de las sexualidades, desde el ámbito de las Ciencias Sociales, era considerado un tema “menor”, especialmente en el contexto iberoamericano a diferencia de lo que sucedía en las universidades anglosajonas. La producción escrita en español y portugués no era lo suficientemente visible y era preciso crear un instrumento que sirviera para generar redes y contribuir a difundir los resultados de una cada vez más significativa producción latinoamericana e ibérica, que debía ser puesta en valor, a lo que modestamente pretendía contribuir la Red LIESS.

La red desde sus inicios hasta la actualidad ha realizado diversas actividades vinculadas con la difusión, la potenciación de los encuentros científicos y la publicación de los resultados de investigación. Hasta la fecha se han desarrollado seis congresos internacionales de estudios de diversidad sexual (CIEDSI) en la: Universidad Pablo de Olavide (España), Universidad de Cuenca (Ecuador), Universidad de Granada (España), Universidad Nacional Autónoma de México, Universidad Federal de Rio Grande do Norte (Brasil), Universi-



dad de Girona (España). El séptimo congreso se realizará en la Universidad UNMINUTO (Colombia). Estos congresos, que van rotando por las diversivas universidades que participan en este proyecto compartido, constituyen uno de los momentos fundamentales para la red, ya que permiten dar a conocer la producción tanto de sus integrantes como de otros investigadores e investigadoras participantes. A su vez, contribuyen a potenciar espacios de encuentro e intercambio entre investigadores, estudiantes y activistas, y a generar nuevas formas de colaboración, fomentando la colaboración entre las instituciones participantes de la red.

La segunda actividad, que es especialmente importante para la red, está relacionada con las publicaciones. Hasta la fecha la Red LIESS, en colaboración con alguna de las universidades participantes, ha editado cuatro libros: Valcuende del Río, J. M., Marco Macarro, M. J., & Alarcón, D. (2013) (cood.) *Estudios sobre diversidad sexual en Iberoamérica*. Aconcagua Libros. Valcuende del Río, J. M., Vasquez Andrade, P., & Marco Macarro, M. J. (2016) (cood). *Sexualidades: represión, resistencia y cotidianidades*. Aconcagua Libros. Gregorio Gil, Carmen, Blanca García Peral, y José María Valcuende del Río (2019). *Nuevas cartografías de la sexualidad*. Universidad de Granada. Valcuende del Río, JM; Robles Mendoza, A; Salguero Vázquez, A. y Hernández Sacén, O. (2020). *Diversidad Sexual en Iberoamérica: Derechos, placeres y vivencias*. UNAM

En 2019 iniciamos desde la Red un nuevo proyecto, como fue la creación de la Revista RELIES, de acceso abierto. Con quince números publicados la revista ha ido ganando en visibilidad y reconocimiento. Actualmente está indexada en ERIHPLUS, Catálogo de LATINDEX, DOAJ. En 2025 recibió el sello de calidad de la Fundación española para la Ciencia y Tecnología (FECYT) con mención de buenas prácticas en género.



Los idiomas oficiales de la revista son el español y el portugués, en una clara apuesta por visibilizar las importantes investigaciones que se están realizando en esta materia en el sur global.

Entre los proyectos actuales de la Red está la creación de una colección de libros, en colaboración con Enredars publicaciones, adscrita a la Universidad Pablo de Olavide, titulada *Cuerpos, sexualidades y culturas*, que verá la luz en 2026 con una primera publicación que compila trabajos sobre diversidad sexual y sexogenérica en poblaciones indígenas latinoamericanas. La creación de esta nueva colección sin duda contribuirá de una forma importante a dar a conocer las investigaciones que desde el ámbito iberoamericano analicen las vinculaciones entre sexualidades y contextos culturales concretos.

El último objetivo, no menos importante, ha sido la difusión y el contacto con la sociedad civil. La página web de la red no sólo sirve para dar a conocer a sus integrantes. En sus diferentes apartados se puede acceder a un repositorio de publicaciones, enlaces a otras páginas de interés y un blog que sirve para difundir noticias. Esta página web se vincula a otras páginas que nos permiten acceder a un público generalista, como así sucede con la página de Facebook, con más de 1600 seguidores en diversos países del mundo.

Los integrantes de la Red no son ajenos a la actualidad y en ese sentido, de forma excepcional, se han posicionado ante problemas sociales directamente vinculados con el ámbito de la sexualidad o en otras cuestiones en las que consideramos que es preciso tomar partido, como así sucedió recientemente ante la denuncia del genocidio de Gaza con el manifiesto firmado por las y los integrantes de la Red LIESS, que fue hecho público a partir de las diferentes Apps.

En la actualidad la red está conformada por más de 200 investigadores de diversas instituciones de América Latina,



Europa y Estados Unidos. En total participan en la red dieciséis países, que son los siguientes:

Alemania, Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, España, Estados Unidos, Francia, México, Perú, Portugal, Reino Unido, República Dominicana y Uruguay

La Red LIESS en Brasil

En la red la presencia por países de los investigadores es desigual, destacando por número y en orden decreciente: España, Argentina, México, Uruguay y por supuesto Brasil, un país que de forma progresiva ha ido ganando peso, aunque desde el inicio instituciones como la Universidad Federal de Santa Catarina y posteriormente otras instituciones entre las que se encuentran la Universidad Federal de Rio Grande do Norte y la Universidad Federal de Sergipe han jugado un papel central en la consolidación de la red. En estos momentos nos encontramos a treinta y seis investigadores e investigadoras vinculados con veinte universidades brasileñas:

Unicamp, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal da Grande Dourados, Universidade Federal do Amazonas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal da Fronteira Sul, Universidade do Planalto Catarinense, Universidade do Estado de Mato Grosso, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Sergipe, Universidade Estadual Paulista, Universidad Estadual do Ceará, Universidade de Brasília, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Sul da Bahia, Universidade de São Paulo.



Actualmente las instituciones brasileñas por número de integrantes y por número de instituciones, después del caso de España, es el segundo país en importancia dentro de la Red.

La red y la Universidad Federal de Sergipe

Con relación a Brasil cabe destacar el papel desempeñado por la UFS a través de Patricia Rosalba Moura Costa y de su equipo Xique Xique. Han sido diversos los intercambios y estancias entre UFS y la UPO, tanto de estudiantes como de investigadores. De la misma forma se han desarrollado diversos simposios y proyectos de investigación conjuntos. Entre estos podemos destacar la colaboración en el proyecto I+D+i financiado por el Gobierno de España, que dio lugar, entre otros resultados, al libro Turismo LGBTI+ identidades, globalización y mercado, publicado en prestigiosa editorial Pasos; una editorial de prestigio a nivel internacional en el ámbito del análisis del turismo.

El segundo proyecto que me gustaría destacar es el que actualmente coordina Patricia Rosalba Salvador Moura Costa sobre feminicidio y transfeminicidio en Brasil, Ecuador, España y México, en el que participan, entre otras investigadoras, la profesora María Marco Macarro (UPO) y Alejandra Salguero (UNAM), que son dos referentes en la investigación sobre la violencia de género y la violencia machista y que han jugado un papel fundamental en la creación y consolidación de la Red LIESS. Actualmente son diversas las tesis que se encaminan en esa dirección en Ecuador, Brasil y Perú, que en un corto y medio plazo saldrán a la luz. Como también se divulgarán estos resultados de investigación en artículos científicos y en la participación de las integrantes del proyecto en congresos, entre otros, en el séptimo congreso de la Red LIESS que se desarrollará en Colombia en 2026.



No podemos olvidarnos de proyectos absolutamente pioneros como ha sido la App creada para proteger a las mujeres de la violencia machista en zonas rurales de Sergipe, coordinado por Patricia Rosalba Salvador Moura Costa. Un ejemplo de antropología aplicada realizado conjuntamente entre la Universidad y el personal técnico y de seguridad directamente vinculado a la lucha contra la violencia de género en esta región del nordeste brasileño. Un proyecto que da muestras de la potencialidad de la Antropología y de la necesidad de desarrollar proyectos multidisciplinares que articulen el conocimiento teórico con el saber práctico; que articulen la Universidad con la sociedad civil.

Todos estos proyectos han dado lugar al reciente convenio de colaboración firmado en 2025 entre la UFS y la UPO. Un convenio que es la culminación de un largo proceso de vinculación entre ambas instituciones, en el marco de esta red de investigadores e investigadora y que nos permitirá en el futuro potenciar las vinculaciones entre ambas instituciones.

Mirando al futuro

La red LIESS en todos estos años que lleva desarrollando su trabajo ha tenido que enfrentar numerosos retos. Las dificultades de financiación de nuestras instituciones y de las investigadoras e investigadores que trabajamos en las universidades constituye, sin duda uno de los problemas fundamentales. Sin embargo, la voluntad y los afectos de las personas que integran la red LIESS, ha permitido que este proyecto siga consolidándose.

Vivimos un tiempo complejo, en el que los avances de los movimientos feministas y LGBTIQ+ se enfrentan a una ola ultraconservadora que supone una clara amenaza para



las mujeres y los disidentes sexuales y sexogénicos. Es por ello que esta Red debe seguir luchando en la defensa de esos derechos y en la progresiva consolidación de los estudios LGBTIQ+. La Universidad Pablo de Olavide creó en el 2025 la Cátedra de Diversidad Sexual y en el 2026 iniciará una nueva andadura con un proyecto conjunto con la Universidad de Sevilla: el Máster de Diversidad Sexual y Estudios LGBTIQ+. Ambos proyectos van a contribuir a institucionalizar los estudios sobre diversidad sexual en nuestra institución. Ahora bien, más allá de los proyectos de las diversas instituciones que participan del proyecto LIESS, el mantenimiento y fortalecimiento de las redes de investigación será clave para hacer frente a la guerra cultural que han iniciado la extrema derecha. La UFS sin duda se ha convertido en una pieza clave en el marco de los proyectos de colaboración que miran tanto a la academia como a la sociedad civil. Debemos seguir pensando en nuevas formas de reactivación de una red en uno y otro lado del atlántico, que proporcionen instrumentos teóricos y prácticos para hacer frente a las nuevas amenazas, que no son pocas.

Así que para terminar, sólo queda mirar hacia adelante: seguimos...



ÍNDICE DE AUTORAS(ES)

Alejandra Salguero Velázquez

Professora titular do curso de graduação em Psicologia na Faculdade de Estudos Superiores Iztacala da Universidade Nacional Autônoma do México. É bacharel e mestre em Psicologia, com doutorado em Sociologia pela tese: Significado e experiência da paternidade no projeto de vida dos homens, com a qual obteve Menção Honrosa. Pertence ao Sistema Nacional de Investigadores Nível II, CONACYT. Seu compromisso institucional a levou a participar do Comitê de Bioética, do Programa Institucional de Estudos de Gênero, e foi designada pela Direção Geral de Assuntos do Pessoal Acadêmico da UNAM (DGAPA) como Membro do Comitê Avaliador da Área de Ciências Sociais do Programa de Fortalecimento Acadêmico para Mulheres Universitárias (PFAMU) e do Programa de Apoio a Projetos de Pesquisa e Inovação Tecnológica (PA-PIIT). E-mail: alevs@unam.mx

Esmael Alves de Oliveira

Doutor em Antropologia Social (PPGAS/UFSC). Docente da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professor permanente dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt) e Psicologia (PPGpsi) da UFGD. Pós-doutor em Saúde Coletiva pelo Programa de Pós-graduação em Saúde da Criança e da Mulher do Instituto Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz (IFF/Fiocruz), com financiamento do CNPq. E-mail: esmael_oliveira@live.com



Gladston Oliveira dos Passos

Doutorando em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Sergipe, pós-graduado em Direito do Trabalho e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará. Vice-Líder do Xique-Xique: Grupo de Pesquisa sobre Gêneros e Sexualidades da UFS e membro do GESEX - Grupo de pesquisa em gênero e sexualidades da UFMG. Atualmente é bolsista por demanda social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: gladstonpassos92@gmail.com

José Maria Valcuende Del Río

Possui graduação em Licenciatura em Geografia e História pela Universidad de Sevilla(1989), mestrado em Sociologia del Territorio pelo Instituto Superior de Ciencias do Trabalho e da Empresa (1994) e doutorado em Antropologia pela Universidad de Sevilla (1996). É professor da Universidad Pablo de Olavide. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Urbana. Atuando principalmente nos seguintes temas: Antropología Social, Espaço social, Espanha, Identidades Coletivas, e Territórios e Fronteiras. E-mail: jmvalrio@upo.es

Luz Viginia Rojas Garcia

Socióloga, especialista em violência de gênero e integrante da Red RELIESS. E-mail: vir.rojas.vir@gmail.com

Maria José Marco Macarro

Professora doutora do Departamento de Antropologia Social, Psicologia Básica e Saúde Pública da Universidad Pablo de Olavide (UPO), Sevilha, Espanha. Área de Psicologia Básica.



Linhas de investigação: Violência baseada no gênero; sexualidades; migrações; identidades; educação inclusiva; aprendizagem. E-mail: mmarmac@upo.es

Maria de Lourdes Dutra

Psicóloga Clínica. Professora Visitante na Universidade Federal da Grande Dourados, tendo atuado como docente no Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados), no Programa de Pós Graduação em Psicologia e no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde (HU UFGD) de 11/2020 a 11/2022. Doutora e Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, Participou do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior com bolsa CAPES na Universidade de Coimbra/Centro de Estudos Sociais nos períodos de 03/2016 a 09/2016 e 03/2017 a 09/2017). Graduada em Licenciatura Plena e Formação de Psicólogo pela Organização Santamarense de Educação e Cultura-SP (1986) Docente na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS (2018-2019). Atuou como Apoiadora Institucional/FIOCRUZ no Ministério da Saúde para implementação do Projeto QualiSUS-Rede na Região-tipo de Fronteira Internacional Brasil/Paraguai (11/2011 a 07/2015). Atuação profissional na área de Saúde Pública e Assistência Social desde 1987, tendo vivência em: Assistência em unidades básicas e especializadas na área de saúde mental; Planejamento e Coordenação de serviços e estágios; Saúde Mental; Saúde da Mulher; Participação popular e Controle social; Educação Permanente em Saúde; VER-SUS (Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde); Cidadania e Humanização do sistema de saúde municipal; Violência Contra Criança e Adolescente e Violência Contra as Mulheres. E-mail: mlourdes.dutra1@gmail.com



Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa

Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2. Pós-doutora na Universidade Pablo Olavide (UPO)/Espanha, com Bolsa CNPq. E-mail: patriciarosalba@academico.ufs.br

Seyedeh Sougand Hessamzadeh Villamagua

Doutorado em Ciências Sociais, Universidad Pablo de Olavide. Estudou Mestrado em Argumentação Jurídica na Universitat d'Alacant / Universidade de Alicante; Mestrado em Direitos Humanos, Interculturalidade e Desenvolvimento na Universidad Pablo de Olavide; Diplomada em Gênero e Movimentos Feministas pela Universidad de Buenos Aires (UBA); Graduada em Direito pela UISEK/Equador. Atualmente é professora da Universidad de Las Américas (UDLA)/Equador. E-mail: sougand.hessamzadeh@icloud.com

Thomas Cardoso Bastos Santos

Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Mestre em Educação pela Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Graduado em Licenciatura em Educação Física. TRANSativista, anticolonial, coordenador do setorial de educação da UNIDAS, evangélico da parte de um Jesus pobre, preto e periférico de Nazaré e intrometido a esportista amador nas horas vagas. E-mail: thm.ceduc@gmail.com

Thiago Barcelos Soliva

Professor Adjunto (Classe C, Nível III) da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (2009), Mestre em Socio-



logia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012) e Doutor em Ciências Humanas (Antropologia Cultural) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, na cidade de Cachoeira, Bahia. Membro da Red del Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades (RED LIESS). Membro da diretoria da ABETH - Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura (gestão 2023-2025). Membro do Comitê de Gênero e Sexualidade da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Tem experiência na área de Antropologia, atuando principalmente nos seguintes temas: estudos de gênero, sexualidades dissidentes, memória LGBTQIAPN+ e novos patrimônios. E-mail: thiago.soliva@ufvjm.edu.br



**FEMINICÍDIO E TRANSFEMINICÍDIO:
PERSPECTIVAS INTERNACIONAIS CRUZADAS**

Organizadoras:

Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa
Esmael Alves de Oliveira

ISBN. 978-85-8413-726-8 (impresso)
ISBN. 978-85-8413-748-0 (digital)

CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes
Christina Bielinski Ramalho
Fábio Alves dos Santos
Gilvan Rodrigues dos Santos
Jodeylson Islony de Lima Sobrinho
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza

Esta obra recebeu apoio do EDITAL FAPITEC/SE/FUNTEC Nº 13/2022
Violência no Contexto Doméstico e Familiar, Segurança Pública e Saúde:
Tecnologia social a serviço das mulheres do semiárido sergipano

Editado pela Criação Editora
Formato: 15cm x 21cm
Tipologia: Cambria
Papel miolo: Pólen Bold LD 80g/m2
Papel capa: Triplex 300g/m2
Impressão: GrafMarques

Este livro evidencia que o enfrentamento ao feminicídio e ao transfeminicídio não se restringe à tipificação penal ou à produção de marcos normativos. Pelo contrário, trata-se de um processo complexo de gestão estatal da morte, atravessado por disputas morais, políticas e institucionais, no qual se entrecruzam ativismos feministas e trans, familiares de vítimas, operadores do sistema de justiça, profissionais das políticas públicas e organismos internacionais. As contribuições reunidas nesta obra permitem compreender como dor, luto e indignação se transformam em mobilização política, ao mesmo tempo em que revelam os contenciosos, silêncios e seletividades que estruturam as respostas do Estado.



ISBN 978-858413748-0



9 788584 137480